



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**BRASÍLIA
MARÇO/2013**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119 e 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

Unidades Jurisdicionadas: COAD, ANP, DITEC, CGTI, COF e PROMOTEC - Unidades Gestoras Tesouro Nacional e Tesouro Nacional - FUNAPOL.

**BRASÍLIA
MARÇO/2013**

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	6
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS.....	8
1.1 IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO	8
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS.....	10
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	12
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	13
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO	15
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS	16
2 INTRODUÇÃO.....	17
3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES	21
3.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	21
3.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	22
3.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES.....	24
3.4 INDICADORES.....	24
4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	27
4.1 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	27
4.1.2 Análise Crítica.....	28
4.2 SISTEMA DE CORREIÇÃO	28
4.3 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU	29
5 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .30	30
5.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ	30
5.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	30
5.1.2 Informações sobre objetivos vinculados a programas temáticos de responsabilidade da UJ ...	31
5.1.2.1 Análise Crítica.....	32
5.1.3 Informações sobre iniciativas vinculadas a programas temáticos de responsabilidade da UJ ..	32
5.1.3.9 Análise Crítica.....	36
5.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	37
5.1.4.20 Análise Crítica.....	43
5.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	44
5.1.5.2 Análise Crítica.....	44
5.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	44
5.1.6.5 Análise Crítica.....	45
5.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA	46
5.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	46

5.2.2	Programação de Despesas	46
5.2.2.1	Programação de Despesas Correntes.....	46
5.2.2.2	Programação de Despesas de Capital.....	46
5.2.2.3	Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	47
5.2.2.4	Análise Crítica.....	48
5.2.3	Movimentação de Créditos Interna e Externa	49
5.2.4	Execução Orçamentária da Despesa	51
5.2.4.1	Execução da Despesa Com Créditos Originários.....	51
5.2.4.2	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	56
6	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	60
6.1	PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	60
6.1.1	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	60
6.1.2	Análise Crítica.....	60
6.2	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	61
6.2.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	61
6.2.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	63
6.2.3	Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes.....	63
6.2.4	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	64
6.2.5	Análise Crítica.....	64
6.3	SUPRIMENTO DE FUNDOS	64
6.3.1	Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos	64
6.3.1.1	Suprimento Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria de Fundos – Visão Geral....	64
6.3.1.2	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	65
6.3.1.3	Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ	71
6.3.1.4	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	72
6.3.1.5	Análise Crítica.....	72
7	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	73
7.1	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	73
7.1.1	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada.....	73
7.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	74
7.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	75
7.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	76
7.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	76
7.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	76

7.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	76
7.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	77
7.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação	77
7.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	77
7.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	78
7.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) sobre os Atos	79
7.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	79
7.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	80
7.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	80
7.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	82
7.2.3 Composição do Quadro de Estagiários	85
8 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	86
8.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS...	86
8.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	89
8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	89
8.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	89
8.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ.....	90
8.3 ANÁLISE CRÍTICA.....	90
9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO .92	92
9.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	92
9.1.2 Análise Crítica.....	93
10 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	95
10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	95
10.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	96
11 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS 97	97
11.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	97
11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	97
11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	114
11.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	115
11.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	119
11.2 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	120
11.2.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	120
11.2.2 Análise Crítica.....	121
11.3 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	122
12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	123

12.1	INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	123
12.1.1	Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	123
12.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	124
12.2.1	Declaração Plena	124
12.2.2	Declaração com Ressalva.....	125
13	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	128

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ANP – Academia Nacional de Polícia
CGTI – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGU-PR – Controladoria-Geral da União
CIGE – Centro Integrado de Gestão Estratégica
CINTEPOL – Centro Integrado de Inteligência Policial
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COAD – Coordenação de Administração
COF – Coordenação de Orçamento e Finanças
COGER – Corregedoria-Geral
CPGF – Cartão de Pagamentos do Governo Federal
CRH – Coordenação de Recursos Humanos
DEA – Despesas de Exercícios Anteriores
DEOF – Divisão de Execução Orçamentária e Financeira
DFSP – Departamento Federal de Segurança Pública
DG – Direção-Geral
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal
DICON – Divisão de Licitações e Contratos
DITEC – Diretoria Técnico-Científica
DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial
DN – Decisão Normativa
DPF – Departamento de Polícia Federal
DRH – Divisão de Recursos Humanos
DSG – Divisão de Serviços Gerais
EGPS – Escritório de Gestão de Projetos Setorial
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FUNAPOL – Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal
IN – Instrução Normativa
INI – Instituto Nacional de Identificação
INTERPOL – Organização Internacional de Polícia Criminal (OIPC/INTERPOL)
IPL – Inquérito Policial
ISO – International Standards Organization
LOA – Lei Orçamentária Anual
MJ – Ministério da Justiça
OCI – Órgão de Controle Interno
PIB – Produto Interno Bruto
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária
Port. – Portaria
PPA – Plano Plurianual
PROMOTEC – Projeto de Ampliação e Modernização das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico-Científico da Polícia Federal
RG – Relatório de Gestão
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SINARM – Sistema Nacional de Armas
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SR – Superintendência Regional
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UG – Unidade Gestora
UGO – Unidade Gestora Orçamentária
UJ – Unidade Jurisdicional
UO – Unidade Orçamentária
VANT – Veículo Aéreo Não Tripulado

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

1.1 Identificação de Relatório de Gestão consolidado e agregado

Quadro 1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo/Função essencial à Justiça				
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora				
Denominação Completa: Departamento de Polícia Federal				
Denominação Abreviada: DPF				
Código SIORG: 324		Código na LOA: 30108		Código SIAFI: 200336
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 00.394.494/0014-50	
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública				Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de Contato:		(61) 2024-8100		(61) 2024-8417
Endereço Eletrônico: dlog@dpf.gov.br				
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br				
Endereço Postal: SAS, Quadra 6, Lotes 8 e 9, Brasília-DF, CEP 70037-900				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	Código SIAFI	CNPJ	Situação	Código SIORG
Coordenação de Administração (Tesouro)	200334	00.394.494/0014-50	Ativa	22351
Coordenação de Administração (Funapol)	200335	00.394.494/0014-50	Ativa	-
Academia Nacional de Polícia (Tesouro)	200340	00.394.494/0083-82	Ativa	00329
Academia Nacional de Polícia (Funapol)	200341	00.394.494/0083-82	Ativa	-
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (Tesouro)	200342	00.394.494/0080-30	Ativa	00331
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (Funapol)	200343	00.394.494/0080-30	Ativa	-
Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade (Tesouro)	200336	00.394.494/0003-06	Ativa	22406
Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade (Funapol)	200337	00.394.494/0003-06	Ativa	-
Diretoria Técnico-Científica (Tesouro)	200406	00.394.494/0087-06	Ativa	75391
Diretoria Técnico-Científica (Funapol)	200407	00.394.494/0087-06	Ativa	-
PRO-AMAZÔNIA/PROMOTEC (Tesouro)	200410	00.394.494.0089-78	Inativa	-
PRO-AMAZÔNIA/PROMOTEC (Funapol)	200411	00.394.494.0089-78	Inativa	-
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas				
Número de Ordem: 1				
Denominação Completa: Coordenação de Administração				
Denominação Abreviada: COAD				
Código SIORG: 22351		Código na LOA: N/A		Código SIAFI: 200334 e 200335
Situação: Ativa				
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 00.394.494/0014-50	
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública				Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de Contato:		(61) 2024-8100		(61) 2024-9043
E-mail: coad@dpf.gov.br				
Página na Internet:				
Endereço Postal: SAS Quadra 06 lotes 09/10, 1º andar, sala 133, Brasília-DF, CEP 70037-900				
Número de Ordem: 2				
Denominação Completa: Academia Nacional de Polícia				
Denominação Abreviada: ANP				
Código SIORG: 00329		Código na LOA: N/A		Código SIAFI: 200340 e 200341
Situação: Ativa				

Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.494/0083-82	
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de Contato:	(61) 2024-8801	(61) 2024-8804	
E-mail: gab.anp@dpf.gov.br			
Página na Internet: não possui			
Endereço Postal: Rodovia DF 001, km 2, Setor Habitacional Taquarí – Lago Norte, Brasília-DF, CEP 71559-900			
Número de Ordem: 3			
Denominação Completa: Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação			
Denominação Abreviada: CGTI			
Código SIORG: 00331	Código na LOA: N/A	Código SIAFI: 200342 e 200343	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.494/0080-30	
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de Contato:	(61) 2024-9101	(61) 2024-9043	
E-mail: cgti@dpf.gov.br			
Página na Internet:			
Endereço Postal: SPO lote 07 Setores Complementares – Departamento de Polícia Federal - Edifício CGTI, Brasília-DF, CEP 70610-902			
Número de Ordem: 4			
Denominação Completa: Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade			
Denominação Abreviada: COF			
Código SIORG: 22406	Código na LOA: N/A	Código SIAFI: 200336 e 200337	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.494/0003-06	
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de Contato:	(61) 2024-8017	(61)2024-8556	
E-mail: cof@dpf.gov.br			
Página na Internet:			
Endereço Postal: SAS Quadra 06 lotes 09/10, 9º andar, sala 923, Brasília-DF, CEP 70037-900			
Número de Ordem: 5			
Denominação Completa: Diretoria Técnico-Científica			
Denominação Abreviada: DITEC			
Código SIORG: 75391	Código na LOA: N/A	Código SIAFI: 200406 e 200407	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.494/0087-06	
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de Contato:	(099) 2024-9333	(099) 2024-9715	
E-mail: ditec@dpf.gov.br			
Página na Internet: não possui			
Endereço Postal: SPS Quadra 07, lote23 – Edifício DITEC, Brasília-DF, CEP 70610-902			
Número de Ordem: 6			
Denominação Completa: PRO-AMAZÔNIA/PROMOTEC			
Denominação Abreviada: PROMOTEC			
Código SIORG: Não possui	Código na LOA: N/A	Código SIAFI: 200410 e 200411	
Situação: Inativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.494.0089-78	
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de Contato:	(61) 2024-8417		
E-mail:			
Página na Internet: não possui			
Endereço Postal: SAS Quadra 06 lotes 09/10, 10º andar, Brasília-DF, CEP 70037-900			
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Consolidadora, Agregadas e Consolidadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.			
- Lei Complementar 89, de 18.02.1997 (FUNAPOL).			

- Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP);	
- Decreto-lei nº 6.378/1944 (Transformou Polícia Civil do DF em DFSP);	
- Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições DFSP).	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas	
- Portaria nº 2877/MJ, de 30.12.2011, que aprova o Regimento Interno;	
- Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF (competências e atribuições das Unidades do DPF).	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Consolidadora, Agregadas e Consolidadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
200334	Coordenação de Administração (Tesouro)
200335	Coordenação de Administração (Funapol)
200340	Academia Nacional de Polícia (Tesouro)
200341	Academia Nacional de Polícia (Funapol)
200342	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (Tesouro)
200343	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (Funapol)
200336	Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade (Tesouro)
200337	Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade (Funapol)
200406	Diretoria Técnico-Científica (Tesouro)
200407	Diretoria Técnico-Científica (Funapol)
200410	PRO-AMAZÔNIA/PROMOTEC (Tesouro)
200411	PRO-AMAZÔNIA/PROMOTEC (Funapol)
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro/Funapol
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200334	00001
200335	00001
200340	00001
200341	00001
200342	00001
200343	00001
200336	00001
200337	00001
200406	00001
200407	00001
200410	00001
200411	00001

1.2 Finalidade e Competências Institucionais

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública - DFSP, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional, devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve:

apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União. (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

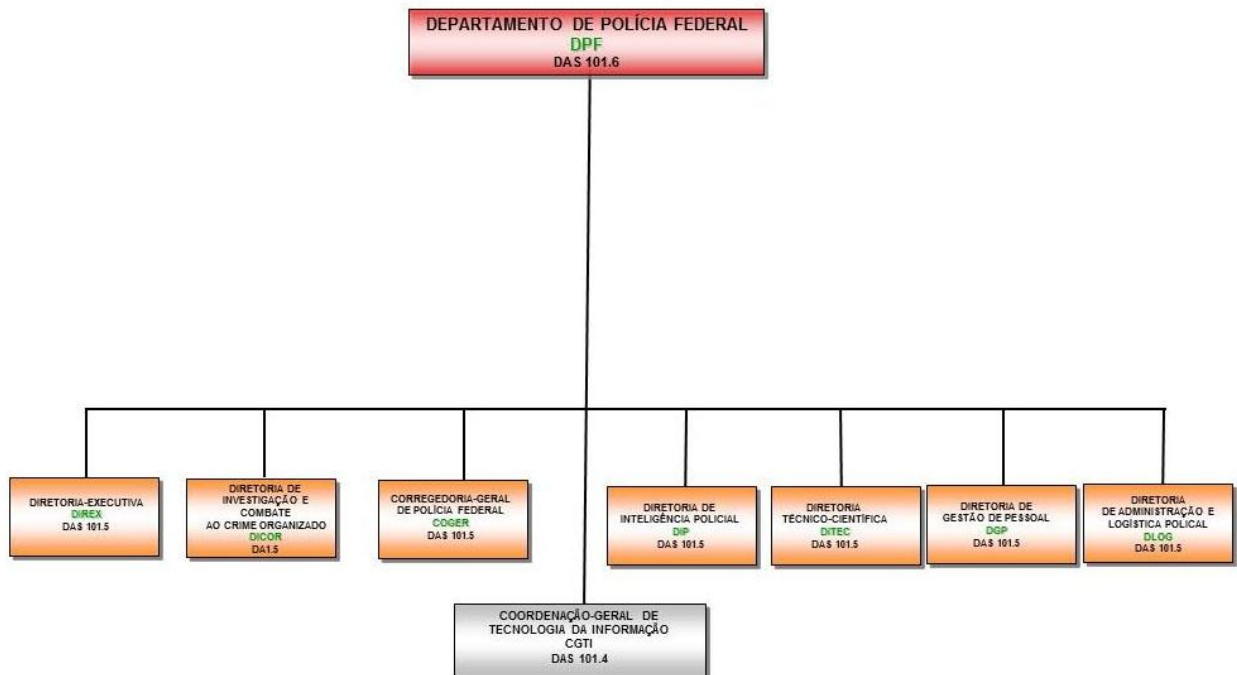
Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabem ainda à Polícia Federal as seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precusores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

O Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL foi instituído pela Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, e tem por finalidade proporcionar recursos e meios destinados a aparelhar o Departamento de Polícia Federal e a manter suas atividades essenciais e competências típicas.

Conforme o Decreto 2381 de 12 de novembro de 1997, os recursos do FUNAPOL são aplicados em ações de modernização, aparelhamento e operacionalização das atividades do DPF, na construção/reforma/revitalização de suas edificações, na formação de seus quadros e na participação em eventos técnico-científicos de interesse policial, no custeio de despesas com transporte, hospedagem e alimentação de servidores policiais em missão, dentre outras aplicações.

1.3 Organograma Funcional



As atribuições dos órgãos centrais são:

Direção-Geral

Promover a execução das atividades, ações e operações, a fim de estabelecer os objetivos, políticas, metas prioritárias da Polícia Federal em consonância com as diretrizes de segurança pública estabelecidas pelo Ministro de Estado da Justiça, expedindo os atos administrativos necessários à consecução dos objetivos finalísticos; firmar contratos, convênios e outros atos negociais congêneres com entidades de direito público e privado; gerir os recursos orçamentários e financeiros consignados à Polícia Federal; Administrar o Departamento de Polícia Federal procedendo as adequações necessárias a estrutura do órgão, bem como as demais incumbências definidas em Regimento Interno.

Diretoria-Executiva

Dirigir, planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades de polícia marítima, aeroportuária, de fronteiras, segurança privada, controle de produtos químicos, controle de armas, registro de estrangeiros, controle migratório e outras atividades de polícia administrativa; além de prestar apoio operacional às atividades finalísticas, bem como de segurança institucional, de dignitários e de depoente especial, identificação humana civil e criminal e emissão de documentos de viagem.

Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado

Dirigir, planejar, coordenar, controlar e avaliar a atividade de investigação criminal de infrações penais praticadas por organizações criminosas, contra os direitos humanos e comunidades indígenas, contra o meio ambiente e patrimônio histórico, contra a ordem econômica e o sistema financeiro nacional, contra a ordem política e social, de tráfico ilícito de drogas e de armas, de contrabando e descaminho de bens, de lavagem de ativos, de repercussão interestadual ou internacional e que exija repressão uniforme e em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas.

Corregedoria-Geral de Polícia Federal

Dirigir, planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades correicional e disciplinar, orientar a interpretação e o cumprimento da legislação pertinente às atividades de polícia judiciária; disciplinar e apurar as infrações cometidas por servidores da Polícia Federal.

Diretoria de Inteligência Policial

Dirigir, planejar, coordenar, controlar, avaliar e orientar as atividades de inteligência no âmbito da Polícia Federal, bem como planejar e executar operações de contrainteligência e antiterrorismo.

Diretoria Técnico-Científica

Dirigir, planejar, coordenar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de perícia criminal e as relacionadas a bancos de perfis genéticos.

Diretoria de Gestão de Pessoal

Dirigir, planejar, coordenar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de seleção, formação e capacitação de servidores, pesquisa e difusão de estudos científicos relativos à segurança pública e gestão de pessoal.

Diretoria de Administração e Logística Policial

Dirigir, planejar, coordenar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de orçamento e finanças, modernização da infraestrutura e logística policial e gestão administrativa de bens e serviços.

Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação

Propor diretrizes para o planejamento, a supervisão, a coordenação, a orientação e a avaliação da política de informática, tecnologia da informação e de telecomunicações; dotar a Polícia Federal de sistemas informatizados integrados, administrar os recursos da tecnologia da informação, incluindo a internet e intranet, bem como as instalações da rede de telecomunicações; identificar as necessidades, bem como supervisionar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento, a implantação, a implementação, a manutenção e a atualização tecnológica dos sistemas corporativos; coordenar e acompanhar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática e de telecomunicações.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Cooperação Internacional	Visa à cooperação, ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal com outras instituições policiais internacionais, com o fim de dar cumprimento às atribuições institucionais recíprocas
Inteligência Policial	Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional

<p>Controle da Segurança Privada</p>	<p>Consiste num conjunto de processos destinados a autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada Sob o controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos</p>
<p>Controle de Armas de Fogo</p>	<p>Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.</p>
<p>Controle Migratório</p>	<p>Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.</p>
<p>Controle de Precursores Químicos</p>	<p>Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.</p>
<p>Identificação Civil</p>	<p>Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.</p>
<p>Segurança de Pessoas</p>	<p>Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.</p>
<p>Segurança de Portos e Aeroportos</p>	<p>Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial executado pelas Unidades Descentralizadas.</p>
<p>Suporte Operacional</p>	<p>Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.</p>

Proteção à Vida e aos Direitos Humanos	Consiste no conjunto de processos destinado à proteção à vida e ao direitos humanos, em especial nos casos de proteção ao réu colaborador preso, proteção de pessoas que aguardam acolhimento no Programa Nacional de Proteção à testemunhas (PNPT), bem como à fiscalização de adoção internacional de crianças.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.
Investigação Criminal	Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.
Identificação criminal	Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.
Criminalística	Consistem no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.

1.5 Macroprocessos de Apoio

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Comunicação Institucional	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.
Correição e Controles Internos	Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária,
Gestão de Parcerias e Convênios	Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades, nas esferas nacional e internacional.
Gestão de Tecnologia da Informação	Conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização.

Gestão do Conhecimento	Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo
Gestão Organizacional e Estratégica	Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.
Gestão de Pessoas	Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.
Gestão de Tecnologia da Informação	Consiste no conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização. Inclui o projeto, o desenho, o desenvolvimento, a homologação e a manutenção dos sistemas computacionais, possibilitando o atendimento das necessidades decorrentes da execução dos processos finalísticos, de gestão e de suporte da Instituição.
Gestão de Obras e Edificações	Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem ser objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.
Logística	Consiste no conjunto de processos destinado ao provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Instituição, administrando os recursos, em especial os materiais, gerenciando desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos, monitorando as operações e gerenciando informações.
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas conseqüências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.
Correição e Controles Internos	Consiste no conjunto de processos destinados à inspeções nas Atividades de Polícia Judiciária; sindicância patrimonial; processo administrativo disciplinar (PAD); sindicância acusatória / punitiva; sindicância investigativa; apuração de desvios de conduta e violação do dever de cuidado de bens; correições em procedimentos disciplinares; correições das atividades de polícia judiciária (Ordinárias e Extraordinárias); correições parciais de inquéritos policiais; produção de informações gerenciais na área de polícia judiciária

1.6 Principais Parceiros

Os principais parceiros do Departamento de Polícia Federal são órgãos públicos federais que possuem atividades correlatas à repressão e à elucidação de crimes de sua competência, tais como IBAMA, FUNAI, Ministério do Trabalho, ABIN, INSS, Caixa Econômica Federal, Receita Federal, INCRA, Ministério da Agricultura, dentre outros.

Na esfera administrativa, existem atividades prestadas por entes públicos, tais como Casa da Moeda, SERPRO, Correios, SENAD e diversas universidades, que trabalham em conjunto nos mais variados procedimentos e atividades de suporte do Órgão.

Cabe destacar os parceiros importantes que atuam no sistema de investigação criminal do país: os órgãos do sistema judiciário, do ministério público e as outras polícias (civil, militar e rodoviária federal).

2 INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira do Departamento de Polícia Federal, incluindo a gestão do Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL, e consolidando as informações sobre a gestão das unidades do Órgão Central no ano de 2012, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012.

Os subitens 3.1, 3.3, 5.6, 6.3.5, 6.4.1.2, 6.5, 6.2.1, 10.2, 11.3, 11.4, 11.5, 11.6 da Portaria TCU nº 150/2012 não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

Os subitens 5.1, 6.2.2, 7.2.3, da Portaria TCU nº 150/2012, apesar de aplicarem à natureza da Unidade, não ocorreram no período.

Os subitens 6.1.1 (Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada) e 6.1.2.1 (Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade) da Portaria TCU nº 150/2012 não serão informados no presente relatório conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa 69, de 14/12/2012, publicada no BS 242, que classifica tais informações como sigilosas. Entretanto, ela será disponibilizada pelos órgãos de controle a critério desses, mediante procedimento formal.

As alíneas “c” (Quantidade de veículos em uso ou na propriedade da UJ) e “g” (Plano de substituição da frota) do subitem 7.1 da Portaria TCU nº 150/2012 não serão informadas no presente relatório conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa 69, de 14/12/2012, publicada no BS 242, que classifica tais informações como sigilosas. Entretanto, ela será disponibilizada pelos órgãos de controle a critério desses, mediante procedimento formal.

Em relação ao subitem 6.1.2.2 (Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade) da Portaria TCU nº 150/2012, atualmente, o DPF exige nível de escolaridade superior como requisito para investidura em seus cargos. Nada obstante isso, o sistema atual de cadastro da DGP/DPF não dispõe de rotinas que permitam a extração das informações solicitadas. Iniciativas como o sistema “Almanaque” foram tomadas para a catalogação voluntária de informações.

Em seguida, seguem as principais realizações do exercício. Em cumprimento às atividades de Polícia Internacional, no ano de 2012, foram criadas as Adidâncias da Venezuela e Espanha. Além disso, procedeu-se à prisão de 60 (sessenta) pessoas procuradas pela INTERPOL; foram feitas 5 (cinco) extradições ativas e 14 (catorze) passivas; e concluídos 20 (vinte) processos de ajuda humanitária. Cabe destacar a participação de policiais federais em 778 (setecentos e setenta e oito) eventos relacionados à cooperação internacional, tais como escoltas, congressos, treinamentos, visitas, conferências, dentre outros.

Na área de Tecnologia da Informação, vários sistemas foram desenvolvidos em 2012 para serem implantados em 2013, tais como o SIS (Sistema de Interceptação de Sinais telefônicos e telemáticos), GED – Gestão Eletrônica de Documentos e SisEDS - Sistema de Emissão de Documentos de Segurança (infraestrutura única para a emissão dos diversos documentos identificação de atribuição da PF), dentre outros. Em relação à produtividade e resultados das atividades desenvolvidas, destaca-se a entrega de 56 (cinquenta e seis) módulos de sistemas informatizados, a execução de 747 (setecentas e quarenta e sete) manutenções de sistemas

existentes, além do atendimento a 554.000 (quinhentos e cinquenta e quatro) chamados realizados pela população através do telefone 194.

Quanto às atribuições de Polícia Judiciária, no ano de 2012, a Polícia Federal deflagrou 281 (duzentos e oitenta e uma) operações policiais, sendo presas 1.875 (um mil, oitocentos e setenta e cinco) pessoas, além de executados 1.711 (um mil, setecentos e onze) mandados de busca e apreensão.

Especificamente, no tocante às ações de prevenção e repressão a crimes contra o meio-ambiente foram deflagradas 46 (quarenta e seis) operações policiais, alcançando-se os seguintes resultados: 163 (cento e sessenta e três) prisões em flagrante, 240 (duzentos e quarenta) mandados de prisão cumpridos, desmonte/destruição de 26 (vinte e seis) garimpos ilegais, além de 2 (duas) serrarias e 3 (três) acampamentos de madeireiros. Os dados mencionados contemplam a Operação Arco de Fogo, que é executada pela Polícia Federal, em parceria com a Força Nacional de Segurança e o IBAMA, que tem como escopo combater o desmatamento na Amazônia Legal, nas regiões críticas conhecidas como “arco do desmatamento”.

Na área previdenciária, foram deflagradas 19 (dezenove) operações policiais em 2012, sendo desarticuladas diversas quadrilhas que atuavam em todo o País lesando os cofres da Previdência Social. Demais disso, foram promovidas ações de capacitação, encontros regionais de Forças-Tarefas Previdenciárias, cujas ações foram potencializadas através do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Previdência Social (MPS) e o Ministério da Justiça/Polícia Federal.

O ano de 2012 contou também com um importante marco no combate à corrupção e ao desvio de verbas públicas pelo DPF: a criação do Serviço de Repressão a Desvio de Recursos Públicos – SRDP, que causam a perda de 5% (cinco por cento) do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro anualmente, segundo dados da FGV. Laborando na capacitação, na coordenação de operações, na melhoria de qualidade das investigações e na articulação com órgãos parceiros, o SRDP, no ano de sua criação, obteve os seguintes resultados: capacitação de 440 (quatrocentos e quarenta) Policiais Federais, deflagração de 21 (vinte e uma) operações policiais que apuraram desvios de recursos públicos da ordem de R\$ 602.313.525,09 (seiscentos e dois milhões, trezentos e treze mil, quinhentos e vinte e cinco reais e nove centavos), cumprimento de 132 (cento e trinta e dois) mandados de prisão (dos quais 66 – sessenta e seis - agentes públicos), 81 (oitenta e um) de condução coercitiva e 385 (trezentos e oitenta e cinco) de busca e apreensão, além do bloqueio de R\$25.574.837,58 (vinte e cinco milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta e oito centavos) em bens obtidos às custas do dinheiro desviado dos cofres públicos.

No tocante às atividades de polícia administrativa podemos relacionar as seguintes informações: em relação à área de identificação criminal, o INI (Instituto Nacional de Identificação) promoveu a Assinatura dos Acordos de Cooperação Técnica para acesso ao Sistema Nacional de Informações Criminais – SINIC - entre o DPF e o Ministério Público Federal, Justiça Federal e Ministério Público do Estado de Rondônia; houve também o início dos trabalhos de inclusão dos registros de eleitores enviados pelo Tribunal Superior Eleitoral, bem como a identificação de parcerias para implementação da identificação carcerária nacional.

No que concerne ao controle do tráfego migratório internacional nos aeroportos, portos e pontos de fronteira, foram realizados 22.000.000 (vinte e dois milhões) de registros. Além disso, foram expedidos quase 2.000.000 (dois milhões) de passaportes no ano. Na área de segurança privada, foram cadastrados 2.105.531 (dois milhões, cento e cinco mil, quinhentos e trinta e um)

vigilantes, 1.926 (um mil, novecentas e vinte e seis) empresas de vigilância, 353 (trezentas e cinquenta e três) empresas de transporte de valores, 263 (duzentos e sessenta e três) cursos de formação de vigilantes e 35.935 (trinta e cinco mil, novecentos e trinta e cinco) estabelecimentos financeiros.

A Coordenação do Comando de Operações Táticas – CCOT prestou apoio à realização de 13 (treze) operações especiais, incluindo as de repressão ao narcotráfico, a crimes contra o patrimônio, em área de alto risco e também na segurança da Conferência Rio +20 na Cidade do Rio de Janeiro.

No que tange à Operação Sentinela, coordenada pelo Ministério da Justiça e com atuação conjunta entre a Polícia Federal, Rodoviária Federal e Força Nacional, cabe ressaltar que foram instaurados 3.252 (três mil, duzentos e cinquenta e dois) inquéritos policiais, foram lavrados 3.715 (três mil, setecentos e quinze) Autos de Prisão em Flagrante, sendo cumpridos 2.059 (dois mil e cinquenta e nove) Mandados de Prisão e 861 (oitocentos e sessenta e um) Mandados de Busca e Apreensão. Ademais, logrou-se apreender 310.490kg (trezentos e dez mil quilos e quatrocentos e noventa gramas) de maconha, 36.932kg (trinta e seis mil quilos e novecentos e trinta e dois gramas) de cocaína e 1.752 (um mil, setecentos e cinquenta e duas) armas de fogo, além de munições e diversos objetos produtos de contrabando.

A Polícia Federal recebeu o segundo avião do Sistema de Veículos Aéreos Não-Tripulados (VANT), que será responsável pelo monitoramento do território nacional, sobretudo da faixa de fronteira do Brasil. Fez-se necessária a readequação e reestruturação do sistema. Em 2012 foi feita uma reavaliação do projeto, que leva em consideração a necessidade de investimentos em estrutura física e de recursos humanos, resultando num plano de incremento do quantitativo de pessoal, treinamento de pilotos e operadores e estruturação da base de operações em São Miguel do Iguaçu (PR), cujo projeto de reforma das instalações foi iniciado. Quanto ao banco de dados denominado Centro Integrado de Inteligência Policial - CINTEPOL houve quase 60.000 (sessenta mil) acessos às diversas ferramentas que abrangem o ciclo de produção de inteligência.

No âmbito da Corregedoria, houve manutenção do número de inquéritos pendentes de conclusão em aproximadamente 100.000 (cem mil) unidades. De igual modo, conferiu-se também celeridade e qualidade a procedimentos disciplinares, através da mudança de paradigma na implementação da política disciplinar do órgão, com a criação do instituto da defesa prévia, o que justifica sobremaneira a diminuição do número de procedimentos administrativos disciplinares, sindicâncias investigativas e acusatórias, aumentando a eficiência nos processos e qualificando melhor as punições aplicadas.

No âmbito da perícia criminal, algumas ações merecem destaque: iniciou-se a construção do Centro Nacional de Difusão de Ciências Forenses, houve o aperfeiçoamento do Sistema de Movimentação e Transmissão de Dados Bancários - SIMBA, bem como prestou-se apoio técnico-científico nas tentativas de busca de desaparecidos políticos, através da participação em exames periciais. A respeito da produção da área de Criminalística como um todo, bem como das áreas de perícia e das unidades da Criminalística de maneira geral, impende registrar que em 2012 foram confeccionados 41.994 (quarenta e um mil, novecentos e noventa e quatro) laudos, restando 7.574 (sete mil, quinhentos e setenta e quatro) pendências, alcançando-se uma produtividade de 96% em relação aos exames requisitados.

Na Academia Nacional de Polícia foram ministrados vários cursos presenciais e à distância, dentre os quais, Curso de Especialização em Ciência Policial e Investigação Criminal, Curso de Especialização em Ciência Policial e Inteligência, Ciclo de Cursos da Rede Nacional de

Educação a Distância – RNEAD, Cursos de Inglês e Espanhol, Curso de Atualização para Professores de Técnicas de Direção Operacional, Curso de Formação de Professor de Orientação e Navegação Terrestre, Curso de Gerência de Local de Bomba, Curso de Técnicas de Defesa Pessoal, Curso Internacional de Inteligência Policial, Curso de Atualização em Técnicas de Abordagem, Curso Internacional de Lavagem de Dinheiro, Curso Prático de Investigação de Crimes Previdenciários, Curso sobre Controle de Segurança Privada, Curso de Formação de Instrutor de Armamento e Tiro, dentre outros.

As atividades de ensino de 2012 consolidadas alcançaram os seguintes resultados: formação de 593 (quinhentos e noventa e três) novos policiais federais e 97 (noventa e sete) servidores do Departamento Penitenciário Federal, além da qualificação profissional de 11.273 (onze mil, duzentos e setenta e três) servidores, dos quais 4.337 (quatro mil, trezentos e trinta e sete) foram submetidos a eventos de capacitação continuada na modalidade presencial e 6.936 (seis mil, novecentos e trinta e seis) às rotinas de ensino à distância (EAD).

Cabe destacar, ainda, as seguintes publicações sob a responsabilidade da Escola Superior de Polícia: Revista Brasileira de Segurança Pública e Cidadania, Revista Brasileira de Ciências Policiais e os Cadernos ANP, que se destinam a compilar publicações de monografias e trabalhos de conclusão de cursos dos alunos da pós-graduação da ANP.

Ademais, vários equipamentos e suprimentos foram adquiridos para que o trabalho da Polícia Federal seja realizado da melhor forma possível, dentre os quais 914 (novecentas e catorze) armas de fogo, das quais 800 (oitocentas) do tipo menos-letal, consideradas ideias para controle de distúrbios, 18 (oitocentos) equipamentos de Raio-X, 15 (quinze) robôs anti-bombas, 111 (cento e onze) binóculos de detectores de visão noturna, 180 (cento e oitenta) designadores laser infravermelho. Ademais, foram adquiridas 457 (quatrocentas e cinquenta e sete) viaturas, entre ostensivas e descaracterizadas. Cabe ressaltar, também, investimentos realizados na aquisição de 02 (duas) aeronaves (sendo um helicóptero e um de asa fixa), além da execução do plano de recuperação das embarcações do DPF, o qual reformou cerca de 60 (sessenta) embarcações em 15 (quinze) unidades do Órgão. Estão em curso os projetos executivos para a construção de imóveis funcionais em algumas cidades situadas na região de fronteira, quais sejam, Tabatinga/AM, Oiapoque/AP, Etitaciolândia/AC, Cáceres/MT, Corumbá/MS, Ponta Porã/MS e Pacaraima/RR, bem como os projetos executivos para a construção das sedes das Delegacias de Polícia Federal em Tabatinga/AM, Ponta Porã/MS, Corumbá/MS, Pacaraima/RR, Cascavel/PR e Santarém/PA.

As principais dificuldades para realização dos objetivos da UJ foram o contingenciamento orçamentário no exercício, o que afetou diretamente o cumprimento de algumas metas estabelecidas no PPA. O órgão também foi prejudicado com a greve nacional dos policiais federais, cuja duração alcançou 70 dias durante os meses de agosto, setembro e outubro. O movimento paredista prejudicou o andamento de diversas atividades e procedimentos ligados à atividade finalística da instituição.

Outro fato que merece destaque é a carência de profissionais de engenharia e arquitetura no órgão. Em que pese haja recursos disponíveis para a melhoria da infraestrutura física, inclusive com programas específicos para investimento em regiões de difícil provimento de efetivo, não foi possível concluir parte dos projetos de engenharia para a viabilização da construção e reforma de unidades fronteiriças (delegacias, superintendências regionais e residências funcionais).

3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

3.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

Primeiramente, cumpre esclarecer que o Departamento de Polícia Federal tem seu planejamento estratégico baseado no modelo de cenários prospectivos. Isso decorre do entendimento que, no contexto da Segurança Pública, as organizações criminosas se tornam mais complexas e avançadas a cada dia, o que demanda das instituições que atuam nessa arena de intenso desenvolvimento a utilização de instrumentos que apoiem escolhas racionais e que forneçam confiança e conhecimento dos fatos.

Dessa forma, por meio de metodologia científica, procura-se determinar futuros probabilísticos de maior generalidade criando cenários (histórias sobre a forma que o mundo pode assumir), sejam eles possíveis, realizáveis ou desejáveis.

Sabe-se que o futuro da criminalidade brasileira não pode ser predito, mas as ameaças e pontos fracos que ela traz consigo podem ser estudados e entendidos, e, com base em tais considerações, estratégias e políticas podem se formuladas para influenciar os eventos que virão no sentido de minimizar seus impactos sobre a sociedade, ou até extingui-los. Isto posto, a partir da publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 3 de novembro de 2010, o planejamento estratégico da Polícia Federal pôde ser representado por três instrumentos:

- Plano Estratégico, composto por: I – Histórico; II – Negócio; III – Missão; IV – Visão; V – Valores; VI – Fatores Críticos de Sucesso; VII – Políticas Corporativas; VIII – Macro Objetivos; IX – Objetivos Institucionais e X–Ações Estratégicas.
- Portfólio Estratégico, composto de: I – Objetivos Institucionais; e II – Ações Estratégicas.
- Mapa Estratégico, composto de: I – Missão; II – Visão; III – Perspectivas; IV – Macro Objetivos; V – Objetivos Institucionais, de forma destacada, contendo a síntese de seus descritores; VI – Síntese das Ações Estratégicas, dispostas conforme sua vinculação aos respectivos Objetivos Institucionais.

Nesse sentido, cumpre elencar os objetivos institucionais, previstos no planejamento estratégico:

- I - Fortalecer a cultura de gestão estratégica:** Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.
- II - Valorizar o Servidor:** Estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.
- III - Reduzir a Criminalidade:** Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.
- IV - Promover a Cidadania:** Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.
- V - Incrementar os Acordos e Parcerias:** Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade

às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.

VI - Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais: Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

VII - Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação: Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.

VIII - Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico: Vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão.

3.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Fortalecer a Cultura de Gestão Estratégica

Estratégia de Atuação: Consolidação e capacitação de Escritórios de Gestão de Projetos Setoriais nas Superintendências, Coordenações e Diretorias, visando:

- a) disseminação da cultura em gestão de projetos na PF;
- b) uniformização de conceitos e procedimentos nos Escritórios de Projetos;
- c) alinhamento dos projetos setoriais e específicos com as ações estratégicas da PF;
- d) monitoramento dos projetos de forma unificada e integrada com o EGPE;
- e) rápido desenvolvimento dos projetos, usando como base de conhecimento as lições aprendidas de outros/próprios projetos;
- f) solidificar o papel do Escritório de Gestão de Projetos Estratégicos como gestor do Portfólio de Projetos Estratégicos e do Escritório de Projetos Setorial como gestor do Portfólio de Projetos em sua unidade.

Valorizar o Servidor

Estratégia de Atuação: Aperfeiçoar e consolidar a implantação da Gestão por Competências, através da formação e capacitação orientadas para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho das funções dos servidores, alocando-os adequadamente e visando:

- a) diminuir ou eliminar as distâncias entre as competências necessárias e as existentes, a fim de atingir com maior efetividade os objetivos da organização;
- b) estimular a utilização das atividades de capacitação para o aperfeiçoamento do exercício de funções, para a promoção dos servidores e para a ocupação de cargos de chefia;
- c) motivar e comprometer os servidores com a missão, a visão e os valores do DPF;
- d) alinhar a gestão de pessoas aos objetivos e planejamento estratégicos da organização;
- e) adequar qualitativa e quantitativamente os recursos humanos da Polícia Federal ao desempenho de suas atribuições legais;
- f) disseminar na organização e nas pessoas a cultura do aprendizado permanente e contínuo ao alcance dos objetivos da organização.

Ampliar a Credibilidade Institucional

Estratégia de Atuação: Elaboração e divulgação de documento que apresente, de forma simples e elucidativa, os principais serviços prestados pela área de recursos humanos da Polícia Federal ao seu servidor, bem como os requisitos, documentação necessária e forma de se requerer informações sobre o processamento do serviço, tempo estimado de espera para atendimento, unidade responsável e outras informações relevantes ao servidor.

Reduzir a Criminalidade

Estratégia de Atuação:

- a) planejamento da atuação da Polícia Federal em suas atividades institucionais relacionadas à Copa das Confederações, em cada uma das áreas de atuação listadas no Escopo de alto nível (Polícia Marítima, Logística, Armas, Inteligência, imigração, Segurança de Dignitários, Segurança Cibernética, Centro de Comando e Controle, Segurança Aeroportuária, Grupo de Pronto Intervenção, Telecomunicações, Interpol, Bombas e Explosivos, Canil, Comunicação Social, Corregedoria, Identificação de Vítimas de Desastres – DVI, Aviação Operacional) para a confecção dos respectivos Planos, visando à prestação de serviços de qualidade;
- b) capacitação de recursos humanos da Polícia Federal e outras forças de segurança na matéria de Gerenciamento e Negociação em Eventos Críticos, visando à segurança dos Grandes Eventos;
- c) planejamento da capacitação destinada à padronização das ações de combate ao tráfico de pessoas e exploração sexual infantil nas regiões pólo das cidades onde ocorrerá a construção de estádios e jogos da Copa do Mundo 2014;
- d) aquisição de equipamentos táticos específicos suficientes para equipar todo o efetivo do Comando de Operações Táticas/DIREX e dos Grupos de Pronto Intervenção das Superintendências Regionais para garantir a eficaz atuação em casos de crises de médio, alto e altíssimo risco durante a realização da Copa do Mundo de 2014;
- e) estabelecimento e implantação da metodologia para coleta, produção e custódia das provas inerentes às atribuições da Polícia Federal para garantir a integridade das provas e confiabilidade da coleta, produção e custódia e sistematizar os procedimentos utilizados para coleta, produção e custódia das provas;
- f) capacitação destinada à padronização operacional das atividades de segurança de dignitários e a segurança das autoridades que estarão presentes na Copa das Confederações 2013, na Copa do Mundo de 2014 e nas Olimpíadas de 2016;
- g) capacitação para o Combate a Corrupção e Lavagem de Dinheiro aperfeiçoando o desempenho dos policiais que atuam especificamente na área de crimes financeiros e desenvolver competência aos demais policiais. Divulgação das atividades da Polícia Federal no combate aos crimes financeiros e integração com os demais órgãos.

Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais

Estratégia de Atuação: customização dos módulos de gestão de documentos, metas, declaração de disponibilidade orçamentária, contratos, almoxarifado e patrimônio desenvolvido pela Universidade do Rio Grande do Norte - UFRN para que o sistema atenda às necessidades da PF.

Consolidar a Governança em TI

Estratégia de Atuação:

- a) padronização e regulamentação do atendimento das demandas de TI;
- b) contratação de serviço para interligação (links) de computadores para ampliar a capacidade de transmissão de dados do controle migratório, garantir maior disponibilidade dos pontos de controle migratório e aperfeiçoar o atendimento ao cidadão.

Promover a Cidadania

Estratégia de Atuação: implementação da Central de Relacionamento e Ouvidoria para seus usuários o qual proverá suporte imediato aos serviços disponibilizados pelo DPF. Aperfeiçoamento da capacidade de atendimento dos serviços disponibilizados ao público interno e externo (cidadão), tais como: Produtos Químicos, Segurança Privada, Antecedentes Criminais, Registro de Armas e Ouvidoria.

3.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

O DPF, como parte de seu plano de execução das metas ou ações traçadas, lançou frente de várias iniciativas em 2012.

Em relação à cultura de gestão estratégica e fortalecimento dos agentes que lidam com essa temática nas descentralizadas, foram capacitados 106 (cento e seis) servidores, em diversas unidades da federação, assim distribuídos: BA - 08, CE - 18, DF - 49, MG - 30 e PE - 13, sendo que vários eventos foram realizados em parceria entre a CIGE/DG/DPF, a Coordenação de Segurança em Grandes Eventos (CGE/DIREX) e o Escritório de Gestão de Projetos Setorial da DIREX (EGPS/DIREX).

Na modalidade de ensino à distância (EaD), foram disponibilizadas capacitações para aproximadamente 310 (trezentos e dez) servidores, distribuídos em onze turmas, em conjunto com a ANP/DGP/DPF. Um dos principais objetivos desse treinamento é capacitar servidores envolvidos nas atividades de grandes eventos na área de projetos.

Foram criados, em 2012, mais quatro EGPS em Superintendências Regionais (SR): na Bahia, no Ceará, no Distrito Federal e em Pernambuco. Com isso, todas as cidades que sediarão a Copa das Confederações em 2013 contam com EGPS implantados nas respectivas superintendências.

Em relação ao Sistema GEPnet, foi criada a versão 3.0 do referido sistema, o qual implementa funcionalidades importantes para o gerenciamento de processos e procedimentos ligados ao monitoramento das ações do órgão: a) Inclusão de vários mapas estratégicos (possibilita realizar desdobramentos do Planejamento Estratégico para o nível das Diretorias e Superintendências, por exemplo); b) possibilidade de se restringir acesso aos projetos; c) implementação de relatório customizado para Programas, permitindo a visualização de todos os projetos e cronogramas;

Outro fator importante à execução das ações que visam o fortalecimento da cultura de gestão estratégica do DPF é a Política de Gestão do Conhecimento do órgão, que foi aprovada pelo Senhor Diretor-Geral em julho/2012. A CIGE apoiou o planejamento e a execução do Projeto Política de Gestão do Conhecimento da Polícia Federal, bem como realizou o monitoramento de todo o projeto, até sua conclusão. Além disso, houve a criação de repositório de conhecimento de processos da Polícia Federal, que contribui para a padronização de procedimentos.

Finalmente, cabe ressaltar que se encontra em andamento a apresentação da proposta de Arquitetura de Processos de Referência da Polícia Federal, cujas principais características são as seguintes:

- a) implementação de estrutura para organização dos processos;
- b) apresentação da estrutura de governança dos processos;
- c) seleção de processos que devam ter prioridade para a implementação de melhorias;
- d) eliminação da redundância ou repetição de processos.

3.4 Indicadores

Prazo de conclusão de inquéritos policiais no DPF:

- a) Total Geral de IPLs instaurados e relatados em 2012 (diferença entre o quantitativo de IPLs instaurados e os IPLs relatados em 2012): **20.822**;
- b) Tempo Médio (Geral): **86 dias**.

Taxa de conclusão de inquérito policiais

Unidade	Inquéritos Instaurados	Inquéritos Relatados	Taxa de conclusão
BA	2.646	2.946	111%
RR	469	520	111%
MA	1.389	1.466	106%
AC	660	654	99%
AM	1.179	1.119	95%
MT	1.678	1.532	91%
SC	3.202	2.882	90%
PE	1.862	1.675	90%
PA	1.923	1.721	89%
PI	1.207	1.078	89%
RO	1.110	989	89%
RJ	6.596	5.743	87%
DF	1.600	1.334	83%
TO	830	691	83%
SP	15.134	12.556	83%
MG	5.419	4.384	81%
PR	6.802	5.441	80%
ES	1.216	943	78%
MS	2.310	1.724	75%
AP	635	466	73%
GO	1.675	1.223	73%
RS	4.419	3.138	71%
CE	1.772	1.189	67%
SE	794	531	67%
PB	1.534	963	63%
RN	1.639	975	59%
AL	1.073	547	51%
TOTAL	70.773	58.430	83%

Em complemento às informações relativas aos indicadores institucionais do DPF, previstos no item 2.4 da parte A do Anexo II à Decisão Normativa – TCU 119/2012, esta Unidade Jurisdicionada esclarece que, a despeito dos dois índices apresentados (prazo de conclusão de inquéritos policiais no DPF e taxa de conclusão de inquéritos policiais no DPF), está em processo de construção no DPF outros indicadores, de caráter institucional, que melhor retratam a gestão do órgão, apontando o acompanhamento; o alcance das metas previstas; os avanços; as melhorias na qualidade dos serviços prestados, bem como a necessidade de correções e mudanças de rumos nas ações, com o fim de orientar o Órgão na busca da excelência dos serviços prestados.

Para isso, o Diretor-Geral do Departamento, por meio do Despacho nº 7274/2012, de 28/11/2012, aprovou o Termo de Abertura do Projeto “Construção De Indicadores De Desempenho

Do Plano Estratégico Da Polícia Federal (2010/2022)”. Esse documento foi a diretriz utilizada pela Direção para a elaboração da proposta do Plano de Gerenciamento do Projeto, que apresenta o planejamento das ações previstas como necessárias para se alcançar os objetivos do projeto. Ele define também como os trabalhos pertinentes serão executados, monitorados, controlados e encerrados.

Ato contínuo, foi realizada reunião, em 11 de dezembro de 2012, entre servidores do DPF e da Secretaria de Planejamento de Gestão do Tribunal de Contas da União, com o fim de buscar entendimento sobre o tema e, ainda, de formar uma agenda positiva para a realização dos trabalhos correlatos, com a orientação técnica daquele Tribunal. Essa reunião foi oficializada por meio do Ofício 861/2012-GAB/DG/DPF, de 14 de dezembro de 2012, do Diretor-Geral do DPF ao Exmo. Ministro Augusto Nardes, Presidente do TCU.

Atualmente, a Coordenação do Centro Integrado de Gestão Estratégica do DPF - CIGE trabalha na formação dos novos indicadores institucionais de gestão, com o fim de possibilitar a mensuração dos trabalhos desenvolvidos em áreas não contempladas pelos índices atualmente existentes no Departamento. Buscar-se-á também agregar melhoria a esses últimos, de modo a atender o disposto nas Decisões Normativas e Portarias do TCU que tratam do tema.

Dessa forma, o DPF espera criar, no exercício de 2013, indicadores de desempenho da gestão que se preste a medir a efetividade dos principais processos das diversas Unidades Jurisdicionadas que compõe o órgão, tornando ainda mais transparente os resultados alcançados pela gestão.

4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

4.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro 4.1.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					x
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	

26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		x			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

4.1.2 Análise Crítica

As atividades de controle interno se desenvolvem em todos níveis da estrutura do órgão e em todas as áreas de atuação, seja nas ações relacionadas às atividades finalísticas, em especial controladas pela Corregedoria-Geral e pelas Diretorias, seja nas atividades de apoio com o acompanhamento dos conformistas, orientações técnicas realizadas pela Diretoria de Administração e Logística Policial, em especial pelo Serviço de Contabilidade, e com as orientações do Assessor de Controle Interno.

4.2 Sistema de Correição

O sistema de correição conta com a presença, na unidade central, da Corregedoria Geral (COGER/DPF), que opera com 65 servidores para exercer suas atividades.

A autoridade competente para instaurar e julgar os procedimentos instaurados no âmbito da Corregedoria-Geral é o Corregedor-Geral. A COGER/DPF dispõe de 02 (duas) unidades específicas para desenvolvimento de atividades de correição: a Coordenação-Geral de Correições (CGCOR) - responsável pela correição dos inquéritos policiais e a Coordenação de Disciplina (CODIS) - responsável pela correição dos procedimentos administrativos disciplinares.

Na Coordenação de Disciplina/COGER/DPF, funcionam 02 (duas) Comissões Permanentes de Disciplina (CPDs). Cada uma é composta de quatro servidores, sendo um presidente, dois membros e um secretário.

No âmbito das Unidades Centrais, foram instaurados 33 procedimentos disciplinares em 2012, sendo 12 processos administrativos disciplinares e 21 sindicâncias.

Os resultados dos procedimentos instaurados pela COGER, em 2012, foram: 8 casos de suspensão, 2 de advertência, 1 repreensão, 5 arquivamentos/absoluções e 12 não-indiciamentos. Não houve ocorrências de demissões ou cassação de aposentadorias.

4.3 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Cabe destacar que o determinado na Portaria nº 1.043/2007 da CGU-PR está sendo cumprido integralmente pela Corregedoria-Geral, bem como pelas unidades descentralizadas deste Departamento de Polícia Federal, não sendo detectada, até o presente momento, nenhuma irregularidade pendente de solução.

5 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

5.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro 5.1.1.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2070			
Título	Segurança Pública com Cidadania			
Órgão Responsável	30000 – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012			a) Valor Remanescente (d – e)
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	4.016.338.000	680.960.348		10.973.097.000
b) Outras Fontes	-	-		
c) Subtotais (a + b)	4.016.338.000	680.960.348		
d) Valor Global Previsto no PPA				14.989.435.000
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
506.983.434,05	262.321.576,83	489.311,91	244.661.857,22	261.832.264,92
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição			Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento
0825	Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.			Ministério da Justiça
0830	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.			Ministério da Justiça

Os itens “a” e “d” são relativos ao Órgão 30000 (Ministério da Justiça), conforme extraído do PPA 2012-2015. O valor descrito no item “f” refere-se às Ações Orçamentárias desenvolvidas pelo Órgão 30909- FUNAPOL.

As Ações Orçamentárias da Polícia Federal na LOA 2012 para o programa 2070 são as descritas a seguir:

201C - Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON,

2586 - Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros Estrangeiros,

2679 - Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos,

2712 - Formação de Pessoal do Sistema de Justiça Criminal,

2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública,
 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União,
 4679 - Serviço de Proteção ao Depoente Especial,
 8680 - Manutenção e Atualização do Projeto Promotec/Pró-Amazônia,
 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal,
 8980 - Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal,
 10JJ - Construção do Anexo da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro,
 125I - Construção do Centro Nacional de Capacitação e Difusão de Ciências Forenses,
 128K - Implantação de Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados – SISVANT,
 14IB - Construção da Superintendência Regional da Polícia Federal na Paraíba,
 5E07 - Construção do Novo Edifício-Sede do Departamento da Polícia Federal,
 5022 - Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre,
 7E37 - Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima,
 7I78 - Construção do Edifício-Sede do Comando de Operações Táticas da Polícia Federal no DF,
 7L82 - Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá.

Das 19 ações elencadas, em 03 (três) delas houve o cumprimento das metas físicas, conforme está detalhado no item 5.1.3.

Considerando as limitações de empenho proporcionadas pelo contingenciamento orçamentário adotado pelo Governo Federal durante o exercício, a Polícia Federal teve imensa dificuldade em executar os créditos classificados como investimento.

Os valores descritos de execução orçamentária são relativas às unidades orçamentárias 30108 e 30909.

5.1.2 Informações sobre objetivos vinculados a programas temáticos de responsabilidade da UJ

Quadro 5.1.2.1 – Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0825					
Descrição	Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.					
Programa	2070					
Órgão Responsável	Ministério da Justiça					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
315.760.348	374.456.209	291.472.561	196.382.270	0	18.670.606	196.201.464

Quadro 5.1.2.2 – Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo	
Código	0830
Descrição	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Programa	2070					
Órgão Responsável	Ministério da Justiça					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
289.200.000	268.364.140	159.453.836	68.537.829	0	0	68.516.203

5.1.2.1 Análise Crítica

O cumprimento das metas e a pertinente análise estão detalhados no item 5.1.3.

5.1.3 Informações sobre iniciativas vinculadas a programas temáticos de responsabilidade da UJ

Quadro 5.1.3.1 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	03DO					
Descrição	Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões.					
Objetivo	0825- Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.					
Órgão ou Unidade Responsável	30108 – Departamento de Polícia Federal					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
20.080.000	44.223.240	19.726.096	9.386.298	0	0	9.162.727
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Ação 20IC- Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON – (Produto: Operação Apoiada)	Unidade	5	5	20.000.000	9.162.727

Quadro 5.1.3.2 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	03DO					
Descrição	Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões					
Objetivo	0825- Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.					
Órgão ou Unidade Responsável	30909 - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
80.000.000	80.000.000	71.516.900	12.251.838	0	0	12.251.838

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Ação 201C- Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON – (Produto: Operação Apoiada)	Unidade	4	4	80.000.000	12.251.838

Quadro 5.1.3.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa							
Código	03DN						
Descrição	Fortalecimento e aprimoramento da capacidade de enfrentamento à criminalidade, em especial ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, drogas e armas, à pirataria, aos ilícitos característicos da região de fronteira, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, pelos órgãos de segurança pública e outras instituições.						
Objetivo	0825- Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.						
Órgão ou Unidade Responsável	30909 - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
315.760.348	374.456.209	291.472.561	196.382.270	0	18.670.605,82	196.201.464	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Ação 2586- Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros Estrangeiros- (Produto: Passaporte emitido)	Unidade	2.000.000	1.935.680	133.000.000	107.194.216	
2	Ação 2679 - Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos- (Produto: Operação realizada)	Unidade	671.000	1.092	25.300.000	5.974.478	
3	Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União (Produto: Operação realizada)	Unidade	1.040	780	156.860.348	82.745.000	
4	Ação 4679 - Serviço de Proteção ao Depoente Especial -(Produto: Pessoa protegida)	Unidade	20	9	600.000	287.470	

Quadro 5.1.3.4 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	03DY
Descrição	Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União.
Objetivo	0830- Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.
Órgão ou	30909 - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal

Unidade Responsável	– FUNAPOL					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
54.000.000	62.000.000	41.138.544	26.794.550			26.794.550
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Ação 2712- Formação de Pessoal do Sistema de Justiça Criminal (Produto: Aluno Formado)	Unidade	1.100	799	54.000.0000	26.794.550

Quadro 5.1.3.5 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	03DW					
Descrição	Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial.					
Objetivo	0830- Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.					
Órgão ou Unidade Responsável	30909 - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
24.000.000	18.000.000	11.071.171	10.938.696			10.924.772
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Ação 2720- Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública (Produto: Ação realizada)	Unidade	1.000	607	24.000.0000	10.924.772

Quadro 5.1.3.6 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	03E1					
Descrição	Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas.					
Objetivo	0830- Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.					
Órgão ou Unidade Responsável	30909 - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
130.330.174	126.364.140	66.105.577	4.010.033			4.002.331
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Ação 8600- Manutenção e Atualização do Projeto Promotec/Pró-Amazônia (Produto: Projeto atualizado)	%	62	9	14.500.000	2.016.529
2	Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal (Produto: Unidade reformada)	(% de execução física)	10	7	12.000.000	1.082.450
3	Ação 8980 - Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal – (Produto: Unidade construída)	(% de execução física)	18	12	28.000.000	161.943
4	Ação 10JJ- Construção do Anexo da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro (Produto: Anexo construído)	(% de execução física)	23	0	15.000.000	0,00
5	Ação 125I - Construção do Centro Nacional de Capacitação e Difusão de Ciências Forenses (Produto : Centro Construído)	(% de execução física)	26	8	15.000.000	0,00
6	Ação 14IB - Construção da Superintendência Regional da Polícia Federal na Paraíba (Produto: unidade Construída)	(% de execução física)	2	0	700.000	0,00
7	Ação 5022 - Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre (Produto: Sede Construída)	(% de execução física)	30	27	11.000.000	741.409
8	Ação 7E37 - Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima (Produto: Sede Construída)	(% de execução física)	31	20	11.000.000	0,00
9	Ação 7I78 - Construção do Edifício-Sede do Comando de Operações Táticas da Polícia Federal no Distrito Federal (Produto: Sede construída)	(% de execução física)	18	0	4.000.000	0,00
10	Ação 7L82 - Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá (Produto: Sede Construída)	(% de execução física)	134	46	19.130.174	0,00

Quadro 5.1.3.7 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	03DZ					
Descrição	Implantação de Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (SISVANT).					
Objetivo	0830- Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.					
Órgão ou Unidade Responsável	30909 - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
54.000.000	62.000.000	41.138.544	26.794.550			26.794.550
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Base Construída	Unidade	1	1	50.000.0000	596.236

Quadro 5.1.3.8 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	03DX					
Descrição	Construção do novo edifício sede do Departamento de Polícia Federal.					
Objetivo	0830- Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.					
Órgão ou Unidade Responsável	30909 - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
26.869.826	0,00	0,00	0,00			0,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Ação 5E07- Construção do Novo Edifício-Sede do Departamento da Polícia Federal (Produto: Sede construída)	(% de execução física)	11	0	26.869.826	0,00

5.1.3.9 Análise Crítica

Em relação às oito iniciativas acima apresentadas, houve cumprimento de metas referente a três delas. Cinco iniciativas não tiveram suas metas cumpridas em sua totalidade. Cabe

pontuar que as metas relacionadas às atividades finalísticas do órgão, tais como ações de caráter sigiloso, operações relacionadas à fiscalização de produtos químicos, emissão de passaporte, dentre outras, foram prejudicadas principalmente em razão da greve de policiais federais, cuja duração chegou a 70 dias durante o exercício.

As metas não cumpridas, relativas à construção e à reforma das unidades, se deve principalmente à grande carência de engenheiros e arquitetos lotados na DEA/CPLAM (Divisão e Engenharia e Arquitetura). Atualmente existem apenas dois engenheiros e um arquiteto lotados na referida Divisão, os quais não possuem condições de gerenciar cerca de 70 projetos de engenharia existentes.

Algumas metas não puderam ser cumpridas devido ao contingenciamento orçamentário do exercício, como é o caso da construção do novo edifício sede do DPF e a capacitação de servidores do órgão, ação que demanda volume razoável de custeio (diárias e despesas com locomoção).

5.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro 5.1.4.1 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2586					
Descrição	Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros Estrangeiros					
Iniciativa	03DN					
Unidade Responsável	FUNAPOL					
Unidade Orçamentária	30909					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
133.000.000	133.000.000	143.000.000	107.194.216	0	182.684,49	107.194.216
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Passaporte emitido	(unidade)	2.000.000	1.935.680	133.000.000	107.194.216

Quadro 5.1.4.2 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2679					
Descrição	Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos					
Iniciativa	03DN					
Unidade Responsável	FUNAPOL					
Unidade Orçamentária	30909					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
25.300.000	25.800.001	13.933.403	6.139.778	0	372.306,54	5.974.478
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Operação realizada	Unidade	2.000	1.092	25.300.000	5.974.478

Quadro 5.1.4.3 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2726					
Descrição	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União					
Iniciativa	03DN					
Unidade Responsável	FUNAPOL					
Unidade Orçamentária	30909					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
156.860.348	205.056.208	145.773.572	82.760.806	0	18.103.149	82.745.000
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Operação realizada	UNIDADE	1.040	780	156.806.348	82.745.000

Quadro 5.1.4.4 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	4679					
Descrição	Serviço de Proteção ao Depoente Especial					
Iniciativa	03DN					
Unidade Responsável	FUNAPOL					
Unidade Orçamentária	30909					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
600.000	600.000	287.470	287.470	0	12.465	287.470
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa Protegida	Unidade	20	9	600.000	287.470

Quadro 5.1.4.5 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	20IC					
Descrição	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON					
Iniciativa	03DO					
Unidade Responsável	FUNAPOL					
Unidade Orçamentária	30108					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
20.080.000	44.223.240	19.726.096	9.386.298	0	0	9.162.727
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Operação apoiada	Unidade	5	5	20.080.000	9.162.727

Quadro 5.1.4.6 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação	
Código	20IC
Descrição	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON
Iniciativa	03DO

Unidade Responsável		FUNAPOL				
Unidade Orçamentária		30909				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
80.000.000	80.000.000	71.516.900	12.251.838	0	0	12.251.838
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Operação apoiada	Unidade	4	4	80.000.000	12.251.838

Quadro 5.1.4.7 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2712				
Descrição		Formação de Pessoal do Sistema de Justiça Criminal				
Iniciativa		03DY				
Unidade Responsável		FUNAPOL				
Unidade Orçamentária		30909				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
54.000.000	62.000.000	41.138.544	26.794.550	0	0	26.794.550
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aluno formado	unidade	1.100	799	54.000.000	26.794.500

Quadro 5.1.4.8 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		8600				
Descrição		Manutenção e Atualização do Projeto Promotec/Pró-Amazônia				
Iniciativa		03E1				
Unidade Responsável		FUNAPOL				
Unidade Orçamentária		30909				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
14.500.000	14.500.000	3.018.626	2.024.231	0	56.952	2.016.529
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto atualizado	%	62	9	14.500.000	2.016.529

Quadro 5.1.4.9 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		8979				
Descrição		Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal				
Iniciativa		03E1				
Unidade Responsável		FUNAPOL				
Unidade Orçamentária		30909				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
12.000.000	12.000.000	3.261.390	1.082.450	0	9.418.690	1.082.450

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal	(% de execução física)	10	7	12.000.000	1.082.450

Quadro 5.1.4.10 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		8980				
Descrição		Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal				
Iniciativa		03E1				
Unidade Responsável		FUNAPOL				
Unidade Orçamentária		30909				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
28.000.000	22.860.000	1.845.421	161.943	17.232,07	991.069,45	161.943
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade construída	unidade	131	12	28.000.000	161.943

Quadro 5.1.4.11 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		10JJ				
Descrição		Construção do Anexo da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro				
Iniciativa		03E1				
Unidade Responsável		FUNAPOL				
Unidade Orçamentária		30909				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
15.000.000	0	0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Anexo construído	% execução física	23	0	0	0

Quadro 5.1.4.12 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		125I				
Descrição		Construção do Centro Nacional de Capacitação e Difusão de Ciências Forenses				
Iniciativa		03E1				
Unidade Responsável		FUNAPOL				
Unidade Orçamentária		30909				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
15.000.000	22.500.000	18.000.000	0	0	8.214.390	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

1	Centro construído	% execução física	26	0	15.000.000	0
---	-------------------	-------------------	----	---	------------	---

Quadro 5.1.4.13 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		14IB				
Descrição		Construção da Superintendência Regional da Polícia Federal na Paraíba				
Iniciativa		03E1				
Unidade Responsável		FUNAPOL				
Unidade Orçamentária		30909				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
700.000	700.000	0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade construída	% execução física	2	0	700.000	0

Quadro 5.1.4.14 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		128K				
Descrição		Implantação de Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados - SISVANT				
Iniciativa		03DZ				
Unidade Responsável		FUNAPOL				
Unidade Orçamentária		30909				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
50.000.000	42.000.000	789.273	596.236	0	193.036	596.236
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Base Construída	Unidade	1	1	50.000.000	596.236

Quadro 5.1.4.15 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		5E07				
Descrição		Construção do Novo Edifício-Sede do Departamento da Polícia Federal				
Iniciativa		03DX				
Unidade Responsável		FUNAPOL				
Unidade Orçamentária		30909				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
26.869.826	0	0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sede construída	% de execução física	11	0	26.869.826	0

Quadro 5.1.4.16 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	7178					
Descrição	Construção do Edifício-Sede do Comando de Operações Táticas da Polícia Federal no Distrito Federal					
Iniciativa	03E1					
Unidade Responsável	FUNAPOL					
Unidade Orçamentária	30909					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.000.000	4.000.000	0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sede Construída	% de execução física	18	0	4.000.000	0

Quadro 5.1.4.17 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	7L82					
Descrição	Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá					
Iniciativa	03E1					
Unidade Responsável	FUNAPOL					
Unidade Orçamentária	30909					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
19.130.174	20.3040140	18.104.140	0	0	18.104.140	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sede Construída	% de execução física	34	0	20.304.140	0

Quadro 5.1.4.18 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	7E37					
Descrição	Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima					
Iniciativa	03E1					
Unidade Responsável	FUNAPOL					
Unidade Orçamentária	30909					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
11.000.000	12.000.000	8.876.000	0	0	8.876.000	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sede Construída	% de execução física	31	20	12.000.000	

Quadro 5.1.4.19 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	5022					
Descrição	Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre					
Iniciativa	03E1					
Unidade Responsável	FUNAPOL					
Unidade Orçamentária	30909					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
11.000.000	13.000.000	13.000.000	741.409	0	12.258.590	741.409
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sede Construída	% de execução física	30	27	11.000.000	741.409

5.1.4.20 Análise Crítica

O órgão possui 19 ações vinculadas a programas temáticos. Dessas, 3 obtiveram o cumprimento das metas físicas. Os principais problemas enfrentados estão relacionados às atividades de construção e reforma das unidades, cujas metas estão aquém do previsto inicialmente.

Como exemplo, tem-se a meta que previa a construção e ampliação de 131 unidades do DPF. Não foi possível o atendimento, pois a empresa ganhadora da licitação do primeiro projeto desistiu do contrato, sendo necessária a contratação da segunda, o que acarretou um atraso que impossibilitou o término do projeto em 2012. Quanto à segunda parte da meta (ampliação das unidades), existem projetos que estão em fase de licitação.

Cabe destacar a grande carência de engenheiros e arquitetos lotados na DEA/CPLAM (Divisão e Engenharia e Arquitetura). Atualmente existem dois engenheiros e um arquiteto, os quais não possuem condições de gerenciar cerca de 70 projetos de engenharia existentes, apesar de haver solicitação no MPOG de pedido de realização de concurso público para provimento de vagas na área de engenharia / arquitetura. Outro fator impactante no cumprimento das metas relacionadas à construção do novo edifício sede do DPF e construção da nova sede do COT, decorre do contingenciamento orçamentário do exercício e a incerteza do recebimento de dotações. Tais contratações não puderam ser realizadas em 2012, uma vez que os certames relacionados a obras, devido aos valores, devem ser realizados, em sua grande maioria, pela modalidade concorrência.

No tocante à meta de emissão de passaportes, há de se ressaltar que, a expedição de passaporte no país é suscetível às variações principalmente do dólar e euro, e no corrente ano, foi impactada pela grave crise econômica que assolou a Comunidade Internacional. Mesmo assim, foram expedidos mais de 1,9 milhão de documentos, o que representou o cumprimento de 96% da meta estabelecida para o exercício (2 milhões de passaportes expedidos).

Em relação ao SISVANT (meta cumprida), até o momento foi adquirido um sistema, composto de 02 aeronaves, uma estação de controle de solo e uma antena de transmissão satelital, sendo que o projeto executivo da reforma da Base São Miguel não foi entregue pela empresa contratada. O contrato de manutenção das aeronaves encontra-se em fase final de negociação. Para o ano de 2013 está prevista a aquisição de um segundo sistema, com a mesma configuração e

equipamentos do primeiro, acrescido de radares SAR, MMR e visor eletro-ótico MIST-U, projetando-se um valor aproximado de 60 milhões de reais.

A imposição de limites de empenho ocasionou o não-cumprimento de algumas metas financeiras, o que impactou diretamente o cumprimento da respectiva meta física.

5.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro 5.1.5.1 – Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa	2112					
Título	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça					
Órgão Responsável	Ministério da Justiça					
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
57.780.000	57.180.000	54.706.158	54.706.158	0	0	54.706.158

5.1.5.2 Análise Crítica

As Ações Orçamentárias da Polícia Federal na LOA 2012 para o programa 2112 estão descritas a seguir: Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregado, Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados, Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados, Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

5.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro 5.1.6.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2010					
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL					
Unidade Orçamentária	30108					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.060.000	3.060.000	3.028.491	2.972.491	0	0	2.972.491
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Criança atendida	Unidade	2.684	2.607	3.060.000	2.972.491

Quadro 5.1.6.2 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação	
Código	2011
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL					
Unidade Orçamentária	30108					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.920.000	1.920.000	1.899.926	1.806.927	0	0	1.806.927
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado	unidade	1.039	976	1.920.000	1.806.927

Quadro 5.1.6.3 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2012					
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL					
Unidade Orçamentária	30108					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
51.000.000	50.400.000	50.266.508	49.207.278	0	0	49.207.278
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado	unidade	13.980	13.980	51.000.000	49.207.278

Quadro 5.1.6.4 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	4572					
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL					
Unidade Orçamentária	30108					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.800.000	1.500.000	997.048	719.462	0	277.586	719.462
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor capacitado	unidade	3000	2.921	1.800.000	719.462

5.1.6.5 Análise Crítica

Cabe destacar a compatibilidade da execução financeira e da execução física das metas. A realização das metas físicas está bem próxima dos índices planejados. A quantidade de restos a pagar está em patamar mínimo, existindo apenas na ação “Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação”.

5.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

5.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro 5.2.1.1 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Departamento de Polícia Federal	30108	200336
Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL	30909	200337

5.2.2 Programação de Despesas

5.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro 5.2.2.1.1 – Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	3.642.509.411	3.534.509.601	27.545.960	33.809.714	453.201.000	422.565.324
	PLOA	3.642.509.411	3.534.509.601	27.545.960	33.809.714	453.201.000	422.565.324
	LOA	3.642.509.411	3.534.509.601	27.545.960	33.809.714	452.659.100	422.565.324
CRÉDITOS	Suplementares	38.200.000	122.156.400	0	0	4.406.760	65.516.000
	Especiais	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	0	8.000.000	7.630.615	0	600.000	2.392.000
Outras Operações			0	0	0	0	0
Total			3.680.709.411	3.648.666.001	19.915.345	33.809.714	456.465.860

Fonte: SIAFI Gerencial web, PLOA 2011/2012, LOA 2011/2012, RGF 2011

5.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro 5.2.2.2.1 – Programação de Despesas de Capital - 30108

Valores em R\$

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 - Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	261.265.669	228.300.000	0	0	0	0
	PLOA	261.265.669	228.300.000	0	0	0	0
	LOA	293.326.017	244.057.179	0	0	0	0
DI	Suplementares	76.195.860	77.223.338	0	0	0	0

	Especiais	Abertos	15.311.100	20.311.100	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	51.034.976	0	0	0	0
Créditos Cancelados			50.835.860	103.500.000	0	0	0	0
Outras Operações			0	0	0	0	0	0
Total			0	333.997.117	289.126.593	0	0	0

Fonte: Siafi Gerencial web, PLOA 2011/2012, LOA 2011/2012, RGF 2011

Quadro 5.2.2.2.2 – Programação de Despesas de Capital - 30909

Valores em R\$

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	0	0	0	0	372.734.331	235.600.000	
	PLOA	0	0	0	0	372.734.331	235.100.000	
	LOA	0	0	0	0	389.434.331	235.600.000	
CRÉDITOS	Suplementares	0	0	0	0	8.000.000	77.300.000	
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	14.188.900	14.188.900
		Reabertos	0	0	0	0	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0,00	0,00
		Reabertos	0	0	0	0	0,00	12.595.300
	Créditos Cancelados	0	0	0	0	16.000.000	16.000.000	
Outras Operações		0	0	0	0	0	0,00	
Total		0	0	0	0	0	319.684.200	

Fonte: Siafi Gerencial web, PLOA 2011/2012, LOA 2011/2012, RGF 2011

5.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro 5.2.2.3.1 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência – 30108

Valores em R\$

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	4.000.000	25.000.000	0	0	52.602.600	58.208.432	
	PLOA	4.000.000	25.000.000	0	0	52.602.600	58.208.432	
	LOA	4.000.000	25.000.000	0	0	52.602.600	58.208.432	
CRÉDITOS	Suplementares	11.179.000	19.047.100	0	0	0	0	
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	65.438.248	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
Créditos Cancelados	0	0	0	0	25.004.988	0		
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
Total		80.617.248	44.047.100	0	0	27.597.612	58.208.432	

Fonte: Siafi Gerencial web, PLOA 2011/2012, LOA 2011/2012, RGF 2011

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	372.734.331	235.600.000	261.265.669	228.300.000	24.040.415	0	
	PLOA	372.734.331	235.600.000	261.265.669	228.300.000	24.040.415	0	
	LOA	389.434.331	235.600.000	293.326.017	244.057.179	24.040.415	0	
CRÉDITOS	Suplementares	8.000.000	77.300.000	76.195.860	77.223.338	0	0	
	Especiais	Abertos	14.188.900	14.188.900	15.311.100	20.311.100	0	0
		Reabertos	0	0	0,00	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0,00	0	0	0
		Reabertos	0	12.595.300	0,00	51.034.976	0	0
	Créditos Cancelados	16.000.000	20.000.000	50.835.860	103.500.000	0	0	
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
Total		395.623.231,00	319.684.200	333.997.117	262.186.527	24.040.415	0	

Fonte: Siafi Gerencial web, PLOA 2011/2012, LOA 2011/2012, RGF 2011

5.2.2.4 Análise Crítica

O aumento dos créditos nos grupos 1 e 3 é devido, respectivamente, ao aumento no número de servidores decorrentes de concurso público e aumento nos valores dos contratos e tarifas públicas, bem como o impacto da inflação sobre os custos da administração como um todo. Os créditos cancelados no grupo de despesa 2 (juros e encargos da dívida) são decorrentes da transferência da dívida para o Tesouro Nacional.

A maior parte dos créditos suplementares é decorrente do cancelamento de dotações.

Os créditos extraordinários abertos na UO 30108 são relativos à Medida Provisória encaminhada pela Casa Civil, no final do exercício, para a manutenção dos investimentos prioritários do Governo Federal, tendo em vista que o Congresso Nacional não teve tempo hábil para votação do orçamento em 2012.

Os créditos especiais abertos no exercício foram utilizados para a atuação da Polícia Federal no evento Rio+20. Os quadros resumo de programação de despesas mostram que a evolução dos gastos é bem inferior aos impactos proporcionados pelos aumentos nas tarifas públicas a inflação do período e o reajuste nos contratos pelo aumento nos valores nos salários-base das categorias. Isso demonstra que o órgão reduziu os contratos vigentes.

5.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 5.2.3.1 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos	200336	200334	06122211220000001	-	-	13.814,73
		200336	200338	06122211220000001	-	-	8.893,42
		200336	200340	06122211220000001	-	-	644,00
		200336	200342	06122211220000001	-	-	9.722,24
		200336	200344	06122211220000001	-	-	13.863,61
		200336	200350	06122211220000001	-	-	61.038,97
		200336	200352	06122211220000001	-	-	24.608,01
		200336	200354	06122211220000001	-	-	10.656,83
		200336	200356	06122211220000001	-	-	52.951,54
		200336	200358	06122211220000001	-	-	14.501,70
		200336	200360	06122211220000001	-	-	55.344,93
		200336	200362	06122211220000001	-	-	13.834,69
		200336	200364	06122211220000001	-	-	46.015,20
		200336	200368	06122211220000001	-	-	11.352,96
		200336	200370	06122211220000001	-	-	32.929,59
		200336	200374	06122211220000001	-	-	10.573,44
		200336	200376	06122211220000001	-	-	14.333,31
		200336	200378	06122211220000001	-	-	25.762,86
		200336	200380	06122211220000001	-	-	16.312,44
		200336	200384	06122211220000001	-	-	27.163,51
		200336	200386	06122211220000001	-	-	4.898,58
		200336	200388	06122211220000001	-	-	15.142,88
		200336	200390	06122211220000001	-	-	23.615,07
		200336	200392	06122211220000001	-	-	77.245,50
200336	200394	06122211220000001	-	-	18.454,86		
200336	200396	06122211220000001	-	-	14.610,97		

		200336	200398	06122211220000001	-	-	14.690,82
		200336	200402	06122211220000001	-	-	60,00
		200336	200404	06122211220000001	-	-	5.978,91
		200336	200406	06122211220000001	-	-	23.099,65
		200336	200416	06122211220000001	-	-	3.342,66
	Recebidos	-	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	200336	150016	06122211220000001	-	-	104.901,64
		200336	158155	06122211220000001	-	-	68.956,00
		200336	158195	06122211220000001	-	-	100.587,00
		200336	772001	06181207027260001	-	-	33.746,31
	Recebidos	200092	200336	06181207014LH0001	-	-	270.000,00
		200092	200336	06181207014LI0001	-	-	417.728,15
		200092	200336	06181207088550001	-	-	1.072.435,69
		200092	200336	06422207083750001	-	-	13.700,00
		200092	200336	14421207023160001	-	-	456.302,20
		200097	200336	03062058142640001	-	-	82.455,40
		200248	200336	06181207014LI0001	-	-	683.873,97
		201009	200336	09272008901810001	4.000.000,00	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	200336	150016	06122211220000001	27.501,40	-	-
	Recebidos	200336	200092	06181207014LH0001	10.488.226,22	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial web

5.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

5.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

5.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro 5.2.4.1.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores em R\$
30108

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	0	0	0	0
a) Convite	267.767,90	327.214,80	267.767,90	327.214,80
b) Tomada de Preços	24.823,93	445.058,96	24.823,93	445.058,96
c) Concorrência	201.850.430,11	204.252.661,21	198.497.639,35	202.059.483,99
d) Pregão	0	0	0	0
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	66.053.858,39	66.336.676,91	65.423.207,33	65.338.524,56
2. Contratações Diretas (g+h)	47.976.373,15	44.831.288,16	47.389.722,94	43.937.127,08
g) Dispensa	18.077.485,24	21.505.388,75	18.033.484,39	21.401.397,48
h) Inexigibilidade	0	0	0	0
3. Regime de Execução Especial	0	0	0	0
i) Suprimento de Fundos	3.727.316.560,96	3.623.372.184,70	3.727.285.257,47	3.623.370.809,28
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	3.718.286.491,67	3.618.203.073,21	3.718.256.430,35	3.618.203.073,21
j) Pagamento em Folha	9.030.069,29	5.169.111,49	9.028.827,12	5.167.736,07
k) Diárias	65.041.743,40	0,0	64.861.887,47	0
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	4.060.555.184,69	3.894.733.796,58	4.056.360.583,45	3.891.541.091,59

Fonte: SIAFI gerencial web, RGF 2011

Quadro 5.2.4.1.1.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores em R\$
30909

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	34.922.548,75	14.297.818,68	34.922.548,75	14.114.163,43
a) Convite	85.979,22	28.821,68	85.979,22	28.821,680
b) Tomada de Preços	609.385,88	182.759,20	609.385,88	108.734,750
c) Concorrência	877.797,80	4.784.560,48	877.797,80	4.784.560,48
d) Pregão	33.349.385,85	9.301.677,32	33.349.385,85	9.192.046,52
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
2. Contratações Diretas (g+h)	112.101.161,57	102.858.038,89	112.101.161,57	65.338.524,56
g) Dispensa	20.056.217,22	12.840.862,24	20.056.217,22	43.937.127,08
h) Inexigibilidade	92.044.944,35	90.017.176,65	92.044.944,35	21.401.397,48
3. Regime de Execução Especial	10.902.084,73	13.726.213,80	10.902.084,73	13.726.213,80
i) Suprimento de Fundos	10.902.084,73	13.726.213,80	10.902.084,73	13.726.213,80
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	92.683.177,43	65.530.449,38	92.683.177,43	65.522.589,55
j) Pagamento em Folha	0	0	0	0
k) Diárias	92.683.177,43	65.530.449,38	92.683.177,43	65.522.589,55
5. Outros	111.689.667,53	75.689.572,75	111.689.667,53	75.001.879,28
6. Total (1+2+3+4+5)	362.298.640,01	258.375.879,70	362.298.640,01	233.703.370,62

Fonte: SIAFI gerencial web, RGF 2011

5.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Quadro 5.2.4.1.2.1 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - 30108

Valores em R\$

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal								
APOSENT.RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR.MILITAR	853.695.607,23	825.941.307,96	853.663.654,48	825.288.686,66	31.952,75	652.621,30	853.663.654,48	825.288.686,66
PENSOES, EXCLUSIVE DO RGPS	413.001.166,19	407.826.999,11	412.544.503,36	407.705.985,54	456.662,83	121.013,57	412.544.503,36	407.705.985,54
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	1.073.448,73	1.779.467,66	922.435,30	1.769.985,63	151.013,43	9.482,03	922.435,30	1.769.985,63
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.950.691.102,15	1.954.526.006,33	1.943.543.108,89	1.949.582.755,08	7.147.993,26	4.943.251,25	1.943.529.578,19	1.949.580.375,64
OBRIGACOES PATRONAIS	415.700.352,35	422.236.974,17	406.015.093,62	422.236.974,17	9.685.258,73		406.015.093,62	1.949.580.375,64
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	578.949,61	422.236.974,17	578.259,57	663.521,95	690,04	542,65	578.259,57	663.521,95
SENTENCAS JUDICIAIS	5.227.773,40	5.696.540,40	5.098.340,05	5.296.513,04	129.433,35	400.027,36	5.098.340,05	5.262.524,17
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.649.551,89	3.464.192,21	4.595.140,09	3.464.192,21	1.054.411,80		4.595.140,09	3.464.192,21
RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	3.909.860,74	4.903.828,51	2.178.198,46	2.224.074,83	1.731.662,28	2.679.753,68	2.161.667,84	2.201.211,34
2. Juros e Encargos da Dívida								
JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	9.534.370,24	18.049.258,67	9.534.370,24	18.049.258,67	0,00		9.534.370,24	18.049.258,67
3. Outras Despesas Correntes								
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	3.027.911,17	3.031.699,80	2.972.065,28	2.996.533,14	55.845,89	35.166,66	2.972.065,28	2.996.533,14
DIARIAS – CIVIL	2.486.648,67	5.206.566,35	2.486.648,67	5.191.566,35	0,00	15.000,00	2.486.648,67	5.190.190,93

AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00	184.352,40	0,00	171.552,40	0,00	12.800,00	0,00	158.702,40
AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	0,00	291.511,60	0,00	264.335,60	0,00	12.800,00	0,00	248.025,60
MATERIAL DE CONSUMO	36.948.166,71	42.727.512,18	6.702.586,38	29.922.898,82	30.245.580,33	12.804.613,36	6.520.697,47	29.627.993,38
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	4.719.364,87	10.701.101,06	3.495.115,93	9.341.727,57	1.224.248,94	1.359.373,49	3.296.507,74	9.207.988,54
SERVICOS DE CONSULTORIA	878.499,00	898.960,40	803.865,91	806.634,02	74.633,09	92.326,38	803.865,91	806.634,02
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	6.980.783,02	8.802.617,05	4.040.582,40	8.339.749,24	2.940.200,62	462.867,81	4.040.582,40	8.324.460,54
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	17.591.232,04	92.233.865,82	15.158.086,16	84.503.508,35	2.433.145,88	7.730.357,47	15.078.606,78	83.453.376,75
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	94.489.375,18	166.815.368,03	52.120.198,27	131.629.714,27	42.369.176,91	35.185.653,76	51.732.249,34	130.076.149,11
AUXILIO-ALIMENTACAO	50.247.712,53	50.485.677,06	49.188.482,44	50.445.934,44	1.059.230,09	39.742,62	49.188.482,44	50.445.934,44
OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	191.385,61	596.962,80	110.821,75	566.887,37	80.563,86	30.075,43	107.076,69	566.666,47
AUXILIO-TRANSPORTE	1.898.748,39	1.839.551,27	1.805.749,36	1.817.229,03	92.999,03	22.322,24	1.805.749,36	1.817.229,03
DEPOSITOS COMPULSORIOS	0,00	20.103,17	0,00	20.103,17	0,00	0,00	0,00	20.103,17
SENTENCAS JUDICIAIS	0,00	6.911,17	0,00	6.911,17	0,00	0,00	0,00	6.911,17
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	943.472,91	17.451.505,22	939.894,30	16.948.139,56	3.578,61	503.365,66	878.347,71	16.773.464,22
INDENIZACOES E RESTITUICOES	34.287.090,50	43.127.300,54	34.238.748,97	41.684.552,14	48.341,53	1.442.748,40	34.238.748,97	41.684.552,13
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
MATERIAL DE CONSUMO	229.180,00	0,00	0,00	0,00	229.180,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	9.280.420,61	823.551,73	0,00	769.304,44	9.280.420,61	54.247,29	0,00	769.304,44
OBRAS E INSTALACOES -	18.730.682,66	107.204,00	0,00	91.974,80	18.730.682,66	15.229,20	0,00	91.974,80

OP.INT. ORC.								
EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	100.452.705,40	35.110.185,37	326.372,80	12.482.734,35	100.126.332,60	22.627.451,02	326.372,80	12.482.734,35
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	399,70	0,00	399,70	0,00	0,00	0,00	399,70
INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	595,00	0,00	595,00	0,00	0,00	0,00	595,00
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								
PRINCIPAL CORRIGIDO DIVIDA CONTR.REFINANCIADO	27.550.105,23	48.925.626,17	27.550.105,23	48.925.626,17	0,00	0,00	27.550.105,23	48.925.626,17

Quadro 5.2.4.1.2.2 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - 30909

Valores em R\$

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
DIARIAS - CIVIL	15.941.623,06	65.530.449,38	15.941.623,06	65.530.449,38	0,00	0,00	15.941.304,46	65.522.589,55
MATERIAL DE CONSUMO	91.009.754,47	129.784.313,01	91.009.754,47	94.652.255,74	0,00	35.132.057,27	91.009.754,47	94.646.619,61
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	280.834,76	230.896,87	280.834,76	190.049,98	0,00	40.846,89	280.834,76	176.605,21
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	9.473.390,94	8.572.405,89	9.473.390,94	8.332.100,17	0,00	240.305,72	9.473.390,94	8.332.100,17
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	528.874,62	144.217,14	528.874,62	128.014,48	0,00	16.202,66	528.874,62	128.014,48
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	27.526.605,63	32.400.218,87	27.526.605,63	22.653.977,77	0,00	9.746.241,10	27.518.904,37	21.951.078,13
OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	30.329,35	118.215,54	30.329,35	116.215,54	0,00	2.000,00	30.329,35	116.215,54

OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	8.687.867,18	0,0	8.687.867,18	0,00	0,00	0,00	8.687.867,18	0,00
SENTENCAS JUDICIAIS	28.429,25	41.328,87	28.429,25	37.571,70	0,00	3.757,17	28.429,25	37.571,70
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	167.027,55	5.083.909,72	167.027,55	4.576.228,47	0,00	507.681,25	167.027,55	4.576.228,47
INDENIZACOES E RESTITUICOES	18.874,88	31.845,41	18.874,88	31.845,41	0,00	0,00	18.874,88	31.845,41
DIARIAS - CIVIL	15.941.623,06	65.530.449,38	15.941.623,06	65.530.449,38	0,00	0,00	15.941.304,46	65.522.589,55
DESPESAS DE CAPITAIS								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	7.500,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	434.311,38	2.924.095,51	434.311,38	20.250,51	0,00	2.903.845,00	434.311,38	20.250,51
OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA- ORCAMENTARIAS	1.500,00	2.012,45	1.500,00	2.012,45	0,00	0,00	1.500,00	2.012,45
OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORB.	0,00	83.841.040,93	0,00	5.321.097,22	0,00	78.519.943,71	0,00	5.247.072,77
EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORB.	14.908.339,61	54.921.816,43	14.908.339,61	4.103.574,58	0,00	50.818.241,85	14.908.339,61	4.027.813,55
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	19.867,78	0,00	19.867,78	0,00	0,00	0,00	19.867,78
INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	152.848,44	0,00	152.848,44	0,00	0,00	0,00	152.848,44

5.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

5.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação – COAD, ANP, CGTI e DITEC

Quadro 5.2.4.2.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação – 30108

Valores em R\$

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	523.064,46	2.602.122,82	488.791,91	1.582.665,07
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	937.846,54	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	523.064,46	1.664.276,28	488.791,91	1.582.665,07
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (g+h)	10.200,00	322.205,93	10.200,00	322.205,93
g) Dispensa	10.200,00	87.605,93	10.200,00	87.605,93
h) Inexigibilidade	0,00	234.600,00	0,00	234.600,00
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
i) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Outros	329.637,84	2.771.184,15	329.637,84	2.770.929,66
6. Total (1+2+3+4+5)	862.902,30	5.695.512,90	828.629,75	4.675.800,66

Fonte: COF/DLOG

5.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 5.2.4.2.2.1 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação – COAD, ANP, CGTI e DITEC

Valores em R\$

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
MATERIAL DE CONSUMO	229.180,00	0,00	0,00	0,00	229.180,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	9.280.420,61	823.551,73	0,00	769.304,44	9.280.420,61	54.247,29	0,00	769.304,44
OBRAS E INSTALAÇÕES - OP.INT.ORC.	18.730.682,66	107.204,00	0,00	91.974,80	18.730.682,66	15.229,20	0,00	91.974,80
EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	100.452.705,40	35.110.185,37	326.372,80	12.482.734,35	100.126.332,60	22.627.451,02	326.372,80	12.482.734,35
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	399,70	0,00	399,70	0,00	0,00	0,00	399,70
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	595,00	0,00	595,00	0,00	0,00	0,00	595,00
5 – Inversões Financeiras								
6 – Amortização da Dívida								
PRINCIPAL CORRIGIDO DIVIDA CONTR. REFINANCIADO	27.550.105,23	48.925.626,17	27.550.105,23	48.925.626,17	0,00	0,00	27.550.105,23	48.925.626,17

Quadro 5.2.4.2.2.2 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação – 30909

Valores em R\$

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
3 – Outras Despesas Correntes								
DIARIAS - CIVIL	156.504,30	2.034.208,22	137.093,34	2.034.208,22	19.410,96		137.093,34	2.034.208,22
MATERIAL DE CONSUMO	466.502,20	1.702.521,88	466.502,20	1.405.481,42	0,00	297.040,46	466.502,20	1.378.228,65
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	134.449,86	681.161,61	122.354,56	406.765,17	12.095,30	274.396,44	88.082,01	352.406,73
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FÍSICA	270.000,00	0,00	0,00		270.000,00	0,00	0,00	0,00
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	136.952,20	755.635,95	136.952,20	755.635,95	0,00	0,00	136.952,20	755.381,46
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.164.892,89	0,00	0,00	129.213,26	0,00	1.035.679,63	0,00	129.213,26
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	1.502,32	0,00	0,00	1.502,32	0,00	0,00	0,00	1.502,32
SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	140,02	0,00	0,00	140,02	0,00	0,00	0,00	140,02
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	0,00	1.969.790,00	0,00	0,00	0,00	1.969.790,00	0,00	0,00
OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORC.	0,00	1.811.846,54	0,00	0,00	0,00	1.811.846,54	0,00	0,00
EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	2.584.226,22	23.001.891,70	0,00	24.720,00	2.584.226,22	22.977.171,70	0,00	24.720,00

5.2.4.2.3 *Análise crítica*

Com relação à evolução das dotações orçamentárias da UJ 30108, percebe-se que houve uma pequena evolução da despesa empenhada, da despesa liquidada e dos valores pagos. Existe uma diminuição acelerada dos valores inscritos em restos a pagar. A exceção são os valores inscritos em equipamentos e materiais permanentes adquiridos no final do exercício pela UO 30909. Devido à extinção desta unidade orçamentária, os saldos foram transferidos para a UO 30108.

No que tange à evolução das dotações orçamentárias da UJ 30909, percebe-se que limitações orçamentárias reduziram os valores referentes às despesas empenhadas e liquidadas. Entretanto, isso possibilitou um volume maior de pagamentos o que propiciou redução nos valores de restos a pagar.

Os quadros acima refletem todo o orçamento de investimento da Polícia Federal, já que a Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade é a setorial orçamentária do órgão, recebe todo o orçamento e o movimenta para as unidades gestoras.

Quanto à evolução das dotações orçamentárias da UJ 30108, depreende-se que houve crescimento nos índices de despesa empenha, despesa liquidada e nos valores pagos. Considerando a liberação de dotação orçamentária nos últimos dias do exercício, as despesas com restos a pagar não processados cresceram além do previsto.

No que diz respeito à evolução das dotações orçamentárias da UJ 30909 percebe-se que houve uma diminuição significativa nos valores empenhados. No último dia útil do ano houve a transferência dos saldos das contas da UO 30909 para a 30108. Com isso os valores de RP foram todos zerados.

6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

6.1.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 6.1.1.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores - GESTÃO TESOUREO

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	2.056.239,64	11.711,81	2.013.927,70	30.600,13
2010	2.260.447,31	35.764,91	2.186.931,50	37.750,90
2009	3.315.078,32	15.480,88	3.299.597,44	0,00
2008	723.731,55	344.627,45	379.104,10	0,00
2007	420.547,52	21.120,90	399.426,62	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	117.288.114,01	14.909.553,13	54.319.925,13	48.058.635,75
2010	39.728.046,52	8.939.930,79	30.645.748,21	142.367,52
2009	51.469.404,28	30.165.806,61	21.236.112,87	67.484,80
2008	78.294.735,53	25.334.848,89	52.959.886,64	0,00
2007	95.156.739,33	57.893.744,62	37.262.994,71	0,00

Fonte: SIAFI (2009, 2010,2012)

Quadro 6.1.1.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores – GESTÃO FUNAPOL

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	789.562,72	98,28	789.464,44	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	76.821.944,55	3.642.869,18	73.179.075,37	0,00
2010	96.069.939,78	11.106.942,49	83.333.549,09	1.629.448,20
2009	77.541.480,55	4.548.463,01	72.905.547,37	87.470,17
2008	134.723.912,55	5.489.153,10	129.187.645,28	47.114,17

Fonte:SIAFI(2008,2009,2010,2012)

6.1.2 Análise Crítica

Os valores ora inscritos refletem, em sua maioria, projetos executivos de obras e construções em andamento, que estão aguardando seu desenvolvimento para a devida liquidação, bem como aquisição de veículos no final do exercício, os quais serão entregues e liquidados ao longo de 2013.

6.2 Transferências de Recursos

6.2.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro 6.2.1.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL									
CNPJ: 00.394.494/0014-50					UG/GESTÃO: 200336/000001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	2730/2010	SECRETARIA DE EDUC.PROFISSIONAL E TECNOLOGICA/ MEC	1.415.019,20	Não Há	R\$ 376.633,84	R\$ 1.415.019,20	Abr/2010	Dez/2012	4
<p>LEGENDA</p> <p>Modalidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso <p>Situação da Transferência:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado 									
<p>Fonte: Siafi Operacional (Notas de Crédito) e Processo nº 08206.002403/2009-35</p>									

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL									
CNPJ: 00.394.494/0014-50					UG/GESTÃO: 200337/000001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	s/n	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	169.000,00	Não Há	R\$ 0	R\$ 169.000,00	Dez/2011	Dez/2013	1
<p>LEGENDA</p> <p>Modalidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso <p>Situação da Transferência:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado 									
Fonte: Siafi Operacional (Notas de Crédito) e Processo nº 08490.014883/2011-33									

6.2.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro 6.2.2.1 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL					
CNPJ:	00.394.494/0014-50					
UG/GESTÃO:	200336/0001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	0	0	0	0	0	0
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	1	376.633,84	570.696,35	467.689,01
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0
Totais	0	0	1	376.633,84	570.696,35	467.689,01

Fonte: Siafi Operacional (Notas de Crédito) e Processo nº 08206.002403/2009-35

Quadro 6.2.2.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL					
CNPJ:	00.394.494/0014-50					
UG/GESTÃO:	200337/0001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	0	0	0	-	-	-
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	0	1	0	0,00	169.000,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0	0	-	-	-
Totais	0	1	0	0,00	169.000,00	0,00

Fonte: Siafi Operacional (Notas de Crédito) e Processo nº 08490.014883/2011-33

6.2.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

Quadro 6.2.3.1 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	0	0	0	0	0
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	1	169.000	169.000	0	100
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0
Totais	1	169.000	169.000	0	100

Fonte: Siafi Operacional (Notas de Crédito) e Processo nº 08490.014883/2011-33

6.2.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

O Termo de Cooperação celebrado entre a Polícia Federal e o SETEC/MEC prevê o desenvolvimento de um sistema para funcionamento do inquérito eletrônico (e-pol). O repasse até o final do exercício de 2012 foi de 100%, tendo sido concluído no referido exercício. O SETEC/MEC deverá apresentar relatório descritivo detalhado das ações executadas em conformidade com a cláusula nona do Termo.

Já o Termo de Cooperação celebrado entre a Superintendência de Polícia Federal no Estado de Santa Catarina e a UFSC prevê a realização de curso de mestrado em perícia ambiental, com repasse integral do valor do termo já realizado e conclusão do curso no ano de 2013, com a defesa de dissertação dos alunos. Registre-se que toda documentação fica sob guarda e controle daquela unidade do DPF, e as informações do referido TC constam neste relatório tendo em vista que a UG/Gestão repassadora (200337/00001) é de responsabilidade desta UJ.

6.2.5 Análise Crítica

Os termos assinados pela UJ prevêem que a prestação de contas deverá integrar as contas anuais dos respectivos órgãos de destino, por se tratar de recursos transferidos de um órgão da União para outro órgão, também, da União, sendo o acompanhamento realizado pelo DPF apenas de execução do objeto.

6.3 Suprimento De Fundos

6.3.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

6.3.1.1 Suprimento Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria de Fundos – Visão Geral

Quadro 6.3.1.1.1 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Valores em R\$

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo "B"	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
200335	COAD	0	2.574.501,20	68.444,57	R\$ 2.642.945,77
200341	ANP	0	0	644,00	R\$ 644,00
200343	CGTI	0	0	2.329,77	R\$ 2.329,77
200407	DITEC	0	7.183,68	15.915,97	R\$ 23.099,65
Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		0	2.581.684,88	87.334,31	R\$ 2.669.019,19

6.3.1.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro 6.3.1.2.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$

Código da UG 1	200335	Limite de Utilização da UG	50.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Alciúde Ayres Da Fonseca	308.536.991-00	1.900,00	678,00	1.209,12	1.887,12
Alciúde Ayres Da Fonseca	308.536.991-00	5.000,00	2.044,00	2.845,00	4.689,54
Danilo Lopes Carvalho	811.746.401-20	5.000,00	150,00	2.531,30	2.681,30
Fabiano Paizante Lima	783.289.341-91	5.000,00	1.790,00	2.766,98	4.556,98
REE – Sigiloso	-	-	-	-	8796,73
REE – Sigiloso	-	-	-	-	14915,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	5992,03
REE – Sigiloso	-	-	-	-	4423,96
REE – Sigiloso	-	-	-	-	8000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	9918,05
REE – Sigiloso	-	-	-	-	434,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	8000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	274,81
REE – Sigiloso	-	-	-	-	32000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	956,31
REE – Sigiloso	-	-	-	-	6000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	8293,69
REE – Sigiloso	-	-	-	-	32000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	28993,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	2936,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	4871,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	7000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	203,90
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1999,27
REE – Sigiloso	-	-	-	-	14000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	3000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1620,69
REE – Sigiloso	-	-	-	-	4000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	8290,70
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1999,32
REE – Sigiloso	-	-	-	-	22000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	6403,85
REE – Sigiloso	-	-	-	-	986,77
REE – Sigiloso	-	-	-	-	14100,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1293,70
REE – Sigiloso	-	-	-	-	4423,96
REE – Sigiloso	-	-	-	-	8000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	9918,05
REE – Sigiloso	-	-	-	-	434,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	8000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	274,81
REE – Sigiloso	-	-	-	-	32000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	956,31
REE – Sigiloso	-	-	-	-	6000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	8293,69
REE – Sigiloso	-	-	-	-	32000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	977,36
REE – Sigiloso	-	-	-	-	26000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	4997,65
REE – Sigiloso	-	-	-	-	4000,00

REE – Sigiloso	-	-	-	-	14000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	8440,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	32000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	2989,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	2989,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	15000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	4000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	6870,38
REE – Sigiloso	-	-	-	-	17390,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	4877,50
REE – Sigiloso	-	-	-	-	32000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	4634,33
REE – Sigiloso	-	-	-	-	7000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	9128,16
REE – Sigiloso	-	-	-	-	9000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	5000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	5000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	5000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	15000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	893,30
REE – Sigiloso	-	-	-	-	5500,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	3598,15
REE – Sigiloso	-	-	-	-	4999,25
REE – Sigiloso	-	-	-	-	15000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	4692,05
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1938,04
REE – Sigiloso	-	-	-	-	10000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1725,97
REE – Sigiloso	-	-	-	-	4609,91
REE – Sigiloso	-	-	-	-	11000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	6951,69
REE – Sigiloso	-	-	-	-	188,90
REE – Sigiloso	-	-	-	-	20000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1316,80
REE – Sigiloso	-	-	-	-	3032,09
REE – Sigiloso	-	-	-	-	12000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	920,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1954,90
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1999,40
REE – Sigiloso	-	-	-	-	450,62
REE – Sigiloso	-	-	-	-	19000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	540,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	32000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	4220,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	7000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	2900,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	245,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	14000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	650,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1998,17
REE – Sigiloso	-	-	-	-	27960,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1998,12
REE – Sigiloso	-	-	-	-	3974,73
REE – Sigiloso	-	-	-	-	25810,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1941,60
REE – Sigiloso	-	-	-	-	4071,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	20000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	693,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	4000,00

REE – Sigiloso	-	-	-	-	12600,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	7914,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	659,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	22000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1310,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	2195,30
REE – Sigiloso	-	-	-	-	16000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	9594,61
REE – Sigiloso	-	-	-	-	4000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	12600,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	7914,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	2437,03
REE – Sigiloso	-	-	-	-	9314,46
REE – Sigiloso	-	-	-	-	2615,70
REE – Sigiloso	-	-	-	-	2437,03
REE – Sigiloso	-	-	-	-	9314,46
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1402,20
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1402,20
REE – Sigiloso	-	-	-	-	4390,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	7952,10
REE – Sigiloso	-	-	-	-	6000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	20000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	6000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1632,48
REE – Sigiloso	-	-	-	-	3500,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	7356,45
REE – Sigiloso	-	-	-	-	3000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	20000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	9000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	15000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	4970,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	3996,38
REE – Sigiloso	-	-	-	-	24260,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	2993,28
REE – Sigiloso	-	-	-	-	14000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	32000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	6114,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	4076,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	10190,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	3305,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	20000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1632,48
REE – Sigiloso	-	-	-	-	3500,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	7356,45
REE – Sigiloso	-	-	-	-	6000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	19999,70
REE – Sigiloso	-	-	-	-	6000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	7812,22
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1368,62
REE – Sigiloso	-	-	-	-	11000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1650,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1402,20
REE – Sigiloso	-	-	-	-	4390,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	7952,10
REE – Sigiloso	-	-	-	-	13800,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	2990,39
REE – Sigiloso	-	-	-	-	8099,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	2901,81
REE – Sigiloso	-	-	-	-	6114,00

REE – Sigiloso	-	-	-	-	4076,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	10190,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	444,60
REE – Sigiloso	-	-	-	-	20000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	7136,82
REE – Sigiloso	-	-	-	-	5993,45
REE – Sigiloso	-	-	-	-	12000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	8234,39
REE – Sigiloso	-	-	-	-	32000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	32000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	32000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	13340,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	2000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1588,40
REE – Sigiloso	-	-	-	-	19000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	100,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	32000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	20000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	11998,40
REE – Sigiloso	-	-	-	-	2000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	12000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	5756,30
REE – Sigiloso	-	-	-	-	32000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	2000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	22000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	3000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	3500,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	25000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	3500,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	554,11
REE – Sigiloso	-	-	-	-	20000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	527,80
REE – Sigiloso	-	-	-	-	17000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	23166,45
REE – Sigiloso	-	-	-	-	5984,21
REE – Sigiloso	-	-	-	-	18750,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1788,45
REE – Sigiloso	-	-	-	-	7984,42
REE – Sigiloso	-	-	-	-	15983,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	4460,18
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1657,61
REE – Sigiloso	-	-	-	-	22000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	880,47
REE – Sigiloso	-	-	-	-	3440,90
REE – Sigiloso	-	-	-	-	21840,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	4900,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	4166,69
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1630,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	461,90
REE – Sigiloso	-	-	-	-	13634,91
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1694,97
REE – Sigiloso	-	-	-	-	22000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1460,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	2630,83
REE – Sigiloso	-	-	-	-	22000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1314,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1990,54
REE – Sigiloso	-	-	-	-	10582,39
REE – Sigiloso	-	-	-	-	791,24

REE – Sigiloso	-	-	-	-	23914,85
REE – Sigiloso	-	-	-	-	7820,40
REE – Sigiloso	-	-	-	-	15000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	14800,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	15000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	9000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	6000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	17000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	23166,45
REE – Sigiloso	-	-	-	-	5984,21
REE – Sigiloso	-	-	-	-	18750,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1788,45
REE – Sigiloso	-	-	-	-	7984,42
REE – Sigiloso	-	-	-	-	15983,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	4460,18
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1657,61
REE – Sigiloso	-	-	-	-	22000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	880,47
REE – Sigiloso	-	-	-	-	3440,90
REE – Sigiloso	-	-	-	-	21840,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	4900,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	4166,69
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1630,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	461,90
REE – Sigiloso	-	-	-	-	13634,91
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1694,97
REE – Sigiloso	-	-	-	-	22000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1460,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	2630,83
REE – Sigiloso	-	-	-	-	22000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1314,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	1990,54
REE – Sigiloso	-	-	-	-	10582,39
REE – Sigiloso	-	-	-	-	791,24
REE – Sigiloso	-	-	-	-	23914,85
REE – Sigiloso	-	-	-	-	7820,40
REE – Sigiloso	-	-	-	-	15000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	14800,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	15000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	9000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	6000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	20000,00
REE – Sigiloso	-	-	-	-	6000,00
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	486,69
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	216,00
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	4034,60
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	2754,00
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	3313,20
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	563,00
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	1563,42
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	6454,00
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	7935,00
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	1239,40
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	192,00
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	2084,90
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	7444,41
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	2121,43
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	5398,40
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	1459,00

REE – Não sigiloso	-	-	-	-	1362,66
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	8610,00
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	130,00
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	5000,00
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	4488,31
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	1347,80
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	1318,22
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	3008,89
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	1160,00
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	698,74
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	110,00
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	1737,07
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	2608,39
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	444,00
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	2270,70
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	2928,58
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	1859,18
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	4950,27
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	200,00
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	3159,96
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	1160,00
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	2036,10
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	10665,53
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	4000,00
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	3458,60
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	900,00
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	364,56
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	326,00
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	1438,00
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	262,00
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	1608,40
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	160,00
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	420,00
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	6002,37
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	108,00
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	48928,98
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	3069,85
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	8000,00
REE – Não sigiloso	-	-	-	-	2688,81
Total Utilizado pela UG					2.642.945,77

Obs.: As concessões listadas acima ocorreram sob o regime especial de execução (caráter sigiloso e não sigiloso) e por isso tiveram seus nomes e CPFs omitidos em observância ao § 1º do art. 4º da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, corroborada pelo art. 4º da DECISÃO NORMATIVA - TCU Nº 117, de 19 de outubro de 2011.

Código da UG 2	200341	Limite de Utilização da UG	3.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Marcelo de Souza Brito	368.781.381-91	R\$ 3.000,00	0,00	644,00	644,00
Total Utilizado pela UG			0,00	644,00	644,00

Código da UG 3	200343	Limite de Utilização da UG	8.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Giselle Zardini Brugnera	902.050.571-87	8.000,00	0,00	607,53	607,53
Luiz de Jesus Barbosa	145.227.991-87	8.000,00	0,00	1.722,24	1.722,24

Total Utilizado pela UG		0,00	2.329,77	2.329,77
--------------------------------	--	------	----------	----------

Código da UG 4	200407	Limite de Utilização da UG	240.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Saulo Cunha Gomes	279.178.271-00	800,00	0,00	0,00	0,00
Joao Oliveira De Oliveira	024.424.28-6-01	800,00	0,00	789,09	789,09
Mauricio Pimenta Magalhaes	494.480.991-34	16.000,00	1.639,96	3.296,96	4.936,92
Joao Franco De U. Junior	857.467.541-53	3.000,00	170,00	1.009,31	1.179,31
Marcelo Tavares De Salles	074.402.287-82	4.500,00	700,00	1.457,76	2.157,76
Wilson Akira Uezu	083.707.248-41	13.000,00	1.168,72	498,00	1.666,72
Bruno Costa Pitanga Maia	516.128.793-49	4.000,00	0,00	0,00	0,00
Eduardo Cesar F. Da Silva	698.747.781-72	7.680,00	135,00	1.351,28	1.486,28
Edinei Antonio Goncalves	308.289.611-15	3.000,00	0,00	880,00	880,00
Leonardo Jose Maia Freire	027.491.296-13	8.000,00	1.720,00	4.384,16	6.104,16
Carlos Eduardo P. Machado	799.353.701-00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Jeferson E. Correa	792.284.537-53	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Andre Luiz Da C. Morisson	814.908.956-04	2.000,00	390,00	277,33	667,33
Leandro Joaquim R.Pereira	037.494.927-19	4.500,00	1.260,00	812,71	2.072,71
Marcelo Antonio Da Silva	856.060.141-49	8.000,00	0,00	0,00	0,00
Miriam Emilia Veras Oliveira	256.255.941-04	8.000,00	0,00	1.159,37	1.159,37
Total Utilizado pela UG			7.183,68	15.915,97	23.099,65

6.3.1.3 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

Quadro 6.3.1.3.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	0	0	2212	R\$ 2.581.684,88	308	R\$ 87.334,31	R\$ 2.669.019,19
2011	0	0	2430	R\$ 2.193.291,76	69	R\$ 79.536,57	R\$ 2.272.828,33
2010	0	0	4429	R\$ 4.019.355,28	139	R\$ 195.192,58	R\$ 4.195.547,86

Fonte: DLOG

6.3.1.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro 6.3.1.4.1 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC Aguardando Análise	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC em Análise	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC não Aprovadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC Aprovadas	0	0	0	0	0	0	222	R\$ 2.669.019,19	355	R\$ 2.272.828,33	291	R\$ 4.195.547,86

Fonte: SIAFI

6.3.1.5 Análise Crítica

Perbece-se que o número de concessões de suprimento de fundos no órgão reduziu em cerca 30% (222 em 2012 e 355 em 2011), no entanto os valores totais aumentaram em 15% (R\$ 2.331.931,88 em 2011 e R\$ 2.669.019,19 em 2012). Em comparação com o ano de 2010, cabe ressaltar que o órgão vem realizando esforços para manter de forma criteriosa a aplicação e utilização desse tipo de despesa, já que os gastos com o CPGF em 2012 mantiveram-se a níveis bem inferiores àqueles aplicados em 2010 (cerca de 40% inferiores).

Não se utilizam, no âmbito do DPF, aplicações de suprimento de fundos em contas tipo “B”.

7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

7.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	93
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	30
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	63 (Leis 9.020/95, 10.682/03, LC 73/93)
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	57
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	6
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	49
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	2
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	510
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	231
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	165
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	25
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	41
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	48
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	39
4.1. Doença em Pessoa da Família	3
4.2. Capacitação	36
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	23
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	7
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	6
5.4. Interesses Particulares	8
5.5. Mandato Classista	2
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	722

Fonte: DGP

7.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro 7.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	323	262	85	54
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0		
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	323	262	85	54
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	323	262	85	54
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	1.017	716	210	135
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1.017	716	210	135
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	1.340	978	295	189

Fonte: DGP

7.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 7.1.3.1 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	186.673.861	199.623	16.487.561	7.463.001	7.052.632	4.788.258	462.908	165.898	959.731	186.673.861
	2011	183.250.941	189.871	15.941.789	7.511.686	7.142.388	4.572.388	498.106	-	734.039	183.250.941
	2010	182.041.383	103.622	16.020.155	7.527.586	7.307.623	2.823.318	443.723	92.432	625.902	182.041.383
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	12.924.542	3.387	1.073.029	411.361	343.020	343.020	17.903	5.119	99.145	15.220.526
	2011	13.618.015	350	1.168.130	476.082	373.891	463.183	24.139	-	106.630	16.230.420
	2010	13.394.833	1.191	1.135.487	434.253	372.134	384.620	16.466	933	60.430	15.800.347
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	29.472.323	3.604.133	2.911.058	1.123.981	663.772	354.008	66.777	30.684	97.014	38.323.749
	2011	28.471.813	3.684.419	2.777.990	986.948	682.514	394.328	73.407	-	131.210	37.202.629
	2010	29.479.005	3.863.159	2.860.927	1.119.442	588.509	324.628	73.048	24.667	145.569	38.478.954
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	2.773.519	117.534	273.352	147.555	114.941	83.699	7.336	2.639	24.352	3.544.926
	2011	2.439.743	117.001	216.703	159.581	117.151	88.011	7.881	-	25.101	3.171.172
	2010	2.410.445	125.694	210.168	149.340	120.314	58.228	8.216	1.652	23.532	3.107.588

Fonte: SIAPE; Extrator de Dados SIAPE e DW-SIAPE

7.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

7.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro 7.1.4.1.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	5248	304
1.1 Voluntária	4493	283
1.2 Compulsória	16	0
1.3 Invalidez Permanente	738	20
1.4 Outras	1	1
2. Proporcional	556	12
2.1 Voluntária	341	0
2.2 Compulsória	13	2
2.3 Invalidez Permanente	201	9
2.4 Outras	1	1
3. Totais (1+2)	5804	316

Fonte: SIAPENET (DW)

7.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 7.1.4.2.1 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	1877	114
1.1. Integral	1735	106
1.2. Proporcional	142	8
2. Em Atividade	2471	34
3. Total (1+2)	4348	148

Fonte: SIAPENET (DW)

7.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A detecção de eventual acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos se realiza, principalmente, pela crítica executada pelo sistema SIAPE, quanto à existência de vínculos funcionais na Administração Federal.

Não houve identificação de acumulação indevida de cargos, funções e/ou empregos públicos.

7.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Uma vez detectada pelo DPF a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, será feita comunicação imediata à COGER, para conhecimento e medidas pertinentes na esfera disciplinar e outras providências decorrentes.

No ano de 2012, não foram identificadas ocorrências de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.

7.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

7.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro 7.1.7.1.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	604	034	088	396
Concessão de aposentadoria	316	355	423	837
Concessão de pensão civil	163	165	199	101
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	214	33	69	0
Totais	1297	587	779	1334

OBS. O quantitativo de atos sujeitos ao registro do TCU refere-se neste ano de 2012 – a alteração do Fundamento Legal das aposentadorias por invalidez, para inclusão da EMENDA CONSTITUCIONAL 70/2012, ocorridas em setembro de 2012.

Quadro 7.1.7.1.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	83	116	98	144
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	14	7	19	7
Totais	097	123	117	151

Fonte: DGP

Quadro 7.1.7.1.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	0	0	1	87
Concessão de aposentadoria	*	*	*	
Concessão de pensão civil	*	*	*	
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	*	*	*	*
Total	*	*	01	87
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	0	0	6	92
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	0	0	6	92

Fonte: DGP

* No ano de 2012, foi realizado o cadastramento no SISAC de 423 (quatrocentos e vinte e três) atos de aposentadoria. Esse mesmo ano registrou a concessão de 316 (trezentos e seis) aposentadorias. O número superior de lançamentos no SISAC, àquele verificado nas aposentarias, deveu-se ao esforço concentrado de atualização de passivo de registros de aposentadoria no referido sistema, relativos a anos anteriores. Nada obstante isso, pendem ainda de lançamento no SISAC 95 (noventa e cinco) atos de aposentadoria e 139 (cento e trinta e nove) atos de pensão relativos ao ano de 2012. Atualmente, nos campos alusivos aos atos de “Concessão de aposentadoria” e “Concessão de pensão civil”, o DPF não dispõe de rotina administrativa que possibilite o fornecimento de respostas precisas às indagações respectivas.

7.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Quadro 7.1.7.2.1 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

7.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) sobre os Atos

Quadro 7.1.7.3.1 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	5	99	0	0
Concessão de aposentadoria	36	22	54	254
Concessão de pensão civil	019	4	0	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão military	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	1	1	0	0
Totais	061	126	54	255

Importa destacar que este número representa o quantitativo de atos de não-registro de aposentadorias pelo TCU, em virtude de julgamentos, pela irregularidade do cômputo de tempo ficto de trabalho sob a égide da Lei nº 3.313, comumente conhecido por “20%”.

7.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Acerca dos indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos, informa-se que, atualmente, está em processo de construção vários indicadores de caráter institucional que melhor retratarão a gestão do órgão, inclusive na área de gestão de pessoal, conforme item 3.4 do presente Relatório.

7.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

7.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 7.2.1.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (ANP)

Unidade Contratante																					
Nome: ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA/DPF																					
UG/Gestão: 200340						CNPJ: 00.394.494/0083-82															
Informações sobre os Contratos																					
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.											
							F	M	S												
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C									
2008	L	O	20/2008	04.386.852/0001-10	01/10/2008	31/12/2012	68	68													
2011	V	O	3/2011	11.733.868/0001-17	21/07/2011	31/12/2012	28	28													
Observações:																					
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.																					

Fonte: ANP

Quadro 7.2.1.2 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (DITEC)

Unidade Contratante											
Nome: DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA - DITEC/DPF/DF											
UG/Gestão: 200406/00001						CNPJ: 00.394.494/0087-06					
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				
							F	M	S		

					Início	Fim	P	C	P	C	P
2010	L	O	Nº 25/2010	01.608.603/0001-33	17/10/2010	16/10/2013	2	21			
Observações:											
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.											
Fonte: DITEC/DPF											

Quadro 7.2.1.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (COAD)

Unidade Contratante														
Nome: Coordenação de Administração/DLOG/DPF														
UG/Gestão:200015					CNPJ: 00.394.494/0014-50									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	L	O	31/2009	PLANALTO SERVICE LTDA	03/08/2009	30/06/2013		71						P
2009	V	O	45/2009	LIFE DEFENSE SEGURANÇA LTDA	01/10/2009	30/06/2013				24				P
2008	V	O	59/2008	VIPASA VIGILANCIA PATRIMONIAL ARMADA LTDA	11/08/2008	30/06/2012				4				E
2010	L	O	60/2010	CORAL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA	16/12/2010	15/12/2013				6				P
Observação:														
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														
Fonte: DICON/COAD/DLOG/DPF														

Quadro 7.2.1.4 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (CGTI)

Unidade Contratante												
Nome: COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO												
UG/Gestão: 200342					CNPJ: 00.394.494/0080-30							
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados					
					Início	Fim	F		M		S	
							P	C	P	C	P	C

2007	L	O	25/2007	01.608.603/0001-33	2007	2012	14	14	1	1	
Observações:											
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.											

Fonte: CGTI/DPF

7.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 7.2.2.1 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (ANP)

Unidade Contratante													
Nome: ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA/DPF													
UG/Gestão: 200340							CNPJ: 00.394.494/0083-82						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	9	O	12/2009	04.762.861/0001-68	01/08/2009	31/12/2012	21	21	02	02	01	01	A
2011	4	O	4/2011	09.072.538/0001-86	03/10/2011	31/12/2012	14	14					A
2011	5	O	6/2011	02.931.592/0001-90	02/01/2012	31/12/2012	05	05					A
Observações:													
LEGENDA													
Área:							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.						
1. Segurança;							Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.						
2. Transportes;							Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.						
3. Informática;							Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													

12. Outras

Fonte: ANP

Quadro 7.2.2.2 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (DITEC)

Unidade Contratante													
Nome: DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA - DITEC/DPF/DF													
UG/Gestão: 200406/00001					CNPJ: 00.394.494/0087-06								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	12	O	11/2008	13.054395/0001-57	1/1/2008	31/12/2012					31	28	E
2010	3	O	37/2010	32.203135/0001-40	6/1/2011	5/1/2013					6	6	P
2011	3	O	11/2011	01.645738/0001-79	8/6/2011	7/6/2013					4	4	P
2012	4	O	03/2012	06.959859/0001-09	13/1/2012	12/1/2013	6	6					P

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: DITEC

Quadro 7.2.2.3 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (COAD)

Unidade Contratante													
Nome: COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO/DLOG/DPF													
CNPJ: 00.394.494/0014-50						CNPJ: 00.394.494/0014-50							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	3	O	26/2010	PLANSERVICE TERCEIRIZACAO DE SERVIÇOS LTDA	17/08/2010	30/06/2013				30			P
2009	1	O	25/2009	SPOT REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA	04/06/2009	31/12/2013						01	P
2009	1	O	48/2009	FUTURA - SERVICOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS LTDA	27/10/2009	31/12/2013				100			P
2010	5	O	01/2010	GUANABA SISTEMA CONTRA INCENDIO LTDA	02/02/2010	31/12/2013				08			P
2010	1	O	44/2010	FUTURA - SERVICOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS LTDA	01/09/2010	31/12/2013				48			P
2010	1	O	67/2010	SERVEGEL - APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA	27/12/2010	26/12/2013				05			P
2011	7	O	03/2011	CONTAL EMPREITEIRA DE REFORMAS E SERVIÇOS LTDA	01/02/2011	31/01/2014				04			P
2011	6	O	38/2011	IPEPPI – INSTITUTO DE PESQUISAS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS E PLANOS INTEGRADOS.	20/09/2011	31/12/2012				34			E
2011	2	O	40/2011	ARAÚJO ABREU S.A.	01/01/2011	31/10/2013				18			P
2012	4	O	01/2012	IMPERIAL SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA LTDA	01/02/2012	31/01/2014		10					P

Observação:

LEGENDA Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Outras.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: DICON/COAD/DLOG/DPF.

7.2.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 7.2.3.1 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	72	66	57	58	522.315
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0
1.2 Área Meio	72	66	57	58	522.315
2. Nível Médio	1	1	0	0	1.044
Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	1	1	0	0	1.044
3. Total (1+2)	73	67	57	58	523.359

Fonte: DGP

8 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Atualmente, o normativo que regulamenta a constituição e a forma de utilização da frota de veículos na Unidade Jurisdicionada está compilado na Instrução Normativa nº 03/2009 – DG/DPF, de 5 de março de 2009 que, dentre outras providências, disciplina a classificação, identificação, licenciamento, responsabilização e controle de uso dos veículos do DPF. Essa Instrução Normativa foi alterada pela nº 34/2010 – DG/DPF, de 5 de julho de 2010.

Inicialmente, impende salientar que a frota de veículos foi dividida em duas partes: a primeira, relativa à Divisão de Serviços Gerais - DSG/COAD, engloba os automóveis pertencentes à DITEC, CGTI e COAD; e a segunda se refere aos veículos da Academia Nacional de Polícia - ANP.

No que concerne à frota da DSG cabe esclarecer que a existência de uma frota de veículos diversificada é essencial para um perfeito desenvolvimento das atribuições da Polícia Federal no exercício da segurança pública, para a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sobretudo nas atividades de polícia judiciária.

Ao contrário da polícia de rua, essencialmente ostensiva, e que a população está acostumada a observar em seu cotidiano, o trabalho da Polícia Federal, em geral, é desenvolvido de forma velada e a frota diversificada de veículos permite a execução das atribuições legais de uma maneira mais eficiente.

De acordo com o normativo interno do DPF, todos os veículos oficiais da Polícia Federal são classificados como veículos de serviços especiais em razão das atividades de segurança pública para as quais são destinados, dividindo-se em ostensivos e reservados.

Com o objetivo de facilitar a visualização das informações técnicas solicitadas para o presente relatório, apresentaremos uma classificação mais didática, conforme quadro abaixo:

DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	MÉDIA ANUAL DE KM RODADOS	IDADE MÉDIA DA FROTA (ANOS)
Ostensivos – leves	42	6.918	5,83
Reservados/descharacterizados – leves	464	9.665	7,13
Ostensivos – grande porte	06	9.897	11,4
Reservados/descharacterizados – grande porte	13	3.579	20,23
Cerimonial (desfiles, exposições)	03	-	26,33
Viaturas apreendidas	143	6115	9,57

CUSTOS ASSOCIADOS			
Combustíveis	Etanol comum	1.350,60 litros	R\$ 2.775,83
	Diesel aditivado	23.138,58 litros	R\$ 48.755,96
	Diesel comum	150.385,13 litros	R\$ 318.285,10
	Gasolina comum	346.186,80 litros	R\$ 977.663,24
	Subtotal		R\$ 1.347.480,13
Manutenção	Peças		R\$ 635.712,00
	Mão de obra		R\$ 230.560,00
	Subtotal		R\$ 866.272,00
Pessoal	12 servidores administrativos		R\$ 36.000,00
	Subtotal		R\$ 36.000,00
Documentação	Seguro Obrigatório (DPVAT)		R\$ 57.051,48
	Licenciamento Anual		R\$ 31.991,27
	Taxa de utilização anual de placa vinculada		R\$ 30.462,66
	DIVERSOS		R\$ 17.301,04
	Subtotal		R\$ 136.806,45
TOTAL			R\$ 2.386.558,58

Ainda no que diz respeito aos custos associados, temos o pessoal responsável pela administração da frota, quadro atualmente composto por 12 (doze) servidores administrativos efetivos do plano especial de cargos da Polícia Federal.

Cumpra esclarecer que a locação de veículos não é uma opção viável para as atividades da Polícia Federal uma vez que o envolvimento de terceiros na administração da frota prejudicaria essencialmente o correto e pleno desenvolvimento das atribuições constitucionais do Órgão, principalmente no tocante às atividades sigilosas e veladas.

Além do mais, a locação de veículos incluiria gastos adicionais, tais como a necessidade de seguro contra acidentes em razão da utilização dos veículos locados em atividades operacionais, o que representaria um custo exorbitante para a Administração.

Quanto à estrutura de controle de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, relevante informar que está em fase de homologação a implementação do módulo de transporte do sistema e-log, que será utilizado nacionalmente por toda a Polícia Federal para o controle do serviço de transporte.

Atualmente, a estrutura de controle na UJ é realizada por equipes de plantão compostas por motoristas oficiais e agentes de vigilância, responsáveis pelas principais garagens de viaturas, localizadas no edifício Sede da Polícia Federal em Brasília/DF e na Divisão de Serviços Gerais (DSG).

O controle de abastecimento das viaturas é feito por servidores da DSG, por intermédio do sistema da empresa contratada Valecard. Nesse sistema, para abastecimento de qualquer viatura, é necessário que o servidor apresente o cartão de abastecimento respectivo e digite uma senha pessoal que o identifica como responsável. Vale ressaltar ainda que o abastecimento só pode ser realizado em postos de combustíveis previamente conveniados com a contratada.

O controle de todas as manutenções realizadas nas viaturas da UJ também é realizado por intermédio de sistema informatizado da empresa contratada Ticketcar. Esse sistema é operado por servidores da DSG que trabalham no regime de gerenciamento. A solicitação de manutenção é apresentada pela unidade que utiliza a viatura, em formulário padrão contendo a descrição dos problemas verificados. Esses são analisados pela equipe da DSG juntamente com mecânicos de oficina credenciada. O orçamento é devidamente cadastrado pela oficina e outras credenciadas têm a oportunidade de apresentarem suas cotações para os serviços orçados. A ordem de serviço é aprovada para a oficina que apresentar o menor valor para os serviços solicitados.

Em relação à ANP, a média anual aproximada de quilômetros rodados, bem como a idade média da frota, por grupo de veículos, estão demonstradas no quadro a seguir:

Grupo	Média Anual Km rodados	Idade Média em anos
Ambulância	20.000	10
Aula	15.000	15
Expediente	20.000	6
Policial	10.000	10
Representação	20.000	10
Trabalho pesado	5.000	20
Transporte Institucional	30.000	20
Utilitário	30.000	20

As demandas pelo uso de viaturas na ANP tem parcela significativa de caráter sazonal, tendo em vista os seguintes fatores:

- I - por ser uma Escola de Governo, a atividade fim é a formação de Policiais Federais, não havendo fluxo contínuo de concursos públicos;
- II - as disciplinas que utilizam os veículos (direção operacional *OFF ROAD*, desembarque e embarque de autoridade, direção ofensiva e defensiva e vigilância urbana e rural), embora sejam imprescindíveis para tornar os alunos aptos a atuarem em situações cotidianas da Polícia Federal, geram desgaste excessivo de vários itens dos veículos (pneus, discos de embreagens, entre outros) e correspondentes gastos com manutenção; e
- III - pela localização da ANP e pelas demandas por transportes diversos para o Plano Piloto, o uso de veículos torna-se essencial para o pleno atendimento de todas as necessidades desta Academia.

A substituição dos veículos da frota ocorre através da DLOG/DPF, portanto o plano de substituição fica a cargo daquela diretoria.

Os custos da ANP com a manutenção de sua frota de viaturas em 2012 foram R\$ 378.172,14 (trezentos e setenta e oito mil cento e setenta e dois reais e quatorze centavos) e o custo com combustível foi de R\$ 118.334,67 (cento e dezoito mil trezentos e trinta e quatro reais e sessenta e sete centavos).

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 8.2.1.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	DF	5	5
	Brasília	5	5
Subtotal Brasil		5	5
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		5	5

Fonte: DMAT/COAD/DLOG

8.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 8.2.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	DF	1	1
	Brasília	1	1
Subtotal Brasil		1	1
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte:

8.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro 8.2.3.1 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200334	9701.26997.500-6 (terreno)	21 – Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 2.436.895,44	27/12/2012	R\$ 2.436.895,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
200334	9701.21541.500-2 (Edifício-Sede)	21 – Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 18.720.250,68	27/12/2012	R\$ 28.658.10,30	R\$ 0,00	R\$ 840.157,65
200334	9701.29883.500-4 (imóvel alugado Sudoeste)	21 – Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 1.636.000,00	27/12/2012	R\$ 12.430.497,38	R\$ 0,00	-
200340	9701.22323.500-0 (ANP)	21 – Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 3.307.656,34	06/12/2012	R\$ 48.985.126,85	R\$ 0,00	R\$ 1.766.170,51
200342	9701.32581.500-5 (CGTI)	21 – Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 1.214.798,20	27/12/2012	R\$ 4.240.983,83	R\$ 0,00	-
200406	9701.32583-500-6 (DITEC)	21 – Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 4.251.793,70	27/12/2012	R\$ 6.183.472,82	R\$ 3.841.374,46	-
Total							R\$ 3.841.374,46	R\$ 2.616.328,16

Fonte: COAD, CGTI, ANP e DITEC

8.3 Análise Crítica

A gestão dos imóveis de cada UG fica sob responsabilidade da respectiva área administrativa da unidade, a quem compete o gerenciamento documental no SPIUNET, bem como a gestão dos contratos de manutenção predial.

No exercício de 2012, a UJ teve sob sua responsabilidade 6 (seis) imóveis situados no Distrito Federal, conforme indicado no quadro 8.2.3.1 e discriminados abaixo:

- Imóvel localizado no Setor de Autarquias Sul, onde está instalada a sede da Polícia Federal;
- 2 imóveis localizados no Setor Policial Sul, onde estão instaladas a CGTI e a DITEC;
- Imóvel (terreno) localizado no Setor de Autarquias Norte, onde será construída a nova sede da Polícia Federal;
- Imóvel localizado na Estrada Parque do Contorno, onde está localizada a ANP; e
- Imóvel alugado na EQSW 103/104, onde estão instalados os seguintes setores: CGCSP, DCPQ e DIP.

Os gastos com manutenção do edifício do INC/DITEC/DPF (RIP 9701 32583.500-6) e CGTI (RIP 9701.32581.500-5) são feitos por meio de contrato da SR/DPF/DF, que contempla todos os edifícios do complexo da Polícia Federal no Setor Policial Sul. Segundo informações da SR/DPF/DF, não há como separar os valores específicos das manutenções feitas em cada edificação.

Os gastos com reformas do edifício do INC/DITEC/DPF (RIP 9701 32583.500-6), contemplam os pagamentos feitos no exercício de 2012, referente à primeira parcela da obra de ampliação do edifício do Instituto Nacional de Criminalística/DITEC para implantação do Centro Nacional de Difusão de Ciências Forenses (Processo 08059.004581/2011-56).

Os gastos com manutenção do imóvel locado (RIP 9701.29883.500-4) estão sob responsabilidade do locador (proprietário do imóvel).

Cabe ressaltar que o imóvel onde está instalada a sede não comporta todo o efetivo da Polícia Federal, seja no que se refere ao número de servidores, seja no que se refere aos equipamentos e viaturas necessárias para o desenvolvimento das atividades institucionais. Adicionam-se, ainda, os problemas estruturais do prédio, como proibição do uso de gás nas suas dependências - o que inviabiliza a instalação de restaurante -, ausência de escada de incêndio e de ventilação natural, garagem incompatível com a necessidade, dentre outros.

9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro 9.1.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	X aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	X aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	X aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	X aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
X	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.

X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na internet para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, hardware, software e instalações).
X	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de software definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
X	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
O Plano Estratégico da Polícia Federal não contempla indicadores e metas. Porém, está em execução o Projeto “Construção de Indicadores de Desempenho do Plano Estratégico da Polícia Federal (2010-2022)”, cujo objetivo é o desenvolvimento e a implantação de técnicas para monitoramento do alcance dos objetivos institucionais.	

9.1.2 Análise Crítica

Conforme apresentado, a Polícia Federal possui estrutura de governança corporativa e de TI devidamente formalizada e publicada, carecendo apenas de dar publicidade ao resultado da avaliação da conformidade da gestão e de formalizar os mecanismos de avaliação de conformidade do uso de TI. A auditoria interna existe, mas em caráter informal e sem publicação dos resultados.

Em relação à avaliação de desempenho institucional da gestão e do uso corporativo de TI, a Polícia Federal possui objetivos, indicadores e metas definidos e acompanhados pela a área de TI, mas carece de indicadores que viabilizem o acompanhamento de efeito das ações de TI sobre os objetivos estratégicos da instituição.

A gestão de risco é objeto de portaria encaminhada à alta gestão e que aguarda publicação. O PDTI, embora publicado internamente, não tem divulgação ao público em geral, uma vez que diversas iniciativas ali relacionadas constituem ações de segurança pública cuja divulgação comprometeria os resultados esperados.

10 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 10.1.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 			X		
são citados nos editais a IN 01/2010-SLTI/MPOG					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 		X			
Certificação ISSO 14.000					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 			X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 			X		
			Sim (X)	Não ()	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 			X		
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	X				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro 10.2.1 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Valores em R\$

Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados				
Programa de Coleta Seletiva do DPF	2010	Todo o material reciclado, além dos resíduos de reformas e manutenção no prédio são destinados à COOPERATIVA DE RECICLAGEM CATAGUAR. Beneficiando diretamente 30 pessoas.				
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resma)	11.040	6.431,0	14.630,0	89.525,76	51.099,00	125.045,00
Água (m ³)	98.574	102.615,0	118.670,0	1.155.810,32	1.109.451,70	1.172.940,92
Energia Elétrica	273.986	252.774,5	252.226,9	4.252.524,42	4.406.240,27	3.919.088,19
			Total	5.497.860,50	5.566.790,97	5.217.074,11

Fonte: COAD, CGTI, ANP e DITEC

11 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

11.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro 11.1.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício (CGTI)

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-018.581/2006-5	417/2008 - Plenário	9.1.4	9.1	Ofício nº 31/2008-TCU/SEFTI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Departamento de Polícia Federal					XXXXXX
Descrição da Deliberação:					
Determinação 9.1.4 - Responsabilização das questões de segurança					
Estabeleça formalmente responsabilidades quanto às questões relativas à segurança da informação, em conformidade com o previsto no subitem 6.1.3 da NBR ISO/IEC 17799:2005 (item 2.2).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI					00331
Síntese da Providência Adotada					
Com fins a atender a presente determinação, foi instituída a Instrução Normativa 053/2011-DG/DPF, que “Disciplina a designação dos gestores da informação de sistemas corporativos no âmbito do Departamento de Polícia Federal.” Nesta IN, foram formalizados os papéis, procedimentos e formulários necessários à efetiva delegação de responsabilidade aos Gestores da Informação. Foi solicitado às diretorias do DPF para que fossem preenchidos os formulários relativos aos respectivos sistemas sob gestão correspondente, conforme preconiza a IN citada. Com a resposta recebida das diretorias, foi feito ajuste nas informações do SISEG para refletir a designação formal ora citada.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
1. Publicada da Portaria nº 156/2009 - DG/DPF e da Portaria nº 330/2009 - DG/DPF. 2. Encaminhado cronograma de execução dessa determinação ao TCU. 3. Elaborada minuta de Portaria de Criação do GATI. 4. Elaborada minuta de Portaria, de 25 de agosto de 2009. 5. Publicada Portaria nº 778/2009 – GATI, no BS nº 23, 03/02/2010. 6. Elaborada 1º Ata de Reunião.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:					
Determinação 9.1.4 concluída.					

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC-018.581/2006-5	417/2008 - Plenário	9.1.6	9.1	Ofício nº 31/2008-TCU/SEFTI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Departamento de Polícia Federal					316
Descrição da Deliberação:					

Determinação 9.1.6 - Qualidade das senhas de acesso aos sistemas	
Defina, por meio da Política de Controle de Acesso que vier a ser aprovada, os requisitos mínimos de qualidade de senhas para acesso aos sistemas, garantindo a exigência de senhas mais seguras e o procedimento de troca periódica, em conformidade com o previsto no subitem 11.3.1 e 11.5.3 da NBR ISO/IEC 17799:2005 (item 2.3).	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI	00331
Síntese da Providência Adotada	
<p>Este SST/DINF/CGTI/DG/DPF concluiu o planejamento e implantação do projeto de Serviço de Diretório Único Nacional, o qual já se encontra em plena utilização em diversas unidades da Polícia Federal (PF) localizadas no DF, além dos estados de MT, BA, e TO. O PDC está instalado dentro da Sala Cofre da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI).</p> <p>A especificação técnica da expansão do projeto também está concluída e se encontra atualmente em fase de aquisição. A expansão preconiza a aquisição de servidores corporativos para serem utilizados como BDC nos estados e cidades onde haja Delegacia da PF.</p> <p>Sob este aspecto, os requisitos mínimos de qualidade de senhas para acesso à rede de dados da PF, além do procedimento para troca periódica, já se encontra implantada no novo Serviço de Diretório Único da PF. As unidades descentralizadas que ainda administram serviços locais são instadas a seguirem a mesma padronização indicada pela Política de Senhas, instituída pela Portaria 2749/2011 – DG/DPF, de 07 de dezembro de 2011.</p> <p>Além disso, o acesso aos sistemas corporativos providos pela CGTI é realizado exclusivamente por meio de duas interfaces. A primeira se trata do SISEG, para baixa plataforma, o qual utiliza a base de dados do Open LDAP. Já o segundo se apresenta pelo RACF, do Mainframe. Em ambas as aplicações estão implantadas as políticas de segurança definidas para a qualidade das senhas e periodicidade de troca, as quais se descrevem a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tamanho mínimo: 8 (oito) caracteres • Padrão: (caracteres numéricos) E (caracteres alfabéticos) • Validade: 90 (noventa) dias 	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Encaminhado cronograma de execução dessa determinação ao TCU. 2. Publicada Portaria nº 005/2009 - CTI/DPF. 3. Elaborado Relatório Técnico nº 309/2009 - DINF/CTI/DPF. 4. Elaborada minuta do Plano de Projeto - Criação do Diretório Único do DPF. 5. Enviado Memorando nº 41/2009 - DINF/CTI/DPF sobre o resultado de pesquisa de mercado e Minuta de Edital do Pregão - Diretório Único. 6. Publicado PCA na Portaria 2042/2010. 	

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC-018.581/2006-5	417/2008 - Plenário	9.1.7	9.1	Ofício nº 31/2008-TCU/SEFTI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Departamento de Polícia Federal					316
Descrição da Deliberação:					
Determinação 9.1.7 – Defina formalmente um Plano de Continuidade do Negócio					
Defina formalmente um Plano de Continuidade do Negócio que: 9.1.7.1. contemple o disposto nos subitens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 da NBR ISO/IEC 17799:2005; 9.1.7.2. seja de conhecimento de todas as pessoas envolvidas na sua execução, as quais devem receber treinamento, em conformidade com a diretriz ‘g’ do subitem 14.1.4 da NBR ISO/IEC 17799:2005; 9.1.7.3. seja testado e atualizado periodicamente, em conformidade com o previsto no subitem 14.1.5 da NBR ISO/IEC 17799:2005 (item 2.4).					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI					00331
Justificativa para o seu não cumprimento:					

No momento da última auditoria de acompanhamento, em 2011, o órgão de controle indicou haver identificado iniciativas voltadas à continuidade de negócio da organização, todavia tais ações careciam de um processo formal que as pautasse, o qual deveria ser amplamente divulgado entre as pessoas envolvidas em sua execução e testado regularmente. A determinação foi considerada em cumprimento.

À época, foi considerada como evidência do andamento dos trabalhos a Portaria 001/2011-CTI/DPF, de 12 de janeiro de 2011, que constituiu Grupo de Trabalho para elaboração do Plano de Continuidade de Negócio (PC) e do Modelo de Gestão de Riscos de TI. Tal grupo tinha prazo de 90 dias para concluir suas atividades, dentro dos quais foi capaz de apontar a amplitude real do desafio, que acabou por ensejar a criação de um grupo mais amplo, constituído pela Portaria nº 2539/2011-DPF, de 19 de agosto de 2011, e depois prorrogado por mais 120 dias pela Portaria nº 2772/2011-DPF, de 15 de dezembro de 2011.

No correr dos trabalhos foram analisadas normas nacionais e internacionais, padrões de fato encontrados no mercado e foram realizados comparativos com as práticas adotadas pelo Banco Central do Brasil, pelo Banco do Brasil S/A, pelo Tribunal de Contas da União, pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Regional de Brasília.

A Política de GCN objetiva estabelecer o escopo, atribuir as responsabilidades e definir os princípios e as diretrizes para a implementação de um processo sistemático destinado a proteger os serviços críticos de TI e, por conseguinte, os processos de negócio por eles suportados, resguardando-os dos efeitos ocasionados por falhas, desastres ou indisponibilidades significativas nesses serviços. O documento formulado oferece mecanismos para minimizar os impactos dessas eventuais ocorrências por meio da combinação de ações de prevenção, resposta e recuperação de incidentes, buscando assegurar a retomada dos serviços em tempo hábil e em nível aceitável, considerando os níveis estratégico, tático e operacional de tomada de decisão.

A Política de GCN é norteadora da elaboração dos planos operacionais compostos dos seguintes documentos:

- Plano de Gerenciamento de Incidentes - PGI;
- Planos de Continuidade Operacional - PCO;
- Plano de Recuperação de Negócios - PRN.
- A Política de Gerência de Continuidade de Negócio foi encaminhada ao Gabinete do Diretor-Geral da Polícia Federal e aguarda publicação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Fator que prejudicou: escassez de recursos.

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC-018.581/2006-5	417/2008 - Plenário	9.1.8	9.1	Ofício nº 31/2008-TCU/SEFTI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Departamento de Polícia Federal					316
Descrição da Deliberação:					
Determinação 9.1.8 - Recursos Humanos da CGTI					
No que se refere à estrutura de recursos humanos da CGTI: 9.1.8.1. dote aquela unidade dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento, manutenção e operação dos sistemas corporativos do DPF, à semelhança das orientações contidas nos subitens PO 4.12 e PO7 do COBITE 4.0 (item 2.8); 9.1.8.2. avalie a situação de terceirização do pessoal da Divisão de Informática – DINF, na Coordenação de Tecnologia da Informação, e adote medidas no sentido de reduzir o nível de terceirizados, principalmente na área de sistemas de grande porte, abstendo-se inclusive de aceitar a indicação de tais profissionais para assumir cargos sensíveis e/ou estratégicos dentro daquela unidade, tais como gerente de segurança da informação, gerente de projetos, administrador de rede, administrador de banco de dados e responsáveis pela elaboração e estabelecimento de normas, políticas e metodologias, os quais devem ser preenchidos com pessoal de carreira da administração pública, especializados e treinados para exercer tais atividades.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI					00331
Síntese da Providência Adotada					
Nos últimos anos foram adotados processos constantes de lotação de novos servidores na CGTI/DPF, especialmente através de remoções. Apesar da quantidade de servidores removidos ter sido menor do que a desejada pela CGTI/DPF, o quadro atual de servidores permitiu uma reestruturação mínima da unidade de forma que todas as funções gerenciais são exercidas exclusivamente por servidores de carreira do serviço público federal. A título de exemplo, apresenta-se a tabela abaixo com a relação das principais gerências:					

GERÊNCIA	SERVIDOR	SIAPE	VÍNCULO FUNCIONAL
Divisão de Informática	Luís Otávio Gouveia	1633630	Servidor - PCF
Serviço de Infra-estrutura	Orlando Batista da Silva Neto	1578021	Servidor - PCF
Serviço de Desenvolvimento de Sistemas	Frederico Borelli de Souza	1577531	Servidor - PCF
Gerência de Segurança da Informação	Evandro Mario Lorens	1322799	Servidor - PCF
Gerência de Projetos	Domingos Soares dos Santos	1431746	Servidor - APF
Administrador de Rede	Wanderlei Antônio Mói	1673299	Cedido - EQD
Administrador de Banco de Dados	Cristian Ornes Ribas Cardozo	1800425 ¹	Servidor - EPF
Gerente de Sistemas de grande porte	Rogério Luiz de Oliveira	1837413	Cedido - EQD
Gerente de Sistemas	Marden Avila de Freitas	1672031	Servidor - APF
Gerente de Sistemas	Solange Berto de Medeiros	1715189	Servidor - PCF
Gerente de Componentes	Daniel Dutra da Costa Lima	1712278	Servidor - PCF
Ouvidoria	Maria Rosa Steimpaj Matozo	1682935	Cedido - EQD
Gerência de Monitoramento	Eduardo Alex Peixoto Ruiz	1717468	Servidor - PCF
Gerência de Atendimento	Allysson de Oliveira Noronha	1667690	Servidor - APF

Dessa forma, no atual contexto, não há profissionais terceirizados executando atividades de gestão, sensíveis ou estratégicas na unidade. Ressalta-se, ainda, que nos últimos anos os contratos de serviços em tecnologia da informação da Polícia Federal foram substituídos por novos contratos de serviço mensurável por resultado, havendo significativa redução de postos de trabalho na unidade.

Ainda estão em andamento atividades para reforço contínuo do quadro de pessoal da CGTI/DPF, especialmente através de recrutamentos para remoções a pedido. O mais recente processo foi iniciado em janeiro/2013 e encontra-se em fase final de aprovação.

Destaca-se, finalmente, que a Polícia Federal permanece sem cargo específico próprio em tecnologia da informação. A criação de tal quadro é essencial para o contínuo e regular provimento de profissionais para atuar na CGTI/DPF. No entanto, a criação de tal carreira depende de autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG o que não ocorreu até a presente data.

Síntese dos Resultados Obtidos

1. Publicado no Diário Oficial da União (seção 2, 31/12/2008) a Convocação e Lotação.
2. Recebidos ofícios de apresentação de empregados anistiados.
3. Emitido processo para o MPOG solicitando a criação de cargos da área de informática, conforme sugestão da CTI - perfil psicográfico.
4. Enviado Memorando nº 174/2008 - GAB/CTI/DLOG/DPF – Cessão de Pessoal.
5. Publicadas portarias: Portaria nº. 001/2009 - CTI/DPF – Gerência de Segurança; Portaria nº. 002/2009 - CTI/DPF – Escritório de Projetos; Portaria nº. 003/2009 - CTI/DPF – Gerência de Qualidade; Portaria nº 004/2009 - CTI/DPF – Gerência de Rede; Portaria nº 007/2009 - CTI/DPF – Banco de Dados; Portaria nº 008/2009 - CTI/DPF – Gerência de Testes.
6. Aberta Ordem de Serviço nº. 009/2008 - CTI/DPF – Responsável pela Gerência de Qualidade; Ordem de Serviço nº. 010/2008 - CTI/DPF – Responsável pela Gerência de Segurança da Informação; Ordem de Serviço nº. 011/2008 - CTI/DPF – Responsável pela Gerência do Escritório de Projetos; Ordem de Serviço nº. 013/2009 - CTI/DPF – Responsável pela Gerência de Rede; Ordem de Serviço nº. 014/2009 - CTI/DPF - Responsável pela Gerência de Banco de Dados; Ordem de Serviço nº. 015/2009 - CTI/DPF - Responsável pela Gerência de Rede; Ordem de Serviço nº. 016/2009 - CTI/DPF - Responsável pela Gerência de Testes.
7. Enviado Memorando nº 342/2008 - GAB/CTI/DPF – ATEs fora de função.
8. Elaborada Ata de Reunião - Gerência das Áreas.
9. Enviado Memorando nº 523/2009 - GAB/CTI/DPF – Previsão para 2010.
10. Enviado Memorando nº 529/2009 - GAB/CTI/DPF – Criação de vagas na CTI.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Determinação 9.1.8 concluída.

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

¹ Algumas gerências passarão por alteração durante o mês de março/2013, em razão de reorganização interna decorrente do processo de recrutamento de servidores nº 02/2013-CRH/DGP em andamento.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC-018.581/2006-5	417/2008 - Plenário	9.1.9	9.1	Ofício nº 31/2008-TCU/SEFTI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Departamento de Polícia Federal					316
Descrição da Deliberação:					
Determinação 9.1.9 – Inventário de TI					
Com auxílio da CGTI, implemente e mantenha atualizado um inventário que permita o gerenciamento dos ativos de software e hardware pelas unidades do departamento, identificando as áreas e/ou servidores responsáveis pela sua custódia, em conformidade com o previsto no subitem 7.1.1 da NBR ISO/IEC 17799:2005 (item 2.15).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI					003331
Síntese da Providência Adotada					
Em relação à determinação 9.1.9 do acórdão 1576/2011, o qual trata de inventário que permita o gerenciamento dos ativos de software e hardware pelas unidades do Departamento de Polícia Federal, foram tomadas as seguintes ações:					
<ul style="list-style-type: none"> - Publicação da Instrução Normativa nº 66/2012 –DG/DPF, de 18 de outubro de 2012, a qual disciplina a adoção de ferramenta de inventário de hardware e software pelas unidades centrais e descentralizadas da Polícia Federal responsáveis pela gestão de serviços de Tecnologia da Informação; - Atendendo ao Art. 5º da referida IN, a CGTI definiu como referência e implementou a solução OCS Inventory (http://www.ocsinventory-ng.org). - Atualmente a ferramenta é acessível pela URL https://ocs.dpf.gov.br/ e está inventariando servidores e estações de trabalho das Unidades Centrais da Polícia Federal. Sua base já conta com 2080 itens inventariados com informações de configuração de hardware e software. Cabe esclarecer que inicialmente o DPF optou pela adoção da ferramenta CACIC, mas por problemas observados durante a sua utilização, dentre os quais destacamos incompatibilidade com alguns sistemas operacionais utilizados no DPF e limitações nos relatórios, acabamos por descontinuar-la e optar pela ferramenta OCS, a qual já era utilizada por várias descentralizadas do DPF e tem se mostrado uma ótima escolha. 					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:					

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	TC-018.581/2006-5	417/2008 - Plenário	9.2.1	9.2	Ofício nº 34/2008-TCU-SEFTI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI					00331
Descrição da Deliberação:					
Determinação 9.2.1 - Acesso dos desenvolvedores à produção					
Retire dos seus desenvolvedores e analistas de sistemas o acesso irrestrito e permanente ao ambiente de produção dos sistemas, inclusive o poder de cadastrar e alterar usuário e seus perfis, centralizando essas funções e responsabilidades nos gestores de negócios, em conformidade com o previsto no subitem 10.1.4 da NBR ISO/IEC 17799:2005 (item 2.3); (subitem 9.2.1).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI					00331
Síntese da Providência Adotada					
No monitoramento efetuado pelo TCU em 2011, foi verificada a existência de uma série de sistemas que ainda possuíam senhas de acesso à produção codificadas dentro da versão de desenvolvimento, o que poderia dar acesso indevido dos desenvolvedores à produção.					

Com fins a atender a presente determinação, foi aberta ordem de serviço para que se procedesse à extração de toda e qualquer senha de acesso à produção. Após a finalização da Ordem de Serviço, foi produzido o Relatório Técnico 01/2012-SDS/DINF/CGTI/DG/DPF.

Síntese dos Resultados Obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	TC-018.581/2006-5	417/2008 - Plenário	9.2.2	9.2	Ofício nº 34/2008-TCU-SEFTI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI					00331
Descrição da Deliberação:					
Determinação 9.2.2 - Execução de alterações diretamente nas bases de dados					
Evite executar procedimentos que envolvam alterações feitas por seus desenvolvedores diretamente na base de dados de produção, devendo as situações de execução, depois de autorizadas pelos gestores responsáveis, serem implementadas nos sistemas de forma a permitir que os próprios gestores façam as alterações necessárias, em conformidade com o previsto no subitem 10.1.4 da NBR ISO/IEC 17799:2005 (item 2.3).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI					00331
Síntese da Providência Adotada					
No monitoramento efetuado pelo TCU em 2011, foi verificado que alguns sistemas passavam por procedimentos frequentes para alteração de dados diretamente na base de dados, embora não tenha havido especificação nominal de quais sistemas estariam em tal situação, no referido monitoramento.					
Com a finalidade de atender ao referido monitoramento, foi estabelecido um procedimento formal, por meio da Portaria 047/2011-CTI/DPF, no qual, apenas em casos excepcionais, os desenvolvedores recebam senhas com prazo de expiração automaticamente pré-definido para acesso ao ambiente de produção, e apenas para execução de uma apuração especial específica.					
Cabe ressaltar que os acessos não controlados previamente existentes foram devidamente removidos, conforme Relatório Técnico S/N – SST/DINF/CTI/DPF.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
1. Elaborada minuta de Instrução de Serviço-Acesso dos Desenvolvedores às Bases de Produção.					
2. Enviado e-mails de: revisão de minuta (1); de revisão de minuta (2); de NTIs; sobre a nova versão de minuta.					
3. Realizada reunião e enviado e-mail.					
4. Publicada Instrução de Serviço nº 001/2008-CTI/DPF e Aditamento Semanal da CTI nº 46/2008.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:					
Determinação 9.2.2 concluída.					

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	TC-018.581/2006-5	417/2008 - Plenário	9.2.4	9.2	Ofício nº 34/2008-TCU-SEFTI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI					00331
Descrição da Deliberação:					
Determinação 9.2.4 - Armazenamento do backup					
Armazene as mídias contendo as cópias de segurança em local adequado, em conformidade com a diretriz “d” do subitem 10.5.1 da NBR ISO/IEC 17799:2005 e em cumprimento ao item 7.1, alínea “b”, do anexo à Portaria					

462/2000-GAB/DPF (item 2.5).	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI	00331
Síntese da Providência Adotada	
<p>A aquisição dos cofres para armazenamento seguro das mídias virtuais que contém cópias de segurança (backup) das informações de responsabilidade da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) foi concluída em março de 2011.</p> <p>Os 2 (dois) cofres se encontram instalados em uma das salas próprias da CGTI no Edifício Sede da Polícia Federal (PF). A distância entre a Sala Cofre da CGTI (Ponto A) e o local de instalação dos cofres de backup (Ponto B) é de 8.1 km (oito ponto um quilômetros).</p> <p>Cada um dos cofres tem 6 tb (seis terabytes) de espaço líquido para armazenamento de dados. Essa capacidade é suficiente para o armazenamento de 1 (um) backup completo da base de dados de cada um dos principais sistemas corporativos da PF. A periodicidade e persistência dessas cópias de segurança são preconizadas pela Política de Backup institucionalizada pela PF por meio da Portaria 045/2011, de 28 de novembro de 2011, a qual segue em anexo.</p> <p>Os cofres se encontram em plena utilização por esta CGTI para armazenamento remoto de cópias de segurança.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
<p>1. Elaborado Despacho nº 07/2009 - SST/DINF/CTI/DPF – Relatório de Monitoramento.</p> <p>2. Emitidos relatórios para cumprimento do Acórdão 1.041 TCU Processo nº 08206.001618/2009-39.</p>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:	
Determinação 9.2.4 concluída.	

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	TC-018.581/2006-5	417/2008 - Plenário	9.2.7	9.2	Ofício nº 34/2008-TCU-SEFTI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI					00331
Descrição da Deliberação:					
Determinação 9.2.7 - Documentação mínima dos sistemas					
<p>Efetue uma revisão em todos os seus sistemas legados, produzindo a documentação mínima estabelecida para esses sistemas pela MDS que vier a ser adotada, em cumprimento ao inciso I do art. 184 da Instrução Normativa 013/2005 DG-DPF (item 2.6).</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI					00331
Síntese da Providência Adotada					
<p>Como ação decorrente do monitoramento, foi feita uma revisão de sistemas que não estavam mais em uso real no DPF, mas que por razões históricas ainda permaneciam em produção. Em decorrência desta revisão, que ocorreu em conjunto com as áreas gestoras, vários dos sistemas legados foram desativados, retirando-os, a depender da sua plataforma, da tela de acesso do Mainframe ou do cardápio de sistemas do SISEG. Em adição, foi feito levantamento para consolidar os sistemas cuja modernização está em andamento ou se encontra concluída, de forma a restar esclarecida a eventual necessidade de efetivar a documentação dos sistemas que não estivessem enquadrados naquele contexto.</p> <p>Foi produzida planilha com a atual lista de sistemas em produção no DPF. Nesta planilha, a coluna “DOC” representa a situação de sua documentação. Os sistemas cuja linha está em vermelho são aqueles que não possuem documentação. Todavia, é possível verificar que todos os sistemas nesta condição encontram-se em situação de atual ou iminente descontinuidade.</p> <p>Dentre os sistemas que possuem documentação, estão incluídos os que a possuem em padrão distinto da MDS (mas semanticamente equivalentes, tais como os sistemas produzidos pelo SERPRO), os que possuem documentação mínima de acordo com a MDS e também a documentação regular prevista na metodologia.</p> <p>Alguns dos sistemas, conforme pode ser observado na coluna “OBSERVAÇÃO”, já foram substituídos por novas versões ou incorporados a outros sistemas, mas ainda estão operando em modo somente-leitura apenas para eventuais</p>					

<p>verificações de dados num período pós-implantação, que após ultrapassado, permitirá a desativação completa do legado. Nesse sentido, percebem-se três tipos de situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O sistema foi substituído (encontra-se ativo em modo somente-leitura apenas para verificação de dados, com iminente desativação); - O sistema está em substituição (novo sistema em homologação ou pré-produção); - O sistema será substituído (novo sistema em desenvolvimento pleno); - Conforme planilha todos os sistemas corporativos possuem documentação completa ou mínima, à exceção dos que estão passando por ações de substituição, em realização ou com previsão iminente, no atual cenário da CGTI. Isso significa que, dentre os sistemas não substituíveis neste cenário, todos dispõem de documentação.
Síntese dos Resultados Obtidos
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	TC-018.581/2006-5	417/2008 - Plenário	9.2.13.3	9.2	Ofício nº 34/2008-TCU-SEFTI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI					00331
Descrição da Deliberação:					
Determinação 9.2.13.3 - Trilhas de auditoria					
Implemente trilhas de auditorias, após levantamento junto aos gestores, que permitam efetuar maior controle da segurança dos sistemas.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI					00331
Síntese da Providência Adotada					
<p>Como ação decorrente do monitoramento, foi feita uma revisão de sistemas que não estavam mais em uso real no DPF, mas que por razões históricas ainda permaneciam em produção. Em decorrência desta revisão, que ocorreu em conjunto com as áreas gestoras, vários dos sistemas legados foram desativados, retirando-os, a depender da sua plataforma, da tela de acesso do Mainframe ou do cardápio de sistemas do SISEG. Em adição, foi feito levantamento para consolidar os sistemas cuja modernização está em andamento ou se encontra concluída, de forma a restar esclarecida a eventual necessidade de implementar mecanismos de auditoria nos sistemas que não estivessem enquadrados naquele contexto.</p> <p>Conjuntamente à revisão dos sistemas corporativos, foi feito um aprimoramento no mecanismo de auditoria exposto no Relatório Técnico 20/2011-DINF/CTI/DPF, e os projetos em desenvolvimento tiveram reafirmado, em caráter formal, o estabelecimento de padrão arquitetural para tal atividade, formalizado na Seção 09 do Guia Operacional – Arquitetura de Referência Java, integrante da MDS – Metodologia de Desenvolvimento de Sistema.</p> <p>O atual mecanismo de auditoria supracitado é baseado no framework Envers, integrante do Hibernate, mecanismo para persistência de dados utilizado nos sistemas em desenvolvimento no DPF. Tal framework impõe um modelo de auditoria semelhante a um controle de versões, com modelos de dados espelho dos modelos reais e ações que são disparadas internamente pelo Hibernate. Desta forma, as operações estão sendo auditadas sem intervenção do programador responsável, garantindo a correta persistência deste histórico para ações de auditoria ou investigação.</p> <p>Como exemplos de sistemas construídos que já utilizam a referida arquitetura de auditoria, seguem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - REMOC 2.0 – Em produção - SINPI 2.0 – Em homologação - AgendaPF – Em homologação - Pallas – Último ciclo de testes pré-homologação <p>Foi produzida planilha com a atual lista de sistemas em produção no DPF. Nesta planilha, a coluna “AUDIT” representa a situação de auditoria. Os sistemas de alta plataforma, em sua totalidade, encontram-se em situação de atual ou iminente descontinuidade. Nesse sentido, julga-se desnecessária a implementação manual de mecanismos de auditoria, dada a lacuna do ambiente mainframe para implementar mecanismos automatizados nos moldes do que é feito para a baixa plataforma. Ainda, por tratar-se de sistemas com regras de negócio envolvendo décadas de implementação, manutenções de natureza invasiva se tornam dispendiosas e colocam em risco a própria estabilidade dos sistemas, dada a alta entropia relacionada a softwares com longo tempo de vida, com o agravante de terem sido</p>					

desenvolvidos sem processo formal, nem geração de documentação.

Alguns dos sistemas já foram substituídos por novas versões ou incorporados a outros sistemas, mas ainda estão operando em modo somente-leitura apenas para eventuais verificações de dados num período pós-implantação, que após ultrapassado, permitirá a desativação completa do legado. Nesse sentido, percebem-se três tipos de situação:

- O sistema foi substituído (encontra-se ativo em modo somente-leitura apenas para verificação de dados, com iminente desativação);
- O sistema está em substituição (novo sistema em homologação ou pré-produção);
- O sistema será substituído (novo sistema desenvolvimento pleno);
- Todos os sistemas corporativos sem auditoria suficiente possuem ações efetivas de substituição, seja em realização ou com previsão iminente, no atual cenário da CGTI. Consequentemente, dentre os sistemas não substituíveis neste cenário, todos dispõem de auditoria suficiente para o negócio.

Síntese dos Resultados Obtidos

1. Providenciado os Scripts do manual digitalizados.
2. Aberta OS no Mantis nº 9474 – Modelo de Auditoria.
3. Digitalizado Script do Modelo de Auditoria v02.
4. Digitalizado Script do Modelo de Auditoria v05.
5. Obtido o Diagrama do Modelo de Auditoria.
6. Elaborada minuta do padrão de auditoria corporativa do DPF.
7. Elaborado Relatório Técnico nº 40/2009-DINF/CTI/DPF.
8. Elaborar documentação sobre Mecanismo de Auditoria.
9. Elaborada minuta que institui mecanismo de auditoria de sistemas.
10. Publicada Portaria nº 007/2010-CTI/DPF que adiciona arquitetura em banco de dados.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Determinação 9.2.13.3 concluída.

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	TC-018.581/2006-5	417/2008 - Plenário	9.2.15	9.2	Ofício nº 34/2008-TCU-SEFTI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI					00331
Descrição da Deliberação:					
Determinação 9.2.15 - Inconsistências nas bases do MAINFRAME					
Adote as providências necessárias para resolver as inconsistências existentes nas bases de dados dos sistemas de grande porte do DPF, com adoção de tabelas corporativas de critério de validação dos dados de entrada e de controles sobre o processamento, de acordo com o previsto nos subitens 12.2.1 e 12.2.2 da NBR ISO/IEC 17799:2005 (item 2.11).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI					00331
Síntese da Providência Adotada					
Como ação decorrente do monitoramento, foi feita uma revisão de sistemas que não estavam mais em uso real no DPF, mas que por razões históricas ainda permaneciam em produção. Em decorrência desta revisão, que ocorreu em conjunto com as áreas gestoras, vários dos sistemas legados foram desativados, retirando-os, a depender da sua plataforma, da tela de acesso do Mainframe ou do cardápio de sistemas do SISEG. Em adição, foi feito levantamento para consolidar os sistemas cuja modernização está em andamento ou se encontra concluída, de forma a restar esclarecida a eventual necessidade de implementar tais critérios de validação, bem como realizar a integração de dados, dos sistemas que não estivessem enquadrados naquele contexto.					
Cabe ressaltar, conforme já anteriormente exposto no Relatório Técnico 13/2011-DINF/CTI/DPF, que a CGTI dispõe de contrato de Fábrica de Testes (Contrato 13/2010) operando no sentido de garantir todas as verificações quanto às validações de dados e regras de negócio. Outrossim, qualquer sistema atualmente desenvolvido nesta CGTI obrigatoriamente passa por esse fluxo de verificação em todas as fases do desenvolvimento, garantindo rastreabilidade com a geração de evidências de defeito e ações de manutenção corretiva correspondentes.					
A integração de dados em sistemas atualmente em funcionamento e sem previsão de substituição, tais como SINPA, STI, GESP, e-GP, e-LOG, REMOC 2.0 e GEPNET, se dá através de um modelo corporativo baseado em Oracle e PostgreSQL, com uma grande diversidade de tabelas de uso comum tais como Servidor, Cargo, Função,					

Lotação, Município, Profissão, dentre outras. Tais bases de dados também são integradas, através de uma ferramenta desenvolvida internamente, denominada Integra-DB.

Observa-se que é uma opção estratégica do DPF a desativação da plataforma mainframe em sua totalidade. De fato, verifica-se que dos 40 sistemas observados por ocasião do monitoramento ocorrido em 2011, apenas 19 restam ativos. Ressalta-se que diante desse cenário, se torna oneroso e inviável, considerando os projetos de substituição, que seja realizada manutenções de natureza estruturante ou de grande volume nos sistemas legados da plataforma alta.

Todos os sistemas corporativos de grande porte utilizam bases corporativas e validação adequada de dados, à exceção dos que estão passando por ações de substituição, seja essa já realizada, em realização ou com previsão iminente, no atual cenário da CGTI. Isso significa que, dentre os sistemas não substituíveis neste cenário, todos dispõem de tais elementos.

Síntese dos Resultados Obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Deliberações do TCU					
3					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	TC-018.581/2006-5	417/2008 - Plenário	9.2.16	9.2	Ofício nº 34/2008-TCU-SEFTI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Tecnologia da Informação - CGTI					00331
Descrição da Deliberação:					
Determinação 9.2.16 - Integração dos sistemas					
Estude, em atenção ao Princípio da Eficiência no caput do artigo 37 da Constituição Federal, a viabilidade de integrar diretamente os sistemas que possuem formações comuns, visando diminuir os riscos de inserção de dados incorretos e o retrabalho da digitação dos dados (item 2.11).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI					00331
Síntese da Providência Adotada					
<p>Como ação decorrente do monitoramento, foi feita uma revisão de sistemas que não estavam mais em uso real no DPF, mas que por razões históricas ainda permaneciam em produção. Em decorrência desta revisão, que ocorreu em conjunto com as áreas gestoras, vários dos sistemas legados foram desativados, retirando-os, a depender da sua plataforma, da tela de acesso do Mainframe ou do cardápio de sistemas do SISEG. Em adição, foi feito levantamento para consolidar os sistemas cuja modernização está em andamento ou se encontra concluída, de forma a restar esclarecida a eventual necessidade de integração de dados dos sistemas que não estivessem enquadrados naquele contexto.</p> <p>A integração de dados em sistemas atualmente em funcionamento e sem previsão de substituição, tais como SINPA, STI, GESP, e-GP, e-LOG, REMOC 2.0 e GEPNET, se dá através de um modelo corporativo baseado em Oracle e PostgreSQL, com uma grande diversidade de tabelas de uso comum tais como Servidor, Cargo, Função, Lotação, Município, Profissão, dentre outras. Tais bases de dados também são integradas, através de uma ferramenta desenvolvida internamente, denominada Integra-DB.</p> <p>Em adição, o Grupo de Administração de Dados atua constantemente na análise, homologação e integração destas informações, conforme exposto no Relatório Técnico 01/2011-SDS/DINF/CTI/DPF. Tal atividade garante a homogeneidade dos projetos, reaproveitando toda e qualquer informação de uso comum, com sua correspondente promoção a dado pertencente ao modelo corporativo.</p> <p>Cabe ressaltar também a instituição de grupo para administração de componentes, que vem trabalhando próximo à administração de dados para que os sistemas sejam isolados de visões concretas das bases de dados através da utilização de componentes, desacoplando ao máximo as dependências de visões específicas e unificando as regras de negócio através da inteligência embutida nos próprios componentes, tipicamente Enterprise Javabeans ou WebServices.</p> <p>Por fim, é importante mencionar que houve assinatura de contrato com o SERPRO (Contrato 15/2012 – CGTI/DG/DPF) para fornecimento mensal incremental da base de dados cadastrais de Pessoa Física e Jurídica da Receita Federal. A base de dados local, na CGTI, cujo modelo segue em anexo, encontra-se implantada, e a carga de tais informações encontra-se em fase de homologação a partir das informações de modelo fornecidas pelo SERPRO.</p>					

Com isso, os cidadãos ou empresas que estiverem vinculados de qualquer forma a sistemas da Polícia Federal (Ex: fornecimento de porte de arma, registro de produtos controlados, empresas e vigilantes de segurança privada, testemunhas ou envolvidos em inquéritos), serão especializações, em cada sistema, da generalização fornecida pelas bases da Receita Federal, vinculando estas diferentes entidades a apenas um elemento concreto.

Todos os sistemas corporativos utilizam bases corporativas, com exceção daqueles que estejam passando por ações de substituição, seja em realização ou com previsão iminente, no atual cenário da CGTI. Ainda, os grupos de administração de dados e de administração de componentes vêm garantindo o correto reaproveitamento de informações comuns, ao mesmo tempo em que vêm reduzindo ao máximo o acoplamento de sistemas a regras específicas de acesso a dados, que passam a ser resolvidas pelos componentes. Por fim, com a contratação efetivada para obtenção dos dados de Pessoa Física e Jurídica da Receita Federal, e a modelagem e implantação da base corporativa local correspondente, os sistemas passam a compartilhar de especializações das entidades (Pessoa/Empresa) constantes nesta base.

Síntese dos Resultados Obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	TC-018.581/2006-5	417/2008 - Plenário	9.2.17	9.2	Ofício nº 34/2008-TCU-SEFTI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Tecnologia da Informação - CGTI					00331
Descrição da Deliberação:					
Determinação 9.2.17 - Acompanhar os serviços de manutenção do AFIS					
Em conjunto com o INI, acompanhe os serviços de manutenção do sistema AFIS, nos termos dos incisos V, VI e XIV do art. 181 da IN 013/2005-DG/DPF (item 2.12).					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI					00331
Justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Embora o relatório de auditoria do acompanhamento realizado em 2011 tenha enfatizado que “a necessidade de migração física dos equipamentos do Afis para o datacenter da CTI não fora objeto de determinação por parte do TCU, mas resultado das premissas adotadas pelo DPF”, trata-se de premissa motivada e que permanece como condição ao bom exercício da gestão técnica do contrato.</p> <p>Entendemos que a determinação do órgão de controle tem fundamento na Instrução Normativa nº 4/2010-SLTI/MPOG, que determina a personificação de três papéis da gestão pública no processo de contratação e posterior fiscalização de contratos de fornecimento de bens e serviços de tecnologia da informação. São eles o gestor demandante, o gestor técnico e o gestor administrativo da aquisição. Cabe ao gestor técnico a determinação dos requisitos técnicos, das condições de aceite e dos critérios de fiscalização da execução objeto relacionados a TI, bem como a verificação da manutenção dessas condições durante toda a vigência do contrato.</p> <p>Para cumprir com suas atribuições, o fiscal técnico deve ter controle das características técnicas dos bens ou serviços entregues. Tal controle se mostrou difícil de ser obtido enquanto os serviços objeto do contrato de manutenção e suporte ao AFIS eram prestados por técnicos lotados no INI, sobre uma infraestrutura tecnológica também sediada no INI e sem intermediação por parte dos gestores da CGTI.</p> <p>Diante dos obstáculos narrados e da linha já adotada pela CGTI, de concentrar os ativos sob sua gestão no ambiente seguro de sua sala-cofre, optou-se por promover a movimentação de toda a estrutura central do AFIS para a sala-cofre da CGTI e os prestadores de serviço vinculados ao atual contrato de Manutenção e Suporte ao AFIS para o edifício da CGTI. A minuta do termo de referência para movimentação dos ativos do AFIS foi encaminhado à Diretoria-Executiva, unidade de negócio gestora dos serviços, e dois servidores públicos foram removidos para a CGTI para assumir o papel de Gerentes de Sistema para a plataforma AFIS. Tão logo a movimentação ocorra, os Gerentes de Sistema assumirão também o papel de gestores técnicos para o contrato, dando cumprimento à determinação do TCU.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Fator que prejudicou: escassez de recursos.

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	TC-018.581/2006-5	417/2008 - Plenário	9.2.18	9.2	Ofício nº 34/2008-TCU-SEFTI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI					00331
Descrição da Deliberação:					
Determinação 9.2.18 - Modelo de Gestão de Riscos de TI					
Crie um modelo formal de Gestão de Riscos de TI no âmbito do DPF que inclua análise, avaliação, tratamento, aceitação e comunicação dos riscos relacionados ao seu ambiente computacional, em conformidade com o previsto no item 4 da NBR ISO/IEC 17799:2005(ITEM 2.14).					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI					00331
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A Gestão de Riscos, considerada inexistente na auditoria inicial de 2008 e novamente no acompanhamento realizado em 2009, foi objeto de grupo de trabalho instituído pela Portaria 001/2011-CTI/DPD, de 12 de janeiro de 2011, que tinha por objetivo a elaboração do Plano de Continuidade de Negócio e do Modelo de Gestão de Riscos de TI, o que modificou o estado da determinação para “em cumprimento”. Tal grupo tinha prazo de 90 dias para concluir suas atividades, dentro dos quais foi capaz de apontar a amplitude real do desafio, que acabou por ensejar a criação de um grupo mais amplo, constituído pela Portaria nº 2539/2011-DPF, de 19 de agosto de 2011, e depois prorrogado por mais 120 dias pela Portaria nº 2772/2011-DPF, de 15 de dezembro de 2011.					
Considerada insumo relevante para a Gestão de Continuidade de Negócio, por constituir uma das principais referências para determinação dos requisitos para recuperação de desastre dos serviços de TI, a Gestão de Riscos teve sua normatização desenvolvida paralelamente à GCN, culminando simultaneamente na produção de minutas de normativos. Para a gestão de riscos, a norma de caráter estratégico foi a Política de Gestão de Riscos de Segurança da Informação, a qual pautará o desenvolvimento continuado da Metodologia de Gestão de Riscos de Segurança da Informação no âmbito operacional.					
A Política de Gestão de Risco foi encaminhada ao Gabinete do Diretor-Geral da Polícia Federal e aguarda publicação.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Fator que prejudicou: escassez de recursos.					

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	TC-018.581/2006-5	417/2008 - Plenário	9.2.19	9.2	Ofício nº 34/2008-TCU-SEFTI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI					00331
Descrição da Deliberação:					
Determinação 9.2.19 - Procedimento de Registro de Incidentes de Segurança					
Estabeleça procedimentos para registro dos incidentes de segurança da informação que possibilitem a análise crítica dos tipos, quantidades e impactos desses incidentes, em consonância com o previsto no subitem 13.2.2 da NBR ISO/IEC 17799:2005(item 2.14).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI					00331
Síntese da Providência Adotada					
Foi publicada Portaria nº 2540/2011-DG/DPF, de 19 de agosto de 2011, a qual define os seguintes membros do GATI: Evandro Mário Lorens, Elias Pereira Silva, Robson Martins Guimarães da Silva e Odette Midori Matsunaga					

Yamaguti, ampliando desta forma o número de pessoas treinadas e capazes de registrar os incidentes de segurança na ferramenta RTIR;

Foram incluídos, ainda, usuários representantes das unidades de TI descentralizadas do Departamento de Polícia Federal para que os mesmos registrem os incidentes locais em cada estado.

Foi elaborado manual de utilização do RTIR e o mesmo foi encaminhado para todas as unidades descentralizadas de TI.

Todos os incidentes internos e externos de segurança encaminhados para a caixa postal do GATI (gerseginfo@dpf.gov.br) passaram a ser automaticamente registrados e tratados pela ferramenta RTIR.

Síntese dos Resultado Obtidos

1. Enviado e-mail para a lista cti-l@dpf.gov.br comunicando o novo contato do GAT: gat.dpf@dpf.gov.br.
2. Registrados no Mantis os incidentes de segurança: nºs 34992; 36730; 36734; 38324; 38145; e 37824.
3. Realizado curso de Tratamento de Incidentes de Segurança.
4. Elaborada minuta de portaria.
5. Publicada Portaria nº 035/2010-CTI/DPF – Registro de Incidentes de Segurança da Informação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Determinação 9.2.19 concluída.

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	TC-018.581/2006-5	417/2008 - Plenário	9.2.20	9.2	Ofício nº 34/2008-TCU-SEFTI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI					00331
Descrição da Deliberação:					
Determinação 9.2.20 - Procedimento de Acompanhamento do Uso dos Recursos de TI (Gestão de Capacidade)					
Formalize e implemente procedimentos que permitam o acompanhamento da utilização dos recursos computacionais do DPF, em concordância com o previsto no subitem 10.3.1 da NBR ISO/IEC 17799:2005 c/c os incisos IX e XV do art. 181 da Instrução Normativa 013/2005/ DGE-DPF (item 2.15).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI					00331
Síntese da Providência Adotada					
Em 25 de julho de 2011, foi instituída comissão temporária para elaboração da política de capacidade da PF, por meio da portaria 31/2011 – CTI/DG/DPF.					
Já em 16 de fevereiro de 2012, por meio da Portaria 23/2012 – CGTI/DG/DPF, os trabalhos foram prorrogados.					
Em 9 de maio de 2012, por fim, a comissão encerrou seus trabalhos produzindo os documentos de Política de Capacidade da PF e Plano de Capacidade da PF. Ambos os documentos encontram-se em anexo, os quais formalizam e determinam procedimentos por meio dos quais seja possível o acompanhamento da utilização dos recursos computacionais da PF.					
A política de capacidade se encontra em plena utilização e o plano de capacidade inicia sua revisão semestral.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:					
1. Publicada Portaria que institui o grupo de trabalho que elaborará o Plano de Gerenciamento da Capacidade e o Plano de Capacidade.					
2. Aguarda elaboração do Plano de Gerenciamento da Capacidade e o Plano de Capacidade.					

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-006.836/2012-7 1.1. Apenso: TC 009.384/2012-	2081/2012 – TCU/Plenário	9.4		

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação		Código SIORG	
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		XXXXX	
Descrição da Deliberação:			
<p>“9. Acórdão: VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade, realizada em cumprimento ao subitem 9.3 do Acórdão 2.681/2011 - Plenário, na Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Segep/MP), na Fundação Nacional do Índio (Funai), no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e em unidades da administração direta do Ministério da Justiça, com o objetivo de fiscalizar os procedimentos de substituição de terceirizados irregulares em curso na administração pública federal direta, autárquica e fundacional. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em: 9.1. cientificar os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional de que a apresentação do resultado final do processo de substituição de terceirizados irregulares, de que trata o subitem 9.1 do Acórdão 2.681/2011 - Plenário, deverá ser informação integrante dos relatórios de gestão anuais, nos termos da Decisão Normativa TCU 119/2012 e da Portaria TCU 150/2012; 9.2. atribuir às unidades da Secretaria-Geral de Controle Externo do Tribunal - Segecex a responsabilidade pelo acompanhamento do processo de substituição residual de terceirizados irregulares em curso nos órgãos e entes públicos, bem como pelo exame sistêmico da matéria no âmbito dos respectivos processos de contas anuais; 9.3. determinar à Segecex que oriente as unidades técnicas do Tribunal sobre a obrigatoriedade de manifestar-se, nos processos de contas anuais acerca do cumprimento do preceituado no art. 1º, § 2º, do Decreto 2.271/199 9.4. determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que dê ciência desta deliberação aos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, informando ao Tribunal sobre tal providência, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste acórdão; 9.5. enviar cópia desta decisão, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, ao Ministério da Integração Nacional; 9.6. arquivar os autos.”</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG	
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		XXXXX	
Síntese da Providência Adotada:			
<p>A esta Coordenação de Administração – COAD/DLOG/DPF foi encaminhado o processo 08004.001931/2012-49, que contém o Memorando-Circular nº 757/2012-SE/MJ, por meio do qual é informado que no Relatório de Gestão do Exercício de 2012 deverá ser apresentado o resultado final do processo de substituição de terceirizados irregulares, em cumprimento ao Acórdão nº 2.081/2012 – TCU/Plenário. Em resposta, foi expedido o Despacho nº 3086/2012 – GAB/COAD/DLOG/DPF, de 21 de setembro de 2012, no qual esta Unidade Gestora restituiu os autos à Diretoria de Administração e Logística Policial – DLOG/DPF e informou que não possui contratos com empresas prestadoras de serviço cuja terceirização seja considerada irregular nos termos do mencionado Acórdão.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>Apesar de o Ministério da Justiça haver encaminhado a esta Coordenação de Administração – COAD/DLOG/DPF o teor do Acórdão para cumprimento, foi esclarecido à DLOG/DPF que esta Unidade Gestora não possui contratos com empresas prestadoras de serviço cuja terceirização seja considerada irregular.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Conforme dito acima, esta Unidade Gestora não possui contratos com empresas prestadoras de serviço cuja terceirização seja considerada irregular. Assim, não foi necessário adotar providências para atender ao Acórdão.</p>			

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC-000.793/2005-9	755/2011 – TCU – 2ª Câmara	9.3.1	Tomada de Contas Especial	Ofício nº 139/2011- TCU/SECEX/GO
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG

Delegacia da Polícia Federal em Jataí – DPF/JTI/GO		58042
Descrição da Deliberação:		
<p>“9. Acórdão: VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial decorrente de conversão de representação, por força do Acórdão 1.347/2008 - Plenário, em razão da existência de indícios de débitos relacionados a construção da sede da Delegacia da Polícia Federal em Jataí/GO; ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em: 9.1. acolher as alegações de defesa apresentadas nos autos; 9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis indicados no item 3 supra, dando-se-lhes quitação; 9.3. determinar ao Departamento da Polícia Federal que: 9.3.1. adote medidas administrativas e/ou judiciais, civis e penais cabíveis com o fim de se buscar o ressarcimento dos valores pagos indevidamente a empresa Poli Engenharia Ltda., relativamente a execução do Contrato 58/2000-CCA/DPF, celebrado para construção da sede da Delegacia da Polícia Federal em Jataí/GO, nos montantes de R\$ 12.250,00, em 17.09.2001, relativo aos itens 04.03.03-Tratamento e 04.03.04-Pintura e Acabamento da Planilha de Orçamento Detalhado não devidamente executados nem comprovados; e R\$ 4.500,00, em 15.12.2003, relativo ao não pagamento da taxa do alvará de habite-se, sob seu encargo; e 9.3.2. informe, no próximo relatório de gestão, acerca da adoção das medidas determinadas no subitem 9.3.1. 9.4. dar ciência do presente acórdão aos responsáveis e entidade nele referidos.”</p>		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
Delegacia da Polícia Federal em Jataí – DPF/JTI/GO		58042
Coordenação de Administração – COAD/DLOG/DPF		22351
Divisão de Engenharia e Arquitetura – DEA/CPLAM/DLOG/DPF		22409
Síntese da providência adotada:		
Fonte: Protocolos 08795.000406/2011-66 e 08795.000378/2011-87		
Seguem as informações apresentadas no Relatório de Gestão do Exercício de 2011 (nº de ordem 28)		
<ol style="list-style-type: none"> 1 – Foi expedido o Memorando nº 0181/2011-IPL 0023/2004-4-DPF/JTI/GO, de 02.03.2011, dirigido ao Setor de Administração e Logística Policial - SELOG/SR/DPF/GO, informando que encaminhou cópia do Ofício nº 139/2011-TCU-SECEX/GO à SR/DPF/GO, à COR/SR/DPF/GO e à Advocacia-Geral da União em Goiás (fl. 03). 2 - Foi expedido o Memorando nº 0182/2011-IPL 0023/2004-4-DPF/JTI/GO, de 02.03.2011, dirigido à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Goiás – SR/DPF/GO, encaminhando cópia do Ofício nº 139/2011-TCU-SECEX/GO, e informando que os fatos foram apurados através do Inquérito Policial nº 023/2004-DPF/JTI/GO, o qual foi encaminhado à Justiça Federal e teve a competência declinada (fl. 01). 3 – Foi expedido o Memorando nº 0183/2011-IPL 0023/2004-4-DPF/JTI/GO, de 02.03.2011, dirigido à Corregedoria Regional da Polícia Federal no Estado de Goiás – COR/SR/DPF/GO, encaminhando cópia do Ofício nº 139/2011-TCU-SECEX/GO, e informando que os fatos foram apurados através do Inquérito Policial nº 023/2004-DPF/JTI/GO, o qual foi encaminhado à Justiça Federal e teve a competência declinada (fl. 02). 4 - Foi expedido o Ofício nº 0319/2011-IPL 0023/2004-4-DPF/JTI/GO, de 02.03.2011, dirigido à Advocacia-Geral da União no Estado de Goiás, encaminhando cópia do Ofício nº 139/2011-TCU-SECEX/GO, e informando que os fatos foram apurados através do Inquérito Policial nº 023/2004-DPF/JTI/GO, o qual foi encaminhado à Justiça Federal e teve a competência declinada (fl. 04). 5 – Em despacho datado de 15.03.2011, a SR/DPF/GO remeteu os autos à Diretoria de Administração e Logística Policial - DLOG/DPF, para conhecimento e providências pertinentes (fl. 01). 6 – Em despacho datado de 23.03.2011, a DLOG/DPF remeteu os autos à Divisão de Engenharia e Arquitetura – DEA/CPLAM/DLOG/DPF para as providências cabíveis (fl. 01/v). 7 – Em despacho datado de 24.03.2011, a DEA/CPLAM restituiu os autos à DLOG/DPF, informando que não há providências a ser tomadas pela unidade e esclarecendo que todos os servidores que participaram da fiscalização do contrato não mais estão lotados na DEA/CPLAM/DLOG/DPF (fl. 01/v). 8 – Por meio do Despacho nº 323/2011-DLOG/DPF, de 24.03.2011, os autos foram encaminhados à Coordenação de Administração – COAD/DLOG/DPF para as providências relativas ao ressarcimento (fl. 11). 9 – Por meio do Despacho nº 755/2011-GAB/COAD, de 25.03.2011, os autos foram encaminhados à Divisão de Execução Orçamentária e Financeira- DEOF/COAD/DLOG/DPF para as providências necessárias (fl. 12). 10 – Em despacho datado de 28.03.2011, a DEOF/COAD/DLOG/DPF restituiu os autos à COAD/DLOG, sugerindo apreciação (fl. 12). 11 – Foi juntada aos autos cópia da folha inicial do Contrato nº 58/2000-CCA/DPF (fl. 19). 12 – Foi expedido o Memorando nº 25/2011-GAB/COAD/DLOG/DPF, de 03.03.2011, dirigido à Coordenação de Recursos Humanos – CRH/DGP/DPF, solicitando que fossem informados os endereços dos servidores Wilson 		

- Salles Damázio, José Braun Chaves, e João Lauer Kneip. (fl. 22).
- 13 – Foi expedido o Memorando nº 894/2011-GAB/COAD/DLOG/DPF, de 07.03.2011, dirigido à CRH/DGP/DPF, solicitando o endereço de Agílio Monteiro Filho (fl. 32).
 - 14 – Foi expedido o Ofício nº 64/2011-GAB/COAD/DLOG/DPF, de 11.03.2011, dirigido à POLI ENGENHARIA LTDA. (endereço Setor de Oficinas Sul, Quadra 19, Conjunto B, Lote 06, em Brasília-DF), encaminhando cópia do presente Acórdão e informando que o valor a ser ressarcido à União por meio de GRU é de R\$ 16.750,00 (fl. 21).
 - 15 – Foi expedido o Memorando nº 39/2011-GAB/COAD/DLOG/DPF, de 29.03.2011, dirigido à CRH/DGP/DPF, reiterando o teor do Memorando nº 25/2011-GAB/COAD/DLOG/DPF (fls. 23).
 - 16 – Foi recebido o Memorando nº 140/2011-GAB/CRH/DPG/DPF, de 31.03.2011, informando os endereços dos servidores Wilson Salles Damázio e José Braun Chaves. Também informou que consta óbito do servidor João Lauer Kneip em 30.03.2009 (fl. 30).
 - 17 – Foi expedido o Ofício nº 83/2011-GAB/COAD/DLOG/DPF, de 29.03.2011, dirigido à POLI ENGENHARIA LTDA. (endereço Setor de Oficinas Sul, Quadra 19, Conjunto B, Lote 06, Brasília-DF), encaminhando cópia do presente Acórdão e informando que o valor a ser ressarcido à União por meio de GRU é de R\$ 16.750,00. Entretanto, na tentativa de entregar o documento pelos Correios, a COAD/DLOG/DPF obteve a informação de que o remetente mudou-se (fls 24 e 29).
 - 18 – Foi expedido o Ofício nº 91/2011-GAB/COAD/DLOG/DPF, de 05.04.2011, dirigido ao servidor Wilson Salles Damázio, encaminhando cópia do presente Acórdão. Entretanto, na tentativa de entregar o documento, a COAD/DLOG/DPF obteve a informação de que o servidor não mais se encontra no local (fl. 27).
 - 19 – Foi expedido o Ofício nº 92/2011-GAB/COAD/DLOG/DPF, de 05.04.2011, dirigido ao Servidor José Braun Chaves, encaminhando cópia do presente Acórdão (fl. 26).
 - 20 – Foi expedido o Ofício nº 83/2011-GAB/COAD/DLOG/DPF, de 06.04.2011, dirigido à POLI ENGENHARIA LTDA. (endereço SCIA Quadra 08, conjunto 16, lote 16, Cidade do Automóvel, Brasília-DF), reiterando o teor do Ofício nº 64/2011-GAB/COAD/DLOG/DPF (fls 25 e 28).
 - 21 – Foi expedido o Ofício nº 94/2011-GAB/COAD/DLOG/DPF, de 11.04.2011, dirigido ao Sr. Wilson Salles Damázio, encaminhando cópia do presente Acórdão (fl. 31).
 - 22 – Foi expedido o Memorando nº 268/2011-GAB/CRH/DGP/DPF, de 18.04.2011, dirigido à COAD/DLOG/DPF, informando o endereço de Agílio Monteiro Filho (fl. 80).
 - 23 – Foi expedido o Despacho nº 1092/2011-GAB/COAD/DLOG/DPF, de 26.04.2011, dirigido à Assessoria de Controle Interno-ACI/DG/DPF, encaminhando os autos e pedindo informações sobre os valores atualizados e procedimentos a serem adotados visando ao ressarcimento (fl. 33).
 - 24 – No âmbito da ACI/DG/DPF foram expedidos os seguintes documentos: Despacho nº 214/2011-ACI/DG/DPF, de 09.05.2011 (fl. 34), Informação nº 099/2011-ACI/DG/DPF, de 29.07.2011 (fls. 35/43) e Despacho nº 287/2011-ACI/DGP/DPF, de 29.07.2011 (fl. 61).
 - 25 – Foi expedido o Despacho nº 2146/2011-GAB/COAD/DLOG/DPF, de 02.08.2011, dirigido à DEOF/COAD/DLOG/DPF, solicitando que faça a atualização monetária, acrescida dos juros, bem como que imprima as GRUs (fls. 62/63).
 - 26 – Foi expedido o Memorando nº 52/2011-DEOF/COAD/DLOG/DPF, de 05.09.2011, dirigido à COAD/DLOG/DPF, apresentando as GRUs solicitadas (fls. 64/76).
 - 27 – Foi expedido o Ofício nº 298/2011- COAD/DLOG/DPF, de 13.09.2011, dirigido à POLI ENGENHARIA LTDA., encaminhando as GRUs (fls. 77/79).
 - 28 – Foi juntada correspondência da empresa POLI ENGENHARIA LTDA., de 14.10.2011 (fls. 81/89), na qual informa:
 - a – a multa no valor de R\$ 4.500,00 já foi objeto de cobrança pela Prefeitura de Jataí mediante a remessa da guia de pagamento (apresenta cópia em anexo), a qual fora recolhida pela empresa;
 - b - diante da quitação do boleto, não há qualquer razão para que o d. Tribunal remeta nova guia para pagamento da mesma penalidade, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração Pública;
 - c – no que tange à penalidade imposta em decorrência de falhas na pintura de pequena parte da obra, a empresa apresenta fotos que demonstram a total viabilidade de referida pintura ser finalizada sem qualquer prejuízo para a Administração, fato que torna desarrazoada a penalidade;
 - d – restam menos que 3,20m² a serem pintados;
 - e – o fato é que os serviços de pintura destinados à finalização da obra já foram, inclusive, iniciados pela empresa e serão, muito em breve, acabados;
 - f – requer sejam baixadas as multas, uma em razão de sua completa quitação, e a outra em decorrência de o fato ensejador da penalidade ter sido completamente sanado sem qualquer prejuízo para a Administração Pública.
 - 29 – Foi expedido o Despacho nº 2888/2011-GAB/COAD/DLOG/DPF, de 21.10.2011, dirigido à Assessoria Jurídica – AJ/DPF, consultando sobre se os argumentos da POLI ENGENHARIA LTDA. podem ser aceitos e levados ao conhecimento do Tribunal de Contas da União (fl. 91).
 - 30 – Foi expedido o Parecer nº 494/2011-AJ/DPF, de 08.11.2011, dirigido à COAD/DLOG/DPF, se manifestando no sentido de verificar se a tributação a respeito do alvará de habite-se se encontra devidamente cumprido, bem como apresentar relatório sobre a realização dos serviços que deveriam ter sido executados à época supra o prejuízo à

União/DPF (fls. 92/94).

- 31 – Foi expedido o Despacho nº 3157/2011-GAB/COAD/DLOG/DPF, de 22/11/2011, dirigido à DPF/JTI/GO, dando conhecimento das medidas adotadas, bem como solicitando que verifique se realmente houve o cumprimento das medidas questionadas pela AJ/DPF tanto em relação ao habite-se como em relação aos serviços de pintura (fls. 95/96).
- 32 – No âmbito da DPF/JTI/GO, foram expedidos os seguintes documentos: Despacho de 23/12/2011, para a Secretaria (fl. 97); Memorando nº 1315/2011-DPF/JTI/GO, de 28.12.2011, dirigido à DEA/CPLAM/DLOG/DPF, solicitando a vista de engenheiro especializado à descentralizada, com o objetivo de emitir parecer sobre proposta da empresa POLI ENGENHARIA LTDA. sobre controvérsia em pintura de vigas do prédio construído (fl. 98); Ofício nº 2007/2011-DPF/JTI/GO, de 26.12.2011, dirigido à Prefeitura de Jataí-GO, solicitando comprovar a autenticidade do Boleto Bancário apresentado pela POLI ENGENHARIA LTDA., bem como que informe se houve pagamento do habite-se da sede da Delegacia de Polícia Federal de Jataí (fl. 99); juntada do Ofício nº 01/2012-SEFAZ/Prefeitura de Jataí-GO, certificando que o boleto bancário é autêntico e foi quitado em 23.10.2011, bem como informando que a taxa do Alvará de Habite-se também foi quitada em 15.12.2003, tudo em conformidade com o extrato de pagamento que anexa (fls. 100/101); Despacho de 04.01.2012, dirigido à COAD/DLOG/DPF, apresentando a documentação da Prefeitura de Jataí-GO e informando que, quanto ao serviço de pintura, devido ao transcurso de tempo, desde a construção da Delegacia (2003) até a presente data, onde a viga ficou exposta, sem proteção de pintura, somente um técnico especializado poderá certificar que uma pintura na atualidade manterá sua qualidade. Nesse sentido, aguarda a visita de um engenheiro especializado designado pela DEA/CPLAM/DLOG/DPF para emitir parecer sobre a proposta da empresa (fl. 102).
- 33 – Expedição do Memorando nº 026/2012-GAB/COAD/DLOG/DPF, de 24.01.2012, dirigido à DEA/CPLAM/DLOG/DPF, solicitando que, tão logo seja emitido o parecer solicitado pela DPF/JTI/GO, seja enviada uma cópia para a COAD/DLOG/DPF.

(...)

Seguem as informações obtidas pela COAD/DLOG/DPF após a apresentação do Relatório de Gestão do Exercício de 2011

(...)

- 34 – Expedição do Despacho nº 018/2012 – DEA/CPLAM/DLOG/DPF, dirigido à CPLAM/DLOG/DPF, informando que, do ponto de vista técnico, provavelmente já houve prejuízo da vida útil da estrutura. Além disso, o serviço não tem de ser recebido por um profissional e sim acompanhado por um. Também informou que em nenhum momento foi solicitada a presença de um engenheiro para a fiscalização do serviço. A DEA/CPLAM/DLOG/DPF também questionou a legalidade de permitir a execução do serviço no momento.
- 35 – Foi expedido o Despacho nº 66/2012 –CPLAM/DLOG/DPF, de 27.02.2012 informando que a determinação do TCU foi no sentido de que a Administração buscasse o ressarcimento dos valores pagos indevidamente à POLI ENGENHARIA LTDA. e que em nenhum momento foi aventada a possibilidade de execução tardia do serviço, não sendo essa uma das opções, já que resta claro que a empresa agiu com má-fé ao não realizar serviço para o qual havia sido contratada. Também informou que não é produtivo o envio de um engenheiro da DEA/CPLAM/DLOG/DPF para o recebimento de serviço que foi executado a destempo e sem qualquer cobertura contratual ou legal.
- 36 – Expedição do Despacho nº 775/2012 – GAB/COAD/DLOG/DPF, de 21.03.2012, dirigido à AJ/DPF, para que informe se ainda havia outras medidas administrativas a serem adotadas pela UG antes do envio de nova resposta ao TCU, especialmente sobre os ressarcimentos determinados, tendo em vista que o ressarcimento referente ao habite-se foi pago pela empresa e aceito pela Prefeitura de Jataí-GO e o ressarcimento referente à pintura não foi efetuado pela empresa.
- 37 – Despacho nº 028/2012 –AJ/GAB/DPF, de 27.03.2012, dirigido à COAD/DLOG/DPF, esclarecendo que o ressarcimento referente à pintura ainda não foi efetuado pela empresa em questão. Logo, o item 9.3.1 do Acórdão ainda não teria sido cumprido integralmente. De conseqüência, acompanha o entendimento da CPLAM/DLOG/DPF no sentido de que medidas para o ressarcimento devem ser adotadas.
- 38 – Expedição do Ofício nº 050/2012 – GAB/COAD/DLOG/DPF, de 28.03.2012, dirigido à POLI ENGENHARIA LTDA., informando que a Assessoria Jurídica do Departamento de Polícia Federal - AJ/DPF se manifestou para que fossem adotadas medidas buscando o ressarcimento. Assim, foi encaminhada à empresa uma GRU no valor de R\$ 50.430,33 (cinquenta mil, quatrocentos e trinta reais e trinta e três centavos) para pagamento, sob pena de o débito ser levado à Advocacia-Geral da União para o ajuizamento de ação judicial.
- 39 – Expedição do Ofício 62/2012 – GAB/COAD/DLOG/DPF, de 03.05.2012, dirigido à POLI ENGENHARIA LTDA., informando que os valores pendentes de ressarcimento serão levados à Advocacia-Geral da União para o ajuizamento da respectiva ação judicial, bem como será dada ciência ao Tribunal de Contas da União das providências adotadas pelo DPF. Também foi informado que eventuais recursos quanto aos ressarcimentos determinados deverão ser enviados diretamente ao Tribunal de Contas da União.
- 40 – Expedição do Ofício nº 134/2012 –GAB/COAD/DLOG/DPF, de 27.07.2012, dirigido à Advocacia-Geral da União, solicitando o ajuizamento de ação judicial contra a empresa POLI ENGENHARIA LTDA. no valor de R\$ 50.430,33.

<p>41 – Expedição do Ofício nº 141/2012 – GAB/COAD/DLOG/DPF, de 03.08.2012, dirigido ao Tribunal de Contas da União, informando que quanto ao item 9.3.1 do Acórdão nº 755/2011 – TCU – 2ª Câmara, foi solicitando à Advocacia Geral da União o ajuizamento de ação judicial no valor de R\$ 50.430,33 relativo aos itens 04.03.03-Tratamento e 04.03.04-Pintuar e Acabamento da Planilha de Orçamento Detalhado não devidamente executado nem comprovados.</p> <p>Também em relação mesmo item 9.3.1 do Acórdão foi informado que houve o pagamento da taxa do alvará de habite-se sob o encargo da empresa, conforme comprovação feita junto à Prefeitura Municipal de Jataí-GO. Ainda foi esclarecido ao TCU que, quanto ao item 9.3.2 do Acórdão, já houve a apresentação de informações no Relatório de Gestão do Exercício de 2011.</p>
<p>Síntese dos resultados obtidos</p> <p>Quanto ao item 9.3.1 do Acórdão a COAD/DLOG/DPF buscou o ressarcimento junto à empresa, a qual informou que a multa de R\$ 4.500,00 já foi objeto de cobrança e foi paga; quanto à multa referente à pintura, requereu que fosse desconsiderada. Além disso, a COAD/DLOG/DPF solicitou à Advocacia-Geral da União o ajuizamento de ação judicial no valor de R\$ 50.430,33.</p> <p>Houve o cumprimento também do item 9.3.2 do Acórdão, uma vez que as informações foram inseridas no Relatório de Gestão do Exercício de 2011.</p>
<p>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</p> <p>Somente após várias tentativas foi possível entregar o Ofício da COAD/DLOG/DPF ao representante da empresa, a fim de dar conhecimento do presente Acórdão e solicitar o recolhimento dos valores.</p> <p>Apesar de o Acórdão ser dirigido ao Departamento de Polícia Federal e este ter efetuado diligências para cumpri-lo, a pessoa jurídica que deve recolher os valores é a empresa POLI ENGENHARIA LTDA. que, todavia, se recusou a efetuar os pagamentos pelos motivos que expôs.</p>

11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 11.1.2.1 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

11.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Quadro 11.1.3.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA			075391
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	244.101	2.1.2.4	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA			075391
Descrição da Recomendação:			
Recomendação nº 002:			
Apresentar a memória de cálculo discriminada por rubrica, de forma a indicar a base de cálculo utilizada para a composição dos custos, a alocação da força de trabalho envolvida na prestação dos serviços, bem como adequar a quantidade de horas contratadas a efetivamente prestada.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA			075391
Síntese da providência adotada:			
Solicitação de memória de cálculo junto à Fundação Getúlio Vargas e encaminhamento à Controladoria Geral da União, por meio do Ofício nº 174/2012-SELOG/DITEC, de 10 de julho de 2012.			
Síntese dos resultados obtidos			
Adequação e discriminação dos custos efetivos do contrato entre a União e a Fundação Getúlio Vargas (Contrato nº 18/2009 – Processo 08059.032786/2008-26)			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA			075391
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	244.101	2.1.2.4	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA			075391
Descrição da Recomendação:			
Recomendação nº 003:			
Readequar a carga horária contratada ao previsto no calendário constante do Anexo III, do Edital nº 001/2009, juntamente com os valores despendidos com o pagamento dessas horas à FGV; expurgar da planilha de preços apresentada pela contratada o valor referente ao FGTS (0,50%) por falta de amparo legal; bem como alterar por meio de Termo Aditivo o valor contratual e o cronograma de desembolsos aos novos valores contratuais, considerando os valores já efetuados à contratada.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA			075391

Síntese da providência adotada:

Quanto à readequação da carga horária, em reunião realizada no SELOG/DITEC, à época da verificação da implementação do plano de providências, quando foi discutida a metodologia de mensuração dessa carga horária, ficou esclarecido que não houve divergência entre as horas contratadas e as efetivamente prestadas não tendo sido observado quantitativo excessivo, uma vez que as 720 horas contratadas são distribuídas da seguinte forma: 540 horas presenciais (45 horas semanais (5 dias de 8h + 5h no sábado), multiplicados por 12 encontros) + 180 horas de orientação (6h de por aluno X 30 alunos).

Quanto ao expurgo de 0,5% do FGTS para a exclusão do custo, foi atendida a recomendação, conforme planilha abaixo apresentada pela Fundação Getúlio Vargas-FGV, e foi efetivamente restituído o valor da diferença apurada (2012RA000038 – UG200406), no valor de R\$ 2.194,53.

Destaca-se que o valor inicialmente contratado era de R\$ 1.319.110,20 (hum milhão, trezentos e dezenove mil e setenta e nove reais e noventa centavos) e o valor total do contrato, após o expurgo de 0,5% do FGTS, resultou em R\$ 1.316.915,67 (hum milhão, trezentos e dezesseis mil, novecentos e quinze reais e sessenta e sete centavos), estruturados conforme tabela a seguir:

VERBA	VALOR
SERVIÇOS TECNICOS VARIÁVEIS	741.885,37
MATERIAL DE CONSUMO	110.000,00
VIAGENS, HOSPEDAGENS E LOCOMOÇÃO	150.000,00
INFRA-ESTRUTURA FISICA FGV	250.000,00
DESPESAS DIVERSAS	<u>65.030,30</u>
TOTAL	1.316.915,67

Síntese dos resultados obtidos

Restituição do valor apurado como diferença e adequação à legislação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Quadro 11.1.3.2 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (ANP)

Recomendações da OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203752	7.1.1.1. Informação (15)	Email da ACI/DPF, solicitando elaboração do PPP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Academia Nacional de Polícia			00329
Descrição da Recomendação			
A Unidade deixou de manifestar em seu relatório de gestão quanto à implementação ou não da recomendação expedida pela Controladoria-Geral da União referente à Auditoria de Avaliação da Gestão do exercício de 2009, conforme descrito no quadro a seguir:			
Relatório de Auditoria nº: 244048 Auditoria de Avaliação da Gestão do exercício 2009			
Item do Relatório	Situação Atual das Recomendações	Posicionamento do OCI	
2.1.4.1 – Pagamento de anuidades de vários Conselhos Regionais para servidores em exercício na Unidade, sem o devido respaldo legal.	Recomendações 001 e 002 pendentes de atendimento.	Aguardando manifestação da UJ.	
Recomendação: 001			
“Aperfeiçoar os mecanismos de controles internos estabelecidos na Unidade, de forma a evitar pagamentos referentes às anuidades destinadas aos Conselhos Profissionais dos servidores que compõem o Quadro de Pessoal da Polícia Federal, quer seja da carreira policial federal, da administrativa ou de cargos de nível superior do plano especial.”			
Recomendação: 002			
“Providenciar a restituição aos cofres públicos, via Guia de Recolhimento Único - GRU, dos valores pagos a título de anuidade dos Conselhos Profissionais aqui tratados, sob pena de responsabilização pelo prejuízo causado à			

administração, encaminhando as cópias dos respectivos comprovantes a esta Controladoria-Geral da União.”

Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Administração da ANP			00329
Síntese da Providência Adotada			
<p>Recomendação 001: foi emitido memorando pelo chefe da Divisão de Administração ao Setor de Execução Orçamentária e Financeira, determinando a proibição de pagamentos de anuidades de Conselhos Regionais para servidores em exercício na Academia Nacional de Polícia.</p> <p>Recomendação 002: foi emitido memorando pelo chefe da Divisão de Administração ao servidor Frederico Sergio Lins de Castro Montenegro Filho, informando da existência do débito para com a União, instando-o ao recolhimento do valor no mais breve prazo possível.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>Quanto à recomendação 001, não houve novos pagamentos de anuidades de Conselhos Profissionais. Quanto ao recolhimento do valor da anuidade do CREA do servidor Frederico Sergio Lins de Castro Montenegro Filho, não houve ainda comunicação a esta Divisão de que tenha sido feito.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nada a registrar.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203752	9.1.2.1. Constatação (17)	Email da ACI/DPF, solicitando elaboração do PPP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Academia Nacional de Polícia			00329
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: abster-se, doravante, de solicitar adequação das planilhas de custos apresentadas nos certames licitatórios ao Regime Tributário Simples Nacional quando estejam vedadas contratações de objeto por meio desse regime de tributação, a exemplo da cessão e locação de mão-de-obra prevista no inciso II, art. 17, da Lei Complementar nº 123/2006.</p> <p>Recomendação 2: incluir, doravante, em seus editais de licitações disposição no sentido de que, em ocorrendo as hipóteses de que tratam os arts. 17, inciso XII, e 30, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, seja vedada à licitante, optante pelo Simples Nacional, a utilização dos benefícios tributários do regime tributário diferenciado na proposta de preços e na execução contratual (com relação ao recolhimento de tributos), ressaltando que, em caso de contratação, estará sujeita à exclusão obrigatória desse regime tributário diferenciado a contar do mês seguinte ao da assinatura do contrato, nos termos do art. 31, inciso II, da referida lei complementar, consoante ao contido nos Acórdãos nºs 2.798/2010, 797/2011 e 341/2012, todos Plenário.</p> <p>Recomendação 3: incluir, doravante, em seus editais de licitação disposição no sentido de obrigar a contratada apresentar cópia do ofício, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, situação que gera vedação à opção pelo Simples Nacional, à Receita Federal do Brasil, no prazo previsto no art. 30, § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006. No caso de a empresa contratada não realizar a comunicação, cabe ao próprio ente público contratante, em obediência ao princípio da probidade administrativa, incumbir-se de efetuar a comunicação à Receita Federal, para que esta proceda à exclusão de ofício, conforme disposto no art. 29, inciso I, da referida Lei Complementar, consoante ao contido no Acórdão nº 2.798/2010 - Plenário.</p> <p>Recomendação 4: celebrar termo aditivo ao Contrato nº 04/2011 de modo a vincular a sua execução contratual a planilha de custo e formação de preços apresentada pela Empresa Saturny na sessão pública do dia 16/08/2011, em substituição à atual, de modo a garantir a manutenção da proposta mais vantajosa à Administração Pública, e a sua adequação ao regime de tributação comum.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Administração da ANP			00329
Síntese da Providência Adotada			
<p>Recomendações 1, 2 e 3: foi emitido memorando pelo chefe da Divisão de Administração aos membros da Comissão Permanente de Licitação da ANP, determinando cumprir a recomendação.</p> <p>Recomendação 4: foi emitido memorando pelo chefe da Divisão de Administração ao gestor de contratos da ANP,</p>			

determinando entrar em contato com a empresa contratada, visando dar início ao processo de repactuação.

Síntese dos Resultados Obtidos

As recomendações endereçadas à Comissão Permanente de Licitação foram plenamente atendidas pelos seus membros. O contrato mencionado na Recomendação 4 foi devidamente regularizado, mediante termo aditivo assinado em 31/12/2012.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Nada a registrar.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201108761	Constatação 013 (Recomendação 005)	Solicitação de Auditoria Prévia 201207533/001

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Academia Nacional de Polícia	00329

Descrição da Recomendação

Contratação de serviço de vigilância acima dos valores permitidos. No Relatório de Gestão 2011 foi informado que seria aberto processo administrativo para apurar o caso, portanto, pede-se informar o andamento de tal providência.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Divisão de Administração da ANP	00329

Síntese da Providência Adotada

Determinou-se a abertura de procedimento administrativo para apurar a conduta do servidor (processo 08204.000058/2012-11), o qual foi encaminhado pelo Diretor da ANP para a COGER no dia 15/08/2012.

Síntese dos Resultados Obtidos

Esta Divisão não foi comunicada oficialmente da conclusão do procedimento.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Nada a registrar.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201108761	-	Solicitação de Auditoria Prévia 201207533/001

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Academia Nacional de Polícia	00329

Descrição da Recomendação

Gestão de imóvel/SPIUnet. Informar o andamento das providências adotadas, com vistas a atender às recomendações a seguir:

- Designar servidor ou equipe responsável pela gestão do imóvel onde atualmente funciona a ANP.
- Elaborar inventário de bens imóveis.
- Providenciar a reavaliação do imóvel.
- Manter os registros atualizados no SPIUnet.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Divisão de Administração da ANP	00329

Síntese da Providência Adotada

Foi designado o servidor CARLOS EDUARDO DE NEGREIROS (CPF 993.248.303-68), como responsável pela gestão dos imóveis da ANP no sistema SPIUnet, sendo a primeira providência sua capacitação em treinamento ministrado pela Secretaria do Patrimônio da União, realizado em agosto de 2011. Além disso, as gestões feitas junto à SPU resultaram, em março de 2012, na transferência contábil do imóvel da ANP via SIAFI, bem como o correspondente registro no sistema SPIUnet. Posteriormente, em dezembro de 2012, foi realizada nova avaliação do imóvel, cujo resultado foi a atualização do seu valor no sistema SPIUnet a partir de então.

Cabe ainda esclarecer que o atual registro no SPIUnet do imóvel da ANP abrange apenas parte do terreno hoje ocupado por esta Unidade. Existe uma parcela do terreno, que se estende até os limites da Torre de TV Digital, que é

atualmente utilizada pela ANP, cuja regularização junto à SPU está em fase final. Já possuímos ofício daquele órgão oficializando a doação do citado terreno, restando apenas o devido registro em cartório. Tão logo os trâmites sejam totalmente concluídos e estejamos de posse do respectivo Termo de Entrega, será feito o registro no sistema SPIUnet.

Síntese dos Resultados Obtidos

Foi regularizada a gestão de imóveis da ANP.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Trâmites burocráticos para a transferência da segunda parcela do terreno que também é usado pela ANP estão atrasando a efetivação plena da regularização dos imóveis.

11.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 11.1.4.1 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício (DITEC)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA			075391
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201108757	3.1.2.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA			075391
Descrição da Recomendação:			
Recomendação nº 002:			
Instaurar processo administrativo para apurar a responsabilidade de quem deu causa à contratação por inexigibilidade sem que restasse comprovada a inviabilidade da competição; a exclusividade do fornecimento; e que inexistiam produtos similares capazes de atender às necessidades da Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA			075391
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Considerando que não houve prejuízo ao erário, conforme demonstrado no Ofício nº 182/2011-SELOG/DITEC, bem como pelo fato de haver sido apresentada a Declaração de Exclusividade emitida pela Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás, referente à distribuição exclusiva do EVOFINDER para o mercado do Brasil.			
Considerando, ainda, que houve um extenso estudo elaborado pelo Grupo de Trabalho que tratou do Projeto para o Sistema Nacional de Padrões Balísticos, feito em 2005, no qual os demais produtos foram analisados tecnicamente e não apresentavam características que pudessem atender às necessidades desta DITEC – Anexo 2 à Informação 003/2011 – APBAL/INS/DITEC/DPF.			
Entendemos ser desnecessária a abertura do processo administrativo objeto desta recomendação, nesse sentido, não há providências a serem implementadas, uma vez que entendemos que a recomendação deve ser cancelada.			
Em reunião realizada com a Equipe de Auditoria da CGU, em 28/10/2011, a equipe de auditoria apresentou o seguinte encaminhamento: “Considerando os levantamentos efetuados pela Unidade previamente à contratação, não constantes dos autos processuais e somente apresentados em resposta ao Rel. Preliminar após o prazo estabelecido, verificou-se, com os novos argumentos, que não se faz necessária a apuração de responsabilidade.”			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201108757	3.1.2.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA			075391
Descrição da Recomendação:			
Recomendação nº 003:			
Instaurar processo administrativo para apurar a responsabilidade de quem deu causa à contratação por inexigibilidade de licitação sem que restasse comprovada nos autos do processo a compatibilidade do preço ofertado pela empresa contratada e o praticado no mercado.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA			075391
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Considerando que não houve prejuízo ao erário, conforme demonstrado no Ofício nº 182/2011-SELOG/DITEC, pela comparação do preço de aquisição do mesmo sistema pela Polícia Civil do Distrito Federal (Pregão Eletrônico 0575/2010, item 7, realizado em 9/8/2010), na qual constata-se uma economia estimada de R\$ 102.962,00 (cento e dois mil, novecentos e sessenta e dois reais) na aquisição feita pela DITEC/DPF, o que comprova que a opção foi a mais vantajosa para a Administração; entendemos ser desnecessária a abertura do processo administrativo objeto desta recomendação.			
Entendemos ser desnecessária a abertura do processo administrativo objeto desta recomendação, nesse sentido, não há providências a serem implementadas, uma vez que entendemos que a recomendação deve ser cancelada.			
Em reunião realizada com a Equipe de Auditoria da CGU, em 28/10/2011, a equipe de auditoria apresentou o seguinte encaminhamento: “Considerando os argumentos trazidos pela Unidade em resposta ao Relatório Preliminar após o prazo estabelecido, verificou-se, com base nos novos argumentos, que não se faz necessária a apuração de responsabilidade.”			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

11.2 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

11.2.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 11.2.1.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	295	189	978
	Entregaram a DBR	295	189	978
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: DGP

11.2.2 Análise Crítica

A lei nº 8.730/93 estabelece em seu art. 1º a obrigatoriedade da apresentação de declaração de bens no momento da posse ou, inexistindo esta, na entrada em exercício de cargo, emprego ou função, bem como no final de cada exercício financeiro, no término da gestão ou mandato e nas hipóteses de exoneração, renúncia ou afastamento definitivo, de autoridades e servidores públicos que elenca.

Com vistas ao cumprimento desta obrigação, o DPF adotou como prática administrativa a solicitação de autorização de acesso à DBR, por termo próprio, a todos os servidores ocupantes de cargo ou função gratificada. Essa autorização é colhida no momento da assinatura do termo de posse na função ou cargo comissionado, permanecendo ativa até a data de exoneração do servidor. Em razão disso, dispensa-se a apresentação anual de DBR.

Essa rotina é implementada pelo SECAD/DRH/CRH/DGP, que também realiza o controle e catalogação das respectivas autorizações de acesso à DBR, não dispondo, porém, de sistema próprio informatizado para este fim. Não há, atualmente, rotinas de análise das DBR's, com vistas à identificação de eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

A par disso, conforme detalhado no quadro Quadro 7.1.2.1, o DPF dispõe atualmente de 1.340 cargos e funções gratificadas. Deste total, estão ocupados (efetivados) 978.

No exercício de 2012, foram registradas 295 investidas em cargos e funções comissionadas, contra 189 exonerações ou dispensas.

Por fim, as DBR's são individualmente acondicionadas em envelopes lacrados com a identificação do respectivo servidor e arquivadas em pastas próprias.

11.3 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro 11.3.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

DECLARAÇÃO

Eu, **Ricardo Guanaes Cosso**, CPF nº **102.098.718-90**, **Coordenador de Administração**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 21 de março de 2013.


Ricardo Guanaes Cosso
102.098.718-90
Coordenador de Administração

12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

12.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Em relação à aplicação dos dispositivos contidos na NBC T 16.9, a UJ realiza a depreciação de bens móveis elencados no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, por meio da ferramenta GESTÃO ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA (e-LOG), pelo método linear. Quanto aos demais bens não previstos no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, e a amortização, o DPF irá, em conformidade com os itens 13 e 16 da referida macrofunção, propor à STN os critérios e prazos para implementação. Não há bens sujeitos a exaustão.

Quanto à aplicação da NBCT 16.10, a UJ realizou a avaliação dos bens elencados no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, por meio da comissão de avaliação instituída por meio da Portaria nº 121/2008-DLOG/DPF, de 10 de junho de 2008, em conformidade com as orientações da referida macrofunção e da MOC 11/2011 – DLOG/DPF. Quanto às demais contas patrimoniais não previstas no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, o DPF irá, em conformidade com os itens 13 e 16 da referida macrofunção, propor à STN os critérios e prazos para implementação.

Em relação à metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo (bens móveis) foram as estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30. A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão; A metodologia definida no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, é a linear.

As taxas utilizadas para os cálculos; As taxas utilizadas para os cálculos foram as estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30.

A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido; A metodologia para avaliação foi a prevista no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, e na MOC 11/2011 – DLOG/DPF, exceto para as aeronaves, que foi utilizado como referência o BlueBook, que é o periódico reconhecido pela aviação civil e militar. Atualizado anualmente.

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

NBC T 16.9. Sob o ponto de vista contábil, a depreciação gerou uma variação passiva não orçamentária na Demonstração das Variações Patrimoniais. Sob o ponto de vista gerencial, a depreciação evidencia a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência, fornecendo uma base monetária mais confiável para efeito de tomada de decisões.

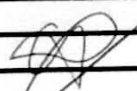
NBC T 16.10. Quanto à avaliação, sob o ponto de vista contábil, o registro da avaliação, considerando a mudança de critérios contábeis previstos no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, foi realizado diretamente a conta Ajustes de Exercícios Anteriores do Patrimônio Líquido. Sob o ponto de vista gerencial, a avaliação busca garantir a confiabilidade da base monetária dos itens

avaliados, a fim de espelhar o valor justo para a tomada de decisões.

12.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

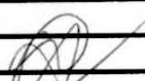
12.2.1 Declaração Plena

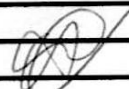
Quadro 12.2.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

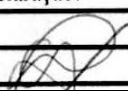
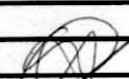
DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
DPF/PRO-AMAZONIA			200410 -200411
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília /DF	Data	31/01/2013
Contador Responsável	CHEILA ANDRADE MEDEIROS 	CRC n.º	DF-015371/O-4

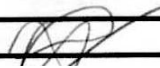
12.2.2 Declaração com Ressalva

Quadro 12.2.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD/DLOG/DPF			200334 - 200335
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, em relação à UG 200334, no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília /DF	Data	31/01/2013
Contador Responsável	CHEILA ANDRADE MEDEIROS 	CRC n.º	DF-015371/O-4

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COORDENACAO DE ORCAMENTO E FINANÇAS - COF/DPF			200336 - 200337
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília /DF	Data	31/01/2013
Contador Responsável	CHEILA ANDRADE MEDEIROS 	CRC n.º	DF-015371/O-4

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
ACADEMIA NACIONAL DE POLICIA - ANP/DPF			200340 - 200341
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília /DF	Data	31/01/2013
Contador Responsável	CHEILA ANDRADE MEDEIROS 	CRC nº	DF-015371/O-4
DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COORDENACAO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO - CTI/GAB/DPF			200342 -200343
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília /DF	Data	31/01/2013
Contador Responsável	CHEILA ANDRADE MEDEIROS 	CRC nº	DF-015371/O-4

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA-DITEC/DPF			200406 - 200407
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, em relação à UG 200406, no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília /DF	Data	31/01/2013
Contador Responsável	CHEILA ANDRADE MEDEIROS 	CRC nº	DF-015371/O-4

13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

A unidade está fortalecendo sua Diretoria de Administração e Logística Policial – DLOG, a qual conta com 3 Coordenações, a seguir apresentadas: Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização (CPLAM), Coordenação de Administração (COAD) e Coordenação e Orçamento, Finanças e Contabilidade (COF).

Em 2013, as ações de planejamento do órgão serão pautadas seguindo planejamento centralizado e coordenado entre todas as diretorias do órgão, fortalecendo os processos relacionados às atividades meio e finalísticas.

Assim, objetivando criar processo gerencial que auxilie o planejamento, a destinação dos recursos e a priorização das demandas internas da Polícia Federal, a DLOG elaborou o Plano de Acompanhamento de Projetos Prioritários (PAPP). O referido Plano conta com a apresentação inicial dos projetos de cada uma das diretorias, que deverá analisar suas demandas internas e relacionar no PAPP o grau de importância e prioridade dos investimentos necessários. Os resultados serão consolidados e otimizados, uma vez que investimentos e projetos que apresentarem demandas em comum serão tratados de forma conjunta, representando economia de tempo e recursos para as contratações.